



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE UnB PLANALTINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE  
E DESENVOLVIMENTO RURAL PPG-MADER

JULIANA FERREIRA DE ASSIS

**MEMÓRIAS E SABERES EM REFERÊNCIAS SOCIOCULTURAIS NA  
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO DE REFORMA  
AGRÁRIA OZIEL ALVES III, PLANALTINA, DF**

**Planaltina – DF**

**Julho de 2022**

JULIANA FERREIRA DE ASSIS

**MEMÓRIAS E SABERES EM REFERÊNCIAS SOCIOCULTURAIS NA  
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO DE REFORMA  
AGRÁRIA OZIEL ALVES III, PLANALTINA, DF**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), da Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva

Coorientação: Dra. Andréa Leme da Silva

Planaltina – DF

2022

JULIANA FERREIRA DE ASSIS

**MEMÓRIAS E SABERES EM REFERÊNCIAS SOCIOCULTURAIS NA  
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO DE REFORMA  
AGRÁRIA OZIEL ALVES III, PLANALTINA, DF**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), da Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), como parte dos requisitos para obtenção dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 11 de julho de 2022.

Banca Examinadora

---

Professora Dra. Nina Paula Ferreira Laranjeira

---

Professora Dra. Laura Maria Goulart Duarte

Planaltina – DF

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fm

Ferreira de Assis, Juliana  
MEMÓRIAS E SABERES EM REFERÊNCIAS SOCIOCULTURAIS NA  
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA  
OZIEL ALVES III, PLANALTINA, DF / Juliana Ferreira de  
Assis; orientador Regina Coelly Fernandes Saraiva; co  
orientador Andréa Leme da Silva. -- Brasília, 2022.  
119 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Assentamento Rural Oziel Alves III.. 2. Memória  
biocultural.. 3. Transição agroecológica. . 4. Referência  
sociocultural.. I. Coelly Fernandes Saraiva, Regina,  
orient. II. Leme da Silva, Andréa, co-orient. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Às agricultoras e aos agricultores que realizam o grande trabalho de cultivo e uso da terra de maneira integrativa com a vida, com suas histórias e memórias.

À Associação de Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu (Aprospera), às pessoas, aos momentos e às vivências, em especial: Dona Zezé, Nilda, Sr. Dionísio, Joaquim, Deonei, Elisândia, Willian, Elisângela, Dona Maria, Sr. Nilton, Luiz, Fátima Cabral, Dorvalina, Sr. Pedro, Tião, Fatinha, Madalena, Cristiano, Isabelly, Nelcy, Quitéria, Osano, Rob, Nena, Conceição e Mara. Plantios, mutirões e almoços abundantes.

À grande família de amigas(os), que sempre estão em apoio durante todo o processo de escrita. Em especial, à Maria Lucimar, parceira, mulher inspiradora, agricultora e educadora do campo, sempre com palavras sábias e conselhos; e à Sofia, com a terapia das plantas, a escrita em suas fases.

Às mulheres que me ajudaram e estiveram, de alguma forma, integradas nestes anos de mestrado, gestação, nascimento: Íris Vereda, Adriana Benvindo, Charlotte Emanuelle, Elza Maria, Angela Alves, Cananda (Awire te adora), Aila Bia, Estela, Ingrid e Melissa. Vocês foram essenciais no meu renascimento, no apoio à mulher e no “gestar e nascer”.

À Formação em Pedagogia Griô, em especial, à Luciana Meireles e à Lilian Pacheco, por fazerem parte da guiança da minha construção de vivências, conhecimento, louvação e bênçãos da ancestralidade, oralidade e ações coletivas. E às minhas “comadres” de aprendizado griô: Yvone, Manuela, Jacyara, Lívia e Priscila. Vocês são sensacionais.

À Regina Coelly e à Andrea Leme, que sempre estiveram atentas às orientações e ao processo construtivo do trabalho.

Ao meu filho, Awire Nêgo. À Íris Vereda, minha filha, que gastei no momento da escrita deste trabalho. E finalizo a escrita “mãe de dois” na cidade das cachoeiras.

Ao meu companheiro Francisco Delano, ouvinte das minhas reflexões, ideias, desafios acadêmicos, ajudando muito nas leituras, nas sínteses e nas experiências. Assim, seguimos sendo sementes, plantas e viveiro móvel.

À minha mãe, Ernalda, que é um exemplo de determinação e força.

Ao meu irmão, Giulliano, pelo apoio, pelo companheirismo e pelas traduções.

À mãe natureza, que todos os dias me ensina sobre as sutilezas e as essências de viver.

À Universidade de Brasília (UnB), *Campus* de Planaltina.

Aos(Às) amigas(os) presentes nas atividades interdisciplinares e de extensão.

Ao Núcleo de Agroecologia da UnB, pela oportunidade interdisciplinar e bolsa concedida.

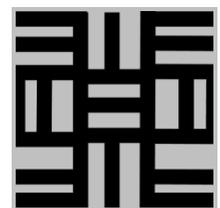
À Capes, pela bolsa concedida.

A memória te autoriza a narrar a história sobre o mundo em que você vive.

(Ailton Krenak)

Somos despertadores de lembranças.

(Ubiraci Pataxó)



(Simbologia *adinkra* dos axântis, Gana)

*Nea onnim no sua a, ohu* (“aquele que não sabe, pode saber aprendendo”) — símbolo do conhecimento, do aprendizado, da educação através da vida, da formação e da educação continuada e da eterna busca pelo saber. Ninguém nasce sabendo e todos podem aprender.

## RESUMO

O conceito de memória biocultural busca compreender as práticas produtivas e a qualidade dos agroecossistemas numa dinâmica transgeracional — que acessa a memória a partir de tempos e espaços diversos ao longo da trajetória de vida. Este trabalho teve por objetivo registrar e analisar as referências socioculturais manifestadas de modo articulado nos relatos de assentados(as) da reforma agrária, em suas práticas agroecológicas e nas paisagens manejadas em suas unidades produtivas. A área de estudo se localiza no Assentamento Oziel Alves III, o maior em extensão e número de famílias no Distrito Federal, cuja ocupação iniciou-se em 2002, no Núcleo Rural Pipiripau, Planaltina. A pesquisa se desenvolveu junto a três famílias assentadas que fazem parte da Associação de Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu (Aprospera), representativas da luta pelo acesso à terra e do processo de transição agroecológica vivenciado no território. Compuseram a metodologia um roteiro de entrevistas semiestruturado, registro em diário de campo, bem como revisão bibliográfica realizada ao longo da pesquisa. Os resultados são apresentados a partir das seguintes categorias: *raízes camponesas* (relações entre origens e as etapas de inserção no território até o acampamento); *terra e solo* (primeiras experiências produtivas, percepção comparada entre os manejos e os solos das regiões de onde e quando aprenderam a agricultura, as redes associativas e de comercialização); *água* (relações com o acesso à água na trajetória de luta pelo acesso à terra); *planta e semente* (práticas agroecológicas, enriquecimento da biodiversidade na paisagem, reapropriação de hortaliças tradicionais, o beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, busca por autonomia de mudas); *mutirão, festa e tradições* (Festa e Folia do Divino Espírito Santo, tradição do cultivo do arroz e produção de rapadura). Neste itinerário, os diálogos sociotécnicos (entre os saberes técnico-científico e tradicional-popular se debruçaram sobre experiências, conceitos, práticas e tecnologias relacionadas a temas como a sociobiodiversidade do Cerrado, as plantas alimentícias não convencionais (Pancs) e medicinais, o processamento artesanal de alimentos e a promoção da biodiversidade nos cultivos e cuidados com solo fomentados por meio de redes de sujeitos coletivos. A análise dos resultados evidenciou, assim, que aspectos fundamentais da formação de um território em transição agroecológica perpassam, junto à viabilização produtiva e de renda no campo para as famílias agricultoras, pelo fortalecimento da organização comunitária

em suas diversas formas e a construção de uma nova identidade camponesa a partir das referências socioculturais que carregam em sua história.

**Palavras-chave:** Assentamento Rural Oziel Alves III. Memória biocultural. Transição agroecológica. Referência sociocultural.

## ABSTRACT

The concept of biocultural memory seeks to understand productive practices and the quality of agroecosystems in a transgenerational dynamic — which accesses memory from diverse times and spaces throughout the trajectory of life. This work aims to register and analyze the sociocultural references manifested in an articulated form in the reports of agrarian reform settlers, in their agroecological practices and in the landscapes managed in their productive units. The study area is located in the Oziel Alves III Settlement, the largest in size and number of families in the Federal District, whose occupation began in 2002, in the Rural Nucleus Pípiripau, Planaltina. The research was developed with three settled families who are members of the Associação de Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu (Aprospera), representative of the struggle for access to land and the agro-ecological transition process experienced in the territory. The methodological path for recording the oral history included the construction of dialogues during the journey through the agro-ecosystem and the practice of foot scalding as an interview environment. The methodology included a semi-structured script and sensitive listening, recording in a field diary, later analysis of the diary and the recordings together with the bibliographic reviews carried out throughout the research. The results are presented based on the following categories: ancestral roots (relations between origins and the stages of insertion in the territory until the settlement); land and soil (first productive experiences, comparative perception between the management and soils of the regions from where and when they learned agriculture, the associative and commercialization networks); water (relations with access to water in the trajectory of struggle for access to land); plant and seed (agro-ecological practices, enrichment of biodiversity in the landscape, re-appropriation of traditional vegetables, use of sociobiodiversity products, search for seedling autonomy); collective effort, feast and traditions (the Feast and Folia do Divino Espírito Santo, the tradition of rice cultivation and the production of rapadura). In this itinerary, the socio-technical dialogues (between technical-scientific and traditional-popular knowledge) have focused on experiences, concepts, practices, and technologies related to themes such as Cerrado sociobiodiversity, non-conventional and medicinal food plants (PANCs), artisanal food processing, and the promotion of biodiversity in crops and soil care fostered through networks of collective subjects. The analysis of the results showed, therefore, that fundamental aspects of the

formation of a territory in agroecological transition permeate, along with the feasibility of production and the income in the field for the farming families, the strengthening of community organization in its various forms and the construction of a new campesino identity from sociocultural references that carry in their history.

**Keywords:** Oziel Alves III Rural Settlement. Biocultural Memory. Agroecological Transition. Sociocultural Reference.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “O etnoecólogo se dedica a pesquisar o complexo <i>kosmos-corpus-práxis</i> utilizado pelo agricultor em sua prática de apropriação da natureza” .....	46
Figura 2 – Localização geográfica do AOA III. Mapa elaborado pela autora .....	48
Figura 3 – Vereda na rodovia DF-110, localização da grota d’água/nascente em área antiga do acampamento.....	49
Figura 4 – Mapa elaborado pela Arca no Projeto de Desenvolvimento de Assentamento.....	50
Figura 5 – Linha de sistema agroflorestal próximo à casa da agricultora.....	63
Figura 6 – Associados(as) batendo os feixes de arroz no jirau de madeira.....	68
Figura 7 – SAF ao fundo, área de plantio do arroz de sequeiro, área de colheita, mesa de madeira onde bate o arroz, feixes de palha de arroz e monte de arroz (grãos) batido em cima da lona sobre o solo.....	66
Figura 8– Forno de tijolos de adobe trazidos de Buritis (MG).....	68
Figura 9 – Processo de cozimento da garapa.....	67
Figura 10 – Agricultora no manejo das linhas de ervas medicinais e canteiros de ciclo curto — ao fundo, linhas de SAF e, ao lado direito da foto, em destaque, canteiros de orégano.....	70
Figura 11 – Agricultora e bancada de desidratação solar com lascas de abóbora.....	75
Figura 12 – Palmeira de jerivá.....	96
Figura 13 – Altar de agradecimentos da Folia do Divino Espírito Santo no Assentamento OA III – junho de 2018.....	101
Figura 14 – Recepção da Folia do Divino Espírito Santo com Agricultores(as) do Oziel Alves III, em junho de 2018.....	102

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>Adasa</b>	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
<b>ANA</b>	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
<b>ANA</b>	Articulação Nacional de Agroecologia
<b>APA</b>	Área de proteção ambiental
<b>APP</b>	Áreas de preservação permanente
<b>Apracoa</b>	Associação dos Produtores Rurais Artesanais de Oziel Alves III
<b>Aprospera</b>	Associação de Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu
<b>Arca</b>	Associação Regional de Cooperação Agrícola
<b>Assefa</b>	Association for Sarva Seva Farms
<b>BRB</b>	Banco de Brasília
<b>Caesb</b>	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
<b>Conab</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CSA</b>	Comunidade que Sustenta a Agricultura
<b>DF</b>	Distrito Federal
<b>Emater-DF</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
<b>Embrapa</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>Esecae</b>	Estação Ecológica de Águas Emendadas
<b>FAO</b>	Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
<b>FBB</b>	Fundação Banco do Brasil
<b>IDCR</b>	Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural
<b>IFB</b>	Instituto Federal de Brasília
<b>Incra</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>ISPN</b>	Instituto Sociedade, População e Natureza
<b>MCP</b>	Movimento Camponês Popular
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>NEA Candombá</b>	Núcleo de Estudos em Agroecologia
<b>NEA/UnB</b>	Núcleo de Agroecologia da Universidade de Brasília
<b>ODS</b>	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

<b>OGM</b>	Organismos geneticamente modificados
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONG</b>	Organização não governamental
<b>Opac Cerrado</b>	Organismo participativo de avaliação da conformidade orgânica
<b>PA</b>	Projeto de assentamento
<b>Pais</b>	Produção agroecológica integrada sustentável
<b>Pancs</b>	Plantas alimentícias não convencionais
<b>PBPA</b>	Plano Básico do Projeto de Assentamento Oziel Alves III
<b>PDA</b>	Plano de desenvolvimento do assentamento
<b>PPA</b>	Programa Produtor de Água
<b>PPG-Mader</b>	Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
<b>PPP-Ecos</b>	Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais
<b>PSA</b>	Pagamento por serviços ambientais
<b>RA</b>	Região administrativa
<b>Rede Bartô</b>	Associação Rede Rio São Bartolomeu de Mútua Cooperação
<b>Rede-CSA</b>	Rede Brasília da Comunidades que Sustentam a Agricultura
<b>RL</b>	Reserva legal
<b>Saci</b>	Sistemas agrobiodiversos cerratenses inclusivos
<b>Sacis</b>	Sistemas agrocerratenses inclusivos
<b>SAF</b>	Sistema agroflorestal
<b>Seagri-DF</b>	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal
<b>Sindiorgânicos/DF</b>	Sindicato dos Produtores Orgânicos do Distrito Federal
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>WWF</b>	World Wide Fund for Nature

**Lista de Tabelas**

Tabela 1: Principais eventos relacionados ao histórico do Assentamento Oziel Alves III.....52

## SUMÁRIO

MEMORIAL.....	18
INTRODUÇÃO.....	22
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>1 TERRITÓRIO-TERRITORIALIDADES, MEMÓRIA BIOCULTURAL E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.....</b>	<b>32</b>
1.1 Território-territorialidade: bases para a transição agroecológica.....	32
1.2 Agroecologia: agenda ambiental, socioeconômica, cultural e política.....	34
1.3 Agroecologia como ação política na luta pelo acesso à terra.....	40
1.4 Referenciais socioculturais manifestadas na memória biocultural e nos saberes na transição agroecológica.....	42
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>2 TERRITÓRIO E FAMÍLIAS EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES III.....</b>	<b>47</b>
2.1 Área de estudo: histórico e caracterização físico-ambiental do Assentamento Oziel Alves III.....	47
2.2 Dados socioeconômicos do Assentamento Oziel Alves III.....	54
2.3 Metodologia da pesquisa: caminhadas transversais, escuta sensível e escalda-pés.....	57
2.3.1 <i>Caminhadas transversais ou travessia</i> .....	58
2.3.2 <i>História oral e escuta sensível</i> .....	59
2.3.3 <i>Técnica do escalda-pés</i> .....	60
2.4 Famílias em transição agroecológica no Assentamento Rural Oziel Alves III: consolidação das unidades produtivas e suas histórias de vida.....	62
2.4.1 <i>Família Brejolândia</i> .....	62
2.4.2 <i>Família Buritis de Minas</i> .....	64
2.4.2.1 <i>Colheita do arroz: ação comunitária na Aprospira com a Família Buriti de Minas</i> .....	65
2.4.2.2 <i>Acompanhando a produção de rapadura</i> .....	67
2.4.2.3 <i>Ervas medicinais e plantas alimentícias não convencionais como parte do agroecossistema</i> .....	70

2.4.3 Família Chapada Diamantina e Goiás.....	17
2.4.3.1O primeiro contato com o movimento social.....	71
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>3 RAÍZES, IDENTIDADES E SABERES NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO AGROECOLÓGICO.....</b>	<b>78</b>
<b>3.1 Raízes camponesas.....</b>	<b>79</b>
<b>3.2 Relações socioculturais e natureza: a terra, o solo, as águas, plantas e sementes .....</b>	<b>87</b>
<b>3.3 Mutirão, festas e tradições de produção.....</b>	<b>100</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICE A – Fotos do Assentamento Oziel Alves III.....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista.....</b>	<b>118</b>

**MEMORIAL**

Eu quero balançar na rede,  
na sombra da mandioca,  
tem girassol nascendo,  
feijão-guandu pra fazer farofa.  
O girassol já saiu, veio o açafraão  
abóbora e batata doce  
contemplaram o crescer do chão  
as raízes nutriram o solo, ele ficou pretinho  
agora vai vim o melão, urucum e feijão  
renovação da terra, remexe, aduba e cobre  
palinhas sobre palinha  
composta o ciclo da terra nobre.

Esse trecho foi elaborado pela vivência de ninar meu filho, na varanda de casa, onde há uma rede paralela à linha com mandiocas Terena, alguns girassóis e um guandu. Aproveitando a linha de chuva captada do telhado, há ainda manjeriço, capuchinha, capim-vetiver, açafraão, batata-doce, erva-cidreira, inhame, mentrasto, maria-gomes, terramicina, alecrim, poejo, lavanda, tomilho, mostarda e abóbora. Todos, em suas disposições e estratos, são brotos, ramas e sementes que alimentam a ação sobre o meio e compõem a história do presente, a visão do cotidiano e do amanhã.

Recuperar a trajetória da formação de um espaço produtivo alterado em associação com os processos da agroecologia pode ser um registro rico, bastante concreto, dos saberes e dos fazeres associados às plantas e às espécies que passam a compor cada paisagem. Esse processo inspira meu interesse de pesquisa como um desafio-vivência próprio.

Ingressei no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), em março de 2019, com um projeto de pesquisa integrado ao estudo da agrobiodiversidade de sementes, na busca por identificação de sementes crioulas utilizadas por agricultores(as) do território do Assentamento Oziel Alves III, localizado em Planaltina, Distrito Federal (DF).

Com o decorrer do estudo, e em virtude de trabalhos que já estava desenvolvendo dentro da comunidade, a pesquisa me vem como um registro para ampliar esse conhecimento dentro da agroecologia e dar continuidade a esse ofício. Desse modo, busco os vínculos das referências socioculturais nos saberes e nos fazeres das práticas agroecológicas dos(as) agricultores(as), motivada pela história de vida.

## Aproximação com o tema da pesquisa e mudanças decorrentes da pandemia da Covid-19

Em março de 2020, com um ano de estudo, entramos em um marco histórico mundial: a pandemia da Covid-19.<sup>1</sup> o que levou grande parte da população a se isolar em casa. Assim, eu e minha família, três pessoas, ficamos isolados por um período de quarentena e poucas saídas. Inicialmente pensei que o mundo passaria por graves crises de fome, falta de alimentos, precarização da educação, superlotação de hospitais, inúmeras maneiras de um planeta rodeado de tragédias. Contudo ainda estamos vivenciando essas tragédias, e essa realidade não mudou.

Nesse período intenso em casa, trabalhei no meu quintal e assisti a “*live do mundo externo*”. Eu pensava: tenho de escrever sobre saberes e fazeres nas práticas agroecológicas, mas não posso ir ao assentamento — local de estudo e vivência. Então, tenho de praticar onde há acesso, meu quintal, meu território. Assim, a cada dia, observava, planejava e executava. Morava no Núcleo Rural Monjolo, em Planaltina (DF). Onde tinha um contrato de comodato de 2 hectares (ha) no sítio, a Terra Nobre.

Meu quintal tem canteiros ao redor da varanda da casa: à direita, fizemos três canteiros, todos por sementes, ramas e mudas. No primeiro canteiro, feito em janeiro de 2021, há uma cerca viva de feijão-guandu e fava-roxa; nas entrelinhas, há batata-doce (batata-doce rosa da feira de produtores do Encontro Nacional de Agroecologia, em Sergipe), feijão-de-porco (adubação verde e produção de biomassa), banana, inhame, hortelã, terramicina, açafrão, mandioca, bálsamo, gengibre. O mastruz e o mentrasto são plantas que nascem de forma espontânea, mas, devido às suas propriedades medicinais, elas também compõem o canteiro. No segundo canteiro, tem mamão, moringa, banana, inhame, mandioca, tomatinho rasteiro e cereja, boldo, boldo-do-chile, hortelã, mil-em-rama, menta, guajiru, erva-doce, tomilho, ora-pro-nóbis, batata-doce, cará, açafrão, gengibre, bem como futuras árvores: ipês, pitangas e limão siciliano. No terceiro canteiro, tomate salada, seriguela em estacas, feijão, milho, abóboras e cabaças. Uma breve descrição da diversidade, da importância e laço afetivo de cada espaço na proximidade entre a relação mulher-natureza.

---

<sup>1</sup> Ministério da Saúde, “Covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, as pessoas infectadas apresentam dificuldades respiratórias, e em alguns casos necessitam de suporte ventilatório”, sobrecarregando o sistema de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 25.04.2022.

Fizemos uso de enxada, chibanca,<sup>2</sup> facão, cavador, serrote, tesoura de poda, aparador de grama, roçadeira e motosserra. Foram ferramentas que tive acesso, trabalhando com elas para otimizar os serviços. Usando somente chibanca e enxada, cuidei da terra, afofando com adubo orgânico próprio, recolhendo o esterco de vaca e montando três composteiras.

Colhi, “dibuiei”<sup>3</sup> e bati feijão-guandu. Colhi muito açafrão. Plantamos mandioca, batata-doce, inhame e abóbora. E atualmente, pelo menos, um tipo de planta cultivado é utilizado no dia a dia, as ervas medicinais — que vêm do nosso quintal produtivo. Usamos, principalmente nos chás da manhã. Cultivar plantas medicinais em meio à produção de comida colore a paisagem do quintal. Há flores e abelhas, variações de cores, verde, amarelo, roxo. A semente de mamão, que plantamos no início da quarentena, já produz frutos para consumo da minha família e para os pássaros que aqui cantam.

A relação entre a necessidade de construção de estratégias de produção alimentar e a percepção camponesa da extensão do quintal — espaço ao redor da casa —, bem como o acesso a espécies que são utilizadas no cotidiano. Tudo isso traz harmonia, frescor, ambientação, aromas e sentidos na relação ser humano-natureza, abundância e diversidade na roça, lugar onde vivo.

A mudança no olhar do conhecimento transforma a relação com o mundo, entre o pensar e o saber, o conhecer e o atuar, motivado por um desejo de criar maneiras de buscar a sustentabilidade da vida.

O que o meu quintal proporcionou em meio à crise de saúde mundial? O reconhecimento do laço formado no território do Pípiripau, em Planaltina, o tempo de atuação com trabalhos, cursos, oficinas, mutirões, conhecendo o assentamento, as pessoas, e fortalecendo o meu vínculo com a Associação de Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu (Aprospera). E todo este trabalho iniciado, a troca de saberes e fazeres, conhecimentos tradicionais compartilhados com a história oral, aprender com o cotidiano vivo das plantas. Cuidado com o solo, conhecimento das culturas cultivadas, sendo elas nutritivas e medicinais, o entendimento das relações humanas com a natureza. Percebo que o saber ambiental está na integração do conhecimento racional e o conhecimento sensível, na realidade com os saberes sábios, nos novos modos de vida construídos pelo desejo de um futuro sustentável.

---

<sup>2</sup> Ferramenta conhecida também como cavadeira reta ou picareta.

<sup>3</sup> Do verbo “dibuiar” ou debulhar que significa a ação de separar o grão da espiga ou vagem.

A base da agroecologia está no diálogo de saberes, sendo eles uma reunião que expressa a sabedoria de conhecimentos empíricos tradicionais e(ou) científicos. Com base nisso, pergunto-me quais seriam os saberes e os fazeres agroecológicos associados às referências socioculturais trazidas pelos(as) agricultores(as)? Primeiro, reconheço os saberes no meu contexto familiar e ideológico de vida, evidenciados na minha trajetória de estudos. Segundo, realizo, no meu cotidiano, as práticas da agricultura, de observação das paisagens, sementes, flores e frutos. Terceiro, busco práticas agroecológicas, percebendo a necessidade de entender em que contextos e definições elas estão presentes e a relação com as referências socioculturais. O que realizo na minha casa — com minha família, filho, amigos(as) e qualquer pessoa com quem eu troque experiências de vida — é uma construção de diálogos, uma partilha de conhecimentos.

Quando nascemos no seio de práticas camponesas e agroecológicas, carregamos um balaio de sementes tradicionais, com histórias, saberes e funções reguladoras dos processos ecológicos essenciais para o ciclo da vida. Quando nos tornamos agricultores agroecológicos, buscamos sementes crioulas, locais e atrativas para fazer a diferença. As sementes vêm carregadas de uma memória de vida e cultura, que, ao passar para um novo guardião ou guardiã, agregam novas características. Estas podem ser tanto da alma da semente tradicional, local ou camponesa quanto da sazonalidade da nova região onde aquela espécie será cultivada.

É a partir da percepção do meu quintal produtivo que esta dissertação intenciona registrar o conhecimento de práticas ambientais presentes na memória e na ação dos saberes e dos fazeres agroecológicos. Sabedoria manifestada em referências socioculturais com acúmulo de trajetórias vividas de agricultores(as) assentados(as) no Assentamento Rural Oziel Alves III, no território do Pípiripau, em Planaltina (DF).

## INTRODUÇÃO

Do ponto de vista da agricultura camponesa, em contraste com a agricultura convencional, de modo geral, depende do despertar da integração do cultivo sustentável com o modo de vida. Precisamos reconhecer o espaço ocupado e o que fazemos para a nutrição da terra e da vida humana. Os saberes e os fazeres agroecológicos de agricultores(as) estão integrados ao modo de vida, às referências socioculturais trazidas, a suas trajetórias, com desafios e limitações, a suas realizações e desejos.

Fernandes e Molina (2005) e Lucena (2020) ressaltam a importância do campo como um espaço de particularidades e matrizes culturais. Os(As) autores(as) destacam princípios ecológicos e valores culturais nas práticas agrícolas voltadas à agroecologia, como maneira de promover a produção de saberes e a desconstrução do imaginário coletivo de hierarquia entre os ambientes urbano e do campo. Temos de levar em consideração os saberes e os fazeres dos povos e das comunidades tradicionais, que vivem com relações mútuas de convivência com o território que os abrange, por meio de suas histórias de vida, memórias e oralidade transgeracionais (PACHECO, 2014).

Este trabalho traz o relato de três famílias assentadas no assentamento Oziel Alves III que, ao chegarem no período da construção de Brasília, se moldaram, para a garantia de subsistência, seguindo modos de vida camponês (FERNANDES, 2012a), herança de laços familiares, a única que carregam em sua trajetória de vida, presente na memória e na intenção de reconstrução de um novo território. Essas famílias enxergaram o perfil de luta de todo(a) brasileiro(a) descendente de povos originários, de comunidades camponesas e afrodescendentes como veremos a seguir.

### **Assentamento Rural Oziel Alves III e transição agroecológica**

A denominação do assentamento, Oziel Alves, veio em homenagem a um jovem de 17 anos, liderança no Movimento Sem Terra (NASCIMENTO, 2020). Ele foi morto em um massacre com outros jovens e militantes, em abril de 1996, em Eldorado dos Carajás (PA), na rodovia PA 150, em conflito com a Polícia Militar do Estado do Pará. O Assentamento Oziel Alves I fica localizado na cidade de Governador Valadares (MG), e o Assentamento Oziel Alves II fica localizado na cidade de Uruana de Minas (MG).

O Assentamento Oziel Alves III, doravante citado como OA III<sup>4</sup>, localiza-se no Núcleo Rural Pípiripau<sup>5</sup>, Região Administrativa (RA) de Planaltina (DF), bacia hidrográfica do rio São Bartolomeu, na área de influência da Estação Ecológica de Águas Emendadas (Esecae) — o núcleo hidrográfico mais importante do DF. A ocupação, liderada pelo MST, se deu em 27 de maio de 2002, com área total de 2.317,80 ha cedida para o INCRA SR-28<sup>6</sup>. O assentamento se consolidou com 168 famílias distribuídas em parcelas de 7,5 hectares (ha) (mais a reserva legal coletiva), caracterizando-se por terras profundamente degradadas pela prática de monocultivos de grãos e eucalipto ao longo de vários anos na posse da antiga Fazenda Larga (EMATER (DF), 2013).

A escolha do Assentamento Rural Oziel Alves III para a realização da pesquisa se deu em função de trabalhos desenvolvidos pela autora deste trabalho como extensionista rural junto à comunidade desde o ano de 2016. As atividades desenvolvidas como extensionista incluíram a participação em mutirões de manejo em área produtivas, plantio de semeadura direta de sementes do Cerrado em áreas coletivas, participação em oficinas de bioconstrução, beneficiamento de produtos do Cerrado, culinária tradicional, produção de mudas, dentre outras atividades.

O assentamento (re)afirma-se como um espaço de vivência e de pesquisa, desenvolvendo visitas aos agroecossistemas manejados (unidades produtivas) de agricultores(as) associados(as) da Associação de Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu - Aprospera, bem como trabalhos de pesquisa e extensão com o Núcleo em Agroecologia da UnB (NEA/UnB), além dos vínculos fortalecidos durante as atividades em desenvolvimento. Esta tem sede em uma das cinco áreas comunitárias do assentamento, em rotinas de mutirão<sup>7</sup> de manejos e troca de saberes, amizades e vínculos que foram sendo fortalecidos com o tempo. O histórico produtivo da fazenda Larga, bem como de diversas propriedades rurais na região, contrasta com a relevância ambiental do território, que está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) da bacia do rio São Bartolomeu e na bacia do rio Pípiripau, além de ser região de influência da já citada Esecae (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO, 2010; EMATER (DF), 2013).

---

<sup>4</sup> Na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento OA III, concomitante ao trabalho de Moura (2010), o pré-assentamento é referido como OA II, contudo, a titulação do assentamento em Uruana de Minas saiu antes de 2012, quando o referido assentamento desta pesquisa recebeu o título de OA III.

<sup>5</sup> Pípiripau em tupi, significa: rio raso e cheio de pedras no meio (Bertran, 1994).

<sup>6</sup> Superintendência Regional do INCRA do Distrito Federal e Entorno - SR (28).

<sup>7</sup> Mutirão é um encontro de associados(as) para a realização de atividades de manejo nas unidades produtivas, bem como de atividades nas propriedades de cada associada(o) ou na sede da associação. São realizados semanalmente, nas quartas-feiras, no período da manhã.

Na fase de consolidação das famílias, do acampamento para o assentamento, os(as) agricultores(as) tiveram como fontes mais frequentes de “orientação técnica” para o manejo e cultivos os comerciantes das lojas agropecuárias da região e do entorno (Moura, 2010), apesar da atuação de técnicas e técnicos do MST. O autor relata: “o uso de fungicida na lavoura do feijão que o agricultor não se recorda do nome, tampouco guardou a embalagem — o agrotóxico — foi recomendado pelo vendedor técnico de uma agropecuária, sem visita à campo” (MOURA, 2010. p. 65). Isso frequentemente levou os(as) agricultores(as) a utilizarem o receituário de insumos químicos e industriais disponíveis no mercado, sem efetiva orientação técnica agropecuária.

Em Lima (2019), há relatos de plantio de soja e de milho transgênicos, que ocuparam grandes áreas por parte de arrendatários internos e externos à comunidade<sup>8</sup>. Nas entrevistas, os(as) agricultores(as) confirmam que esses plantios convencionais em áreas do assentamento chegam a somar 50 hectares de terra arrendada por uma única pessoa, que possui acesso a mecanização de larga escala e ao pacote industrial de plantio convencional. Perfil que se torna nítido tanto na paisagem do assentamento quanto nas imagens de satélite.

Em 2016, com a fundação da Associação de Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu (Aprospera), as famílias se organizaram, realizando trabalhos e formações comunitariamente. Contaram com parceiros institucionais diversos: Núcleo de Agroecologia da UnB; Núcleo de Agroecologia do Instituto Federal de Brasília (NEA Candombá/IFB); Associação Rede Rio São Bartolomeu de Mútua Cooperação (Rede Bartô); World Wide Fund for Nature (WWF); Rede CSA Brasília; Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA); e Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa).

Estes parceiros institucionais chegaram no momento em que o assentamento OA III foi contemplado com projetos de implementação de Sistemas Agroflorestais (SAF) e contribuíram para o fortalecimento da fundação da Aprospera, com a articulação da Presidente Fátima Cabral (mandato com vigência 2016-2021), e impulsionam a produção orgânica e certificada, intercâmbios com a UnB e IFB, ambos campi de Planaltina.

---

<sup>8</sup> Arrendatários internos (assentados) e externos (pessoas que não residem no assentamento), citadas nas entrevistas de campo, com acesso a maquinário e pacote tecnológico de plantio. Arrendam áreas nas parcelas, uma do lado da outra, para totalizar grandes extensões de plantios, chegando à 50 hectares para uma única pessoa que arrenda.

Algumas famílias têm participado de formas inovadoras da comercialização, como comunidades que sustentam a agricultura (CSAs<sup>9</sup>), prática de desenvolvimento rural sustentável com escoamento de produtos agroecológicos e(ou) orgânicos de forma direta ao consumidor — que possibilita aumento da geração de renda e transformações a partir de um vínculo maior das famílias com o território e com suas trajetórias.

A partir da integração dos(as) assentados(as) na Aprospira, foi possível fortalecer o vínculo com parcerias no atendimento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), na busca de técnicos com orientação e incentivo de produção orgânica. Atualmente há agricultores(as) que dialogam com técnicos e extensionistas qualificados e voltados a uma agricultura sustentável, orgânica e agroecológica.

Esta pesquisa traz uma sistematização de atividades identificadas nas práticas e nos saberes agroecológicos de assentados/as. Essas práticas e saberes têm referência em Leff (2002, p. 37) que observa “uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população”. No sistema produtivo sustentável, construído no assentamento OAIII, agregam-se memórias, associadas a histórias de vida presentes nas manifestações de manejo com a terra - que são comuns às(aos) agricultores(as) que têm origem em diferentes regiões do país. Essas práticas os identificam como agricultores(as) camponeses(as), em trocas associativas, contribuindo no processo de construção do território e na transição agroecológica (FEIDEN *et al.*, 2002; CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Na transição agroecológica<sup>10</sup> vivenciada e protagonizada pelas famílias do assentamento, enquanto processo histórico de (re)territorialização, conceitos que serão abordados no próximo capítulo, a partir da formação de sujeitos coletivos e da constituição de novas relações sociais, fica evidente a relevância dessas raízes enquanto referência socioculturais para o modo de vida que segue se estabelecendo no novo território.

---

<sup>9</sup> Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) é uma maneira de comercialização que utiliza práticas de desenvolvimento rural sustentável, com escoamento de produtos agroecológicos e(ou) orgânicos de forma direta ao consumidor, por meio da entrega semanal de uma cesta de 10 a 12 produtos, em um ponto de convivência, fortalecendo a criação de um vínculo dos envolvidos na produção com os que consomem os produtos.

<sup>10</sup> Conceitualmente, esta transição agroecológica passa por três níveis: i) racionalização; ii) substituição de insumos; e iii) redesenho do sistema de produção. Na prática, notamos que essa transição é dinâmica e construída em diálogo com o acesso à terra, assumindo um caráter contínuo e progressivo, sem um “ponto final” determinado (GLIESSMAN, 2000; CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Tal conceito será melhor abordado no capítulo 1.

O processo de transição agroecológica se dá, assim, em diálogo permanente com as referências socioculturais (modos de vida, cosmologias, práticas culturais, saberes tradicionais, fazeres cotidianos vinculados à produção e à reprodução social) e os laços visíveis a partir do acesso à história de vida de cada agricultor(a). Também é perceptível a relevância adquirida pelas redes sociotécnicas e políticas constituídas ao longo dessas trajetórias — desde movimentos sociais (como o MST), vínculos associativos locais, conviviais e temáticos em agroecologia (como a Aprospira), até as parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão tanto do Estado como do terceiro setor.

### **Associação de Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu - Aprospira**

Com base no Programa Produtor de Água (PPA<sup>11</sup>), desenvolvido pela ANA, na bacia do rio Pípiripau, foi implementada a capacitação em Sistemas Agroflorestais (SAFs) no ano de 2011, para agricultores da região, pela Emater-DF, em parceria com a Adasa e organizações do terceiro setor — como o WWF. A partir da meta de criação de 10 unidades produtivas de boas práticas agropecuárias, foram implantadas seis unidades produtivas na região do Núcleo Rural Taquara e quatro unidades no Assentamento Oziel Alves III, em Planaltina (DF).

A reunião de agricultores(as) durante o período do projeto (no formato de encontros, mutirões e metodologias de implantação das unidades produtivas de SAFs), impulsionou a continuidade do trabalho entre os(as) agricultores(as), de duas unidades do Núcleo Rural Taquara e das quatro unidades do AOAI, que estavam presentes durante todo o processo de capacitação, visitas técnicas, e trocas de conhecimento sobre os saberes agroecológicos.

Assim, em dezembro de 2014, seis agricultores(as) familiares decidiram continuar os encontros semanais para o trabalho de mutirão nas unidades implantadas. A continuidade das atividades de mutirão e os encontros de trabalho nas unidades de produção culminaram com a criação da Aprospira, em 6 de janeiro de 2016, inicialmente com 14 associados(as). Em dezembro de 2016, foi formado o primeiro grupo de produtores orgânicos certificados pelo

---

<sup>11</sup> O PPA utiliza o conceito de pagamento por serviços ambientais (PSA), que estimula os produtores a investirem no cuidado do trato com as águas, recebendo apoio técnico e financeiro para implementação de práticas conservacionistas (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO, [2010]). Porém, das 10 unidades do projeto instaladas, quatro são no assentamento e não são beneficiadas pelo recebimento do PSA, já que os(as) assentados(as) e agricultores(as) estão em processo de titulação da parcela desde o ano de 2012 e não possuem o georreferenciamento da área, logo não podem receber pelo PSA.

Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (Opac Cerrado),<sup>12</sup> com 12 produtores(as).<sup>13</sup>

No mesmo ano de fundação, em 2016, a Aprospira submeteu, em parceria com Instituto Sálvia Terra, a proposta de criação de 10 pontos de CSAs em Brasília, a partir do Edital nº 22/2015, de Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais (PPP-Ecos), do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).<sup>14</sup> Esse projeto teve o objetivo de apoiar ideias territoriais da Rede de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica, voltadas à intensificação de práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica. Em 2020, havia 40 CSAs em Brasília (DF), sendo 15 de produtores(as) associados(as) da Aprospira, e desses oito são moradores(as) do Assentamento Oziel Alves III.

A CSA é uma inovação na comercialização da produção agroecológica — certificada e reconhecida como uma tecnologia social pela Fundação do Banco do Brasil (FBB) em 2015.<sup>15</sup> Essa forma de comercialização não elimina a existência de desafios e obstáculos enfrentados pelos(as) agricultores(as), que demandam a construção de estratégias comuns, entre as quais está o livre acesso ao material genético tradicional (sementes, ramas, manivas) e também o reconhecimento do seu valor cultural (EMPERAIRE, 2018). Entre os desafios da comercialização de produtos agroecológicos, podemos citar como exemplos: preço justo de acordo com a valoração de horas trabalhadas, autonomia na produção de insumos orgânicos, capacitação e aperfeiçoamento de práticas agroecológicas, e incentivo para a comercialização através de políticas públicas de aquisição da agricultura familiar (NIEDERLE, 2014; CAPORAL E COSTABEBER, 2004).

---

<sup>12</sup> Para estar legal, um Sistema Participativo de Garantia tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânicas (Opac) legalmente constituído, que responderá pela emissão do SisOrg, que se caracteriza pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que são os produtores, técnicos e demais interessados. A Opac – Certificação Participativa, cadastro no Ministério da Agricultura, Mapa, autorizada a atuar no Brasil. Opac – Cerrado / Sindicato dos Produtores Orgânicos do DF (Sindiorgânicos/DF) – nº 013.

<sup>13</sup> Estivemos presente na última assembleia da associação, que ocorreu no início de dezembro de 2020, seguindo medidas de segurança, uso de máscaras, espaço aberto e distanciamento social. Foi o primeiro encontro após o início da pandemia de covid-19. Com a presença de 18 membros (os(as) 6 membros(as) fundadores(as) estavam presentes), foi acordado um processo de reestruturação da associação, novos acordos de convivência e associativos para o período em que permanecer a pandemia.

<sup>14</sup> O Objetivo do edital: Promove a conservação ambiental e o equilíbrio climático aliados ao uso sustentável da biodiversidade, além de fortalecer a segurança alimentar, gerar renda e por meio de diálogos e ações que assegurem o protagonismo comunitário em sintonia com o enfrentamento das desigualdades sociais.

<sup>15</sup> “As categorias da premiação de tecnologias sociais estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas para a Agenda 2030. O Prêmio tem como objetivo promover as tecnologias sociais como ferramentas de baixo custo e com envolvimento das comunidades para o desenvolvimento sustentável.” (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2017).

Com isso, um processo de significativa transformação na paisagem pode ser observado no assentamento OAIII, com a formação de vínculos de troca de saberes e fazeres agroecológicos (LEFF, 2002), além da reciprocidade na organização social de construção de trabalho coletivo em áreas do território do OAIII. Tais processos são fruto de intervenções ocorridas ao longo da luta pela reforma agrária<sup>16</sup> e auto-organização no contexto do movimento social.

O(A)s agricultores(as) do assentamento Oziel Alves III, associados(as) na Aprospira, vivenciam hoje a construção de percepções e ações fortemente vinculadas aos sistemas produtivos agroecológicos, em transição, embebidos em heranças de memória biocultural (TOLEDO E BARRERA-BASSOLS, 2015), como parte da sua história de vida, presentes nas manifestações de manejo com a terra.

Conforme observado por Costa Neto e Canavesi (2002), a sustentabilidade na agricultura, além da garantia de autonomia e de autossuficiência dos produtores, remete também à sustentabilidade social. Assim, a sustentabilidade social é frequentemente reafirmada como parte da luta do assentamento em suas relações com outros(as) agricultores(as), instituições governamentais e grupos de consumidores(as) — como podemos notar, por exemplo, em registros do documentário *O galope da lagarta*, de Fernando Fortuna (O GALOPE, 2018). Fazem parte da Aprospira sujeitos coletivos que se destacam justamente neste cenário vivenciado pelo assentamento, aprofundando suas relações com outros sujeitos e entidades diversas no território, o que vemos nos trabalhos realizados no assentamento OA III pelos autores(as) Borges (2018), Gramacho (2018) e Lima (2019) .

Considerando os saberes e os fazeres mobilizados no cotidiano para a afirmação da agroecologia — enquanto forma de permanência com dignidade no campo —, falamos de agricultores(as) e processos representativos, simultaneamente, dos processos de luta pela terra e de transição agroecológica camponesa experimentados na região. A transformação da paisagem de suas parcelas apresenta relações com a consolidação de suas unidades produtivas, e se manifestam em tomadas de decisão sobre o manejo dos seus agroecossistemas<sup>17</sup>. Enquanto carregam imagens de um passado de luta e de resistência no

---

<sup>16</sup> Stédéli (2012, p. 659) conceitua a reforma agrária como “um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir”.

<sup>17</sup> Segundo Alberto Feiden (2005, p. 61), “o agroecossistema pode ser considerado equivalente a sistema de produção, sistema agrícola ou unidade de produção. Nesse caso, é o conjunto de explorações e de atividades realizadas por um agricultor, com um sistema de gestão próprio”.

acervo das experiências vividas, essas famílias sustentam memórias e motivações nos próprios fazeres e saberes associados às práticas produtivas. No Assentamento Oziel Alves III, foi possível a autora participar das vivências, diálogos e desenvolvimento de projetos socioambientais, no acesso aos espaços e aos processos de aprendizagem coletiva da Aprospira, enquanto membra de atividades vinculadas à formação e às práticas coletivas em agroecologia. Com essas vivências, foram identificados, por registros de falas de agricultores(as), histórias de exclusão social, desemprego e diversas formas de resistência. “No geral, possuem origem rural, como meeiros, vaqueiros, bóias-frias, ou empregado rural de serviços gerais e temporários” (MOURA, 2010, p. 61) que, ao chegar na terra *nua e crua*, são capazes de se reconectar com suas memórias e referências socioculturais para pensarem outro tipo de agricultura voltada para a agroecologia. Ao mobilizar conhecimentos aplicados à realidade produtiva, a memória se torna, também, fonte material para a reafirmação de resistência dessas famílias.

Podemos relacionar a produção agroecológica e as memórias de saberes com a estratégia coletiva adotada para a construção da autonomia financeira dessas famílias, dentro de uma produção sustentável. Esta se faz por meio da comercialização em circuitos curtos, destacada neste caso, pelas CSAs, iniciadas em 2017, proporcionando uma comercialização direta com seus consumidores (sugestivamente chamados *coagricultores*). Estes, engajados em temas como fortalecimento comunitário, sanidade ambiental e humana, consumo de alimento livre de agroquímicos e agrotóxicos, tornam-se aliados do processo de resistência com dignidade no campo, reconhecendo também a relevância dos saberes e das práticas culturais dessas famílias para a produção equilibrada, saudável e sustentável de alimentos.

Segundo Borges (2018), em seu trabalho com famílias do território, a oferta de alimentos sustentáveis está diretamente relacionada à viabilização da comercialização, à produção diversificada e ao incentivo da melhoria do padrão alimentar da população. Conforme Guhur e Silva (2010), isso ganha ainda mais relevância, considerando que, no processo da transição agroecológica, no enfrentamento ao agronegócio, a permanência do(a) camponês(a) no campo depende de condições para uma reprodução social baseada na transformação do sistema de produção — a partir de iniciativas e de elementos dos(as) próprios(as) agricultores(as) na construção de alternativas que potencializam essa transformação.

A escolha dos agricultores(as) associados(as) da Aprospira tem relação com seu papel na disseminação da agroecologia no território. A partir desses sujeitos históricos, a

permanente reafirmação e consolidação da agroecologia no assentamento tem sido paralela à produção e à sistematização do conhecimento com base associativa.

No período da pesquisa, entre 2019 e 2021, a Aprospira contava com 45 associados, sendo 36 moradores do assentamento. Atualmente, são 27 associados(as), sendo 13 moradores do assentamento OAI, 9 CSAs da Aprospira, e 7 CSAs com moradores do assentamento. Esta baixa de associados(as) foi efeito negativo da pandemia da Covid-19.

Em 2019, foi registrado que tais agricultores e agricultoras estavam produzindo 300 toneladas/ano de alimentos orgânicos e agroecológicos, com 21 certificações orgânicas, três construções ecológicas na sede da Aprospira<sup>18</sup>, realização de cerca de 250 mutirões e cinco produtores participantes do PPA (PALHARES; PADOA, 2019).

Todo esse contexto de aproximações, formação, capacitações dos(as) assentados(as) que vivem no Assentamento Oziel Alves III, permitiu elaborar a pergunta central da pesquisa: quais referências socioculturais acumuladas pelos(as) agricultores(as) — relacionadas às suas histórias de vida, saberes e fazeres — se manifestam na consolidação de unidades produtivas agroecológicas de famílias do Assentamento Oziel Alves III?

Assim, este trabalho tem por objetivo principal registrar e analisar referências socioculturais, desde trajetórias de vida, saberes e fazeres de assentados(as) rurais na transição agroecológica no Assentamento Oziel Alves III. Cabe observar que este estudo foi realizado com o núcleo de 3 famílias presentes no assentamento.

Os objetivos específicos deste estudo incluem: *i*) realizar a descrição da história de vida de assentados(as) na construção do território agroecológico; *ii*) descrever registros da luta pela terra, desafios e limitações do cotidiano no passado-presente e das ações comunitárias da associação; e *iii*) identificar as contribuições socioculturais no incremento das relações afetivas com a construção da unidade produtiva agroecológica em transição referenciadas pela memória.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O Capítulo 1 - **Território-territorialidades, memória biocultural e agroecologia**, é composto pela caracterização do território-territorialidades com enfoque na transição agroecológica. Neste capítulo apresentam-se marcos teóricos-conceituais da pesquisa, como referências socioculturais. O capítulo aborda a agroecologia na agenda ambiental, processos de acesso à

---

<sup>18</sup> O galpão-sede, feito de paredes de feno e reboco com variações de barro; a fossa/bacia séptica de evapotranspiração; e o banheiro, na técnica de hiperadobe, com telhado verde. E, no ano de 2019, foram construídas a cozinha, com ferrocimento, técnica de construção a baixo custo; e a cisterna de placas, de 72 mil litros, com captação de água da chuva do telhado do galpão.

terra e dimensões socioeconômica, cultural e política, o que subsidia identificar o Assentamento Oziel Alves III como território agroecológico.

O capítulo 2, **Território e famílias em transição agroecológica no Assentamento Oziel Alves III**, aborda a metodologia aplicada na pesquisa, por meio de técnicas e sequências dos instrumentos de pesquisa utilizados com as três famílias entrevistadas, no contexto da pandemia da Covid-19. Esse capítulo inclui a descrição da área de estudo (histórico e caracterização físico-ambiental do Assentamento Oziel Alves III); a metodologia da pesquisa (caminhadas transversais, escuta sensível e escada-pés). As famílias em transição agroecológica no assentamento Oziel Alves III foram denominadas pela cidades/localidades de origem: Família Brejolândia, Família Buritis de Minas e Família Chapada Diamantina e Goiás.

O capítulo 3, **Raízes, identidade e saberes na construção do Território agroecológico**, apresenta resultados e análise da pesquisa realizada a partir das três famílias entrevistadas. Este capítulo aborda aspectos fundamentais da formação de um território em transição agroecológica junto à viabilização produtiva e de renda no campo para as famílias agricultoras, bem como o fortalecimento da organização comunitária e a construção de uma nova identidade camponesa a partir das referências socioculturais que carregam em sua história.

## CAPÍTULO 1

### TERRITÓRIO-TERRITORIALIDADES, MEMÓRIA BIOCULTURAL E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

O objetivo deste capítulo é trazer elementos teóricos que embasam a pesquisa. Território, territorialidade e transição agroecológica são conceitos estruturantes deste estudo (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, (2011); FERNANDES, (2012a)). O capítulo aborda a memória biocultural (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015) e os saberes da transição agroecológica (ALTIERI (1998, 2012); CAPORAL; COSTABEBER, (2004); GLIESSMAN, (2000); PLOEG (2008); SOSA, et.al. (2012)), como fatores basais para compreender o Assentamento Oziel Alves III enquanto território agroecológico, desde o acesso à terra por meio da reforma agrária, incluindo os aspectos históricos, físicos e ambientais, até a construção de uma agenda ambiental representada pelas unidades em transição agroecológica.

#### 1.1 Território-territorialidade: bases para a transição agroecológica

O território e a natureza permitem a manifestação da identidade cultural e o poder de ação sobre a materialização do espaço (HAESBAERT, 2004). São relações sociais e relações de poder que — voltadas para uma esfera econômica, cultural, produtiva e identitária — promovem transformações em espaços agrários. Haesbaert (2004, p. 3) ressalta que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínios sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir significados”. Isto é, um local que contempla a necessidade de abrigo e manutenção da identidade cultural.

Para Porto-Gonçalves (2006), o território é parte constituinte de um espaço apropriado por grupos sociais ou coletivos através do qual afirmam sua identidade. O autor revela que o território constitui a sociedade, internamente e externamente, como “espaço feito coisa própria”, ou seja, que agrupam “processos sociais de territorialização”. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se toma abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 46).

Para Haesbaert (2004, p. 3) a dimensão política do território está interligada à “fonte

de “recursos naturais” - “matérias-primas” que variam em importância de acordo com os modelos de sociedade vigente”, ligada à maneira como as pessoas utilizam a terra, espaço e tempo.

Perico (2009, p.10) observa que ao “caracterizar o território, o mais importante é que a identidade orienta e ordena estratégias de desenvolvimento” no alcance do bem-estar dos grupos sociais envolvidos, ressaltando o sentimento político e a energia social de transformação. O autor enfatiza que o território se mantém pelas motivações humanas empenhadas como estratégias espaciais no exercício do poder sobre o espaço, que pode ser fixo ou maleável, dependendo das convivências, interesses ou conflitos. Esse exercício de poder inclui três aspectos fundamentais: “a forma de classificação da área, a forma de controle e a maneira de comunicação” (PERICO, 2009, p. 33).

Fernandes (2012a, p. 746), ao trazer o território camponês, na compreensão das relações sociais e práticas de existência, observa como se constrói no território o espaço de “trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental” em um local de promoção da “reprodução dessa relação social”. O autor observa que no território camponês subsistem outras formas de relações não capitalistas. O grande desafio do campesinato é manter sua soberania desenvolvendo seu território por meio de sua autonomia relativa e do enfrentamento à hegemonia do capital (FERNANDES, 2012a, p. 748).

Nesses “espaços de vida do camponês” — “o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência” (FERNANDES, 2012a, p. 746) estão presentes em uma diversidade cultural. É no território camponês, espaço onde esse território estrutura a reprodução da relação social, que se desenvolvem práticas de organização, e está presente a dimensão cultural.

Segundo Wanderley (1996; 2014) e Costa e Carvalho (2012b), o campesinato constitui-se em grupos familiares que residem em um território. As relações sociais se expressam em normas de convivência, em espaço com recursos naturais importantes para a sobrevivência e recursos culturais transgeracionais.

Compreende-se a questão territorial como a existência de diversos grupos em articulação social e política. Assim, a territorialidade, segundo Little (2003, p. 253-254), pode ser concebida “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico”, traduzido para um território de “força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de

contingências históricas”, isto é, qualquer “território é um produto histórico de processos sociais e políticos”. Assim, as referências socioculturais são moldadas pelas interações com a territorialidade.

Entre as inter-relações de processos sociais e políticos, Ploeg (2008) define a condição camponesa com características fundamentais desses processos práticos de construção da agricultura. No contexto do assentamento OAIII e da Apropera, as condições existentes nas relações comunitárias e associativas ampliam as dimensões de territorialidade, expressas pelos sistemas de produção e manejo. Tais sistemas são retratados pelas famílias associadas na Apropera, que buscam construir locais de existência a partir da luta pela terra, garantindo a autonomia pela condição de desenvolvimento. Estruturadas e fortalecidas por atividades não agrícolas, gerando padrões de cooperação.

Caporal, Costabeber e Paulus (2011) consideram a agricultura, além de uma atividade econômica, uma atividade cultural que possui significados em diferentes espaços e épocas históricas que interagem com os contextos socioeconômicos e culturais. Nesse sentido, a agroecologia enriquece os processos de redesenho de agroecossistemas que permitem a permanência de povos e comunidades tradicionais ao longo do tempo como estratégia de sustentabilidade no desenvolvimento rural.

## **1.2 Agroecologia: agenda ambiental, socioeconômica, cultural e política**

O manejo dos recursos naturais na agricultura com base em princípios ecológicos, no contramovimento da lógica industrial de produção e consumo de alimentos, teve início em alguns países europeus (França, Alemanha, Inglaterra) na década de 1920 (BRANDENBURG, 2002). Os princípios da agricultura ecológica basearam-se em estudos voltados ao uso de matéria orgânica, uso de organismos vivos no manejo do solo, desenhos agrícolas elaborados, entre outros (BRANDENBURG, 2002; FEIDEN *et al.*, 2002).

No auge da chamada Revolução Verde (1960), evidenciaram-se os impactos negativos provocados pelo “uso inadequado dos recursos naturais, a destruição da biodiversidade e dos ecossistemas naturais e a desestruturação cultural de populações tradicionais” (MACHADO; SANTILLI; MAGALHÃES, 2008, p. 28). Progressivamente, o tema ganhou espaço no mundo acadêmico e político, contextualizando preocupações com a erosão genética e cultural, além de problemas de ordem ambiental, social e de saúde pública (MACHADO; SANTILLI; MAGALHÃES, 2008).

No Brasil, as agriculturas ecológicas já existiam em comunidades tradicionais e povos

originários, embora não reconhecidas ou aniquiladas pela modernização e movimento de exclusão. Tais saberes constituem a representação da sobrevivência da agricultura familiar e a reconstrução das relações com o campo (BRANDENBURG, 2002). As relações com a natureza estão em destaque na diversidade cultural e biológica. Um conceito relevante para compreender os sistemas produtivos das comunidades e povos tradicionais no Brasil é o de sistemas agrícolas tradicionais (SATs). Segundo Emperaire (2018, p. 21), “são sistemas altamente dinâmicos elaborados pelas populações locais” com incorporação de uma complexa relação “entre território e sociedade e não a um imobilismo ancorado no passado”. Na perspectiva da tradição, os SATs representam algo dinâmico na sutileza da permanência das relações sociais, da diversidade de plantas, da segurança alimentar e dos aspectos que são pontuados pelas populações locais.

Emperaire (2018) salienta, em seu trabalho com povos indígenas do Alto Rio Negro que, além de manejar a agrobiodiversidade presente no SAT,<sup>19</sup> o foco na manutenção das variedades — ciclos de cultivos, origens, diversidade de plantas cultivadas junto à roça — é a base da autonomia e da segurança alimentar<sup>20</sup> dessas populações. A relação afetiva de criar e trocar plantas mantém a garantia do bem-estar coletivo e a diversidade de plantas cultivadas, papel fundamental exercido por mulheres indígenas.

No enfoque científico dos saberes associados à agricultura, a agroecologia surge como suporte da transição para agriculturas sustentáveis e na contribuição do desenvolvimento rural (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Segundo Padovan et al. (2020), a agroecologia traz o princípio da conservação e da ampliação da diversidade com suas múltiplas interações, no entendimento de um agroecossistema manejado, vislumbrando pilares da viabilidade sustentável e de autorregulação de sistemas agrícolas.

Petersen *et al.* (2017) ressaltam que, numa perspectiva contra-hegemônica, o paradigma agroecológico vai se firmando enquanto “prática alternativa” de produção, buscando, em visão global, o desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência

---

<sup>19</sup> Em 2010, o SAT das comunidades tradicionais do rio Negro (região amazônica) passou a ser patrimônio imaterial para o Brasil, como incentivo e enfoque do aspecto cultural — parte constituinte de políticas públicas que deem aportes para a garantia da agrobiodiversidade brasileira e segurança alimentar nacional (CUNHA; MAGALHÃES; ADAMS, 2021).

<sup>20</sup> Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006) define a segurança alimentar e nutricional como “...realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm#:~:text=3%C2%BA%20A%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20e.respeitem%20a%20diversidade%20cultural%20e](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm#:~:text=3%C2%BA%20A%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20e.respeitem%20a%20diversidade%20cultural%20e). Acesso em: 03.06.2022.

de agroquímicos e de aportes externos de energia. Os mesmos autores complementam que se pode ir além, compreendendo também as fontes de conhecimentos necessários à produção, principalmente de “insumos” e “aportes de energia”, que ofereçam maior resiliência ao agroecossistema (e suas comunidades), para reduzir a dependência externa.

Segundo Altieri (1998), a autoconfiança criativa (conhecimento empírico e uso de recursos disponíveis) são representações de experiências acumuladas de agricultores(as) interagindo com o meio ambiente sem acesso a insumos externos ou conhecimento científico. Uma característica notável em agricultores(as) tradicionais é que eles produzem sistemas com elevado grau de diversidade de cultivares, geralmente na forma de policultivos e(ou) padrões agroflorestais. Isto é, os sistemas altamente biodiversos são essenciais para a perspectiva agroecológica.

Altieri (2012) afirma que a proposta agroecológica enfatiza que agroecossistemas complexos, nas suas interações ecológicas e integridade entre seus componentes biológicos, sejam capazes de promover mecanismos biológicos e interações, de forma que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção contra pragas dos cultivos (ALTIERI, 1998, 2012). Em termos de técnicas agropecuárias, o autor complementa que

os agricultores orgânicos baseiam-se fortemente do uso de rotações de culturas, biomassa, esterco animal, leguminosas, adubos verdes, resíduos orgânicos de fora da propriedade, cultivos mecânicos, rochas minerais e do controle biológico de pragas para manter a boa estrutura e produtividade do solo. (ALTIERI, 2012, p. 60).

Feiden et al. (2002) trazem o conceito de sistema orgânico, que consiste na substituição de insumos convencionais por insumos orgânicos ou biológicos. Contudo esse sistema segue quase a mesma lógica de produção convencional adicionada a um selo de qualidade, o que diferencia a produção orgânica da agroecológica.

#### *Transição agroecológica, comercialização e circuitos curtos*

Segundo Alberto Feiden *et al.* (2002), a transição agroecológica de unidades produtivas depende de experiências conhecidas e vividas, que passam por elementos das agriculturas alternativas não pautadas em modelos fixos, mas em processos biológicos dinâmicos. Tais processos podem ser entendidos com base em princípios ou enfoques específicos, e na adoção de três níveis fundamentais de conversão para agroecossistemas

sustentáveis, na concepção de Gliessman (2000): *i*) racionalização do uso de insumos; *ii*) substituição de insumos; e *iii*) redesenho do sistema de produção. Isto é,

O primeiro diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente. Esta tem sido a principal ênfase da investigação agrícola convencional, resultando disso muitas práticas e tecnologias que ajudam a reduzir os impactos negativos da agricultura convencional. O segundo nível da transição se refere à substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas. A meta seria a substituição de insumos e práticas intensivas em capital, contaminantes e degradadoras do meio ambiente por outras mais benignas sob o ponto de vista ecológico. Neste nível, a estrutura básica do agroecossistema seria pouco alterada, podendo ocorrer, então, problemas similares aos que se verificam nos sistemas convencionais. O terceiro e mais complexo nível da transição é representado pelo redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base em novos conjuntos de processos ecológicos. Nesse caso, se buscaria eliminar as causas daqueles problemas que não foram resolvidos nos dois níveis anteriores. Em termos de investigação já foram feitos bons trabalhos em relação à transição do primeiro para o segundo nível, porém estão recém começando os trabalhos para a transição ao terceiro nível, quando se estaria mais próximo de estilos de agriculturas sustentáveis. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13-14 ).

Assim, a transição agroecológica se constitui na prática da agricultura familiar que, convivendo dentro da economia de mercado e baseada em um modo de vida camponesa, busca construir maiores níveis de autonomia, partindo da racionalização no uso e de substituição de insumos, passam ao redesenho das unidades produtivas, além das relações sociais envolvidas. Os pilares da transição agroecológica podem ocorrer de maneira simultânea, no espaço de organização do trabalho em que está presente o núcleo familiar, de maneira individual ou coletiva, como estratégia endógena nas inovações de manejo dos agroecossistemas (FEIDEN *et al.*, 2002).

Quanto ao *processo de transição agroecológica*, partindo da mesma base conceitual de Altieri (1998, 2012), Caporal e Costabeber (2004) consideram que

conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; p. 12).

Petersen *et al.* (2017, p. 32), partindo do conceito de metabolismo socioecológico, definem o agroecossistema “como uma unidade social de apropriação e conversão de bens ecológicos em bens econômicos”. No enfoque agroecológico, o agroecossistema é assumido, portanto, “como um sistema auto-organizativo, comandado por um núcleo social de gestão portador de capacidade de interpretar e intervir sobre a realidade, visando ao alcance de seus

variados objetivos econômicos e socioculturais” (PETERSEN *et al.* 2017, p. 67).

Segundo Denis Monteiro (2012, p. 68), “os agroecossistemas partem do conceito de uma unidade básica de análise e intervenção”. Parte constituinte da agroecologia, os agrossistemas proporcionam fundamentos para (re)desenhos e manejos das unidades de produção com o foco mais diversificado. Sua produção abastece comunidades com alimentos em abundância, com relações harmônicas com o meio ambiente, sendo estas partes essenciais para a sustentabilidade nos ciclos da água, dos solos férteis, da biodiversidade, da riqueza cultural e dos conhecimentos ancestrais de povos e comunidades tradicionais.

De modo similar, na cartilha agroecológica produzida pelo Instituto Giramundo Mutuando (2005), vemos a reafirmação de que a transição agroecológica se dá por princípios seguidos na trajetória de consolidação de um território, com produção sustentável e comercialização justa. Para isso, é preciso garantir a participação efetiva das famílias agricultoras no planejamento das inovações de sistemas, corresponsabilidade e solidariedade nos espaços construídos de socialização (INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO, 2005).

Na projeção de sistemas agrícolas sustentáveis, a agroecologia, enquanto ciência, nasce a partir da junção das agriculturas, reconhecendo o saber tradicional da agricultura em perspectiva horizontal com o saber científico. O modo como esta ciência se enraíza com a prática apresenta conexões com a agricultura campesina, que retoma suas origens de luta e resistência na terra, no estado da arte, com a herança sociocultural interligada com os projetos de vida desses sujeitos agroecológicos, os(as) agricultores(as) (ALTIERI, 2012).

Ploeg (2008) pontua que o desenvolvimento rural se dá através da construção da base de recursos com a coprodução entre relações sociais e a natureza, alcançando o princípio camponês. Essas visões se conectam com a abordagem da agrobiodiversidade. Segundo Machado, Santilli e Magalhães (2008), os sistemas produtivos em transição agroecológica estão relacionados

com as diferentes práticas de manejo dos agroecossistemas, os saberes e os conhecimentos agrícolas tradicionais, relacionados com o uso culinário, em festividades, em cerimônias religiosas, etc. A agrobiodiversidade é resultado da interação de quatro níveis de complexidade: a) sistema de cultivo; b) espécies, variedades e raças, c) diversidade humana e d) diversidade cultural. (MACHADO, SANTILLI e MAGALHÃES, 2008, p. 28).

A junção dos saberes e das experiências práticas de produção são elementos da reprodução de novos ciclos de produção sustentável que podem vir por meios de intercâmbios e mutirões (CARVALHO; COSTA, 2012a).

Na promoção da agrobiodiversidade, Machado, Santilli e Magalhães (2008, p. 31) entendem que “o processo de relações e interações do manejo da diversidade” são “interações do saber local” [...] “dos valores socioculturais, manejo ecológico dos recursos naturais e dos agroecossistemas” baseados em “ações socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas”, podendo ser impulsionadora de inovações na comercialização de circuitos curtos.

Para suprir a rede de comercialização, por exemplo, em que os adeptos têm interesse com o que consomem em seu dia a dia, as CSAs buscam proximidade com agricultores(as) e transparência nos sistemas produtivos com técnicas de manejos e práticas agroecológicas que proporcionam a diversidade alimentar, sob o paradigma da economia solidária. Niederle (2014) reuniu informações relacionadas aos circuitos curtos de comércio que trazem contribuições para viabilizar inovações comerciais, como a CSA — ato sociocultural na discussão da alimentação saudável que sustenta a produção de novas interfaces entre agricultores(as) e consumidores(as).

Nesse sentido, Altieri (1998) aborda que os

novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido. Para serem eficazes, as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas. (ALTIERI, 1998, p. 21).

No assentamento OAI, esses aspectos são visíveis na inovação da comercialização pelas CSAs, com ênfase na melhoria de vida para os(as) agricultores(as) locais e para os(as) consumidores(as), fortalecendo "relações econômicas regenerativas para uma agricultura que preza pela saúde de produtores e consumidores, na valorização de práticas solidárias nas relações interpessoais, na conscientização nutricional e socioambiental do potencial de cadeias alternativas à produção e distribuição de alimentos" (TORRES, 2017, p. 12).

Niederle (2014) observa que na comercialização, os espaços de mercado socialmente construídos são cercados de representações simbólicas de caráter coletivo e territorializado, ponto incluso na transição agroecológica. O ato de “fazer agricultura” agrega forças econômicas com fatores socioculturais, pois “o alimento assume o caráter de dádiva, cercado de valores e representações que solidificam laços sociais” (NIEDERLE, 2014, p. 83).

Para Ploeg (2008), o fazer agricultura no modo camponês segue a orientação para a produção e o crescimento no valor agregado por unidade agrícola, e tem como base os atores

individuais envolvidos na produção, levando em consideração o desenvolvimento do valor agregado na escala da comunidade.

Assim, a ampliação do movimento agroecológico em experiências de trajetórias de produção orgânica provém das “relações de reciprocidade e confiança entre os agricultores e os consumidores, fruto da recorrência das relações sociais e dos valores morais compartilhados nesses novos mercados” (NIEDERLE, 2014, p. 85) na implantação de CSA, bem como na produção e no consumo de alimentos ecológicos, potencializando o manejo de agroecossistemas no território.

### **1.3 Agroecologia como ação política na luta pelo acesso à terra**

A agroecologia é uma ação política, uma vez que transcende aspectos operacionais e questiona a atual lógica produtiva e hegemônica de poder sobre o meio rural. Stédile (2012) afirma que os movimentos sociais do campo que fazem parte da articulação da Via Campesina, como o MST, necessitam de novas tecnologias de produtividade, baseadas em princípios da agroecologia. Para a promoção da educação no campo, dos cultivos e manejos sem uso de agrotóxico e políticas públicas que sejam direcionadas para os atores envolvidos nos movimentos, bem como para a sociedade que será beneficiada.

A dimensão política da agroecologia está na resistência contra hegemônica à Revolução Verde. Segundo Altieri e Nicholls (2020), nas últimas três décadas, a transição do modelo da agricultura convencional para a agroecologia ganhou atenção na prática das famílias rurais por proporcionar benefícios sociais, econômicos e ambientais. Contudo, os cenários não estão favoráveis para a garantia de produção para a população humana urbanizada em decorrência dos preços altos, suprimentos limitados, dificuldades de acesso à água, mudanças climáticas, tensões sociais e oscilações econômicas.

No Brasil, a concepção da agroecologia na trajetória do MST<sup>21</sup> consolidou-se a partir do diálogo entre a prática social voltada para o enfrentamento dos desafios produtivos cotidianos nos territórios e a luta política travada de forma ampla.

---

<sup>21</sup> O MST surgiu em 1984, “Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizaram essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, [202-]).

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) instituiu em seu discurso a agroecologia enquanto bandeira política a fim de se contrapor ao modelo agrícola hegemônico e também como oportunidade de se integrar aos debates globais acerca do desenvolvimento sustentável. Os atos intrínsecos e extrínsecos à adoção da agroecologia enquanto estratégia política materializaram-se de diversas formas, desde ações diretas de enfrentamento às empresas transnacionais agro-farmacêuticas nas “Jornadas de Agroecologia”, às ações locais como oficinas e cursos de capacitação em agroecologia nos assentamentos de reforma agrária. (DE’CARLI, 2013, p. 106).

Correa (2007 apud DE’CARLI, 2013) pontua que a incorporação da agroecologia à agenda discursiva do MST pode ser explicada por duas dinâmicas, interna e externa:

as parcerias com outras organizações da sociedade civil brasileira e latino-americana, como a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Via Campesina e a Cordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (Cloc); e as avaliações internas sobre as expectativas da produção dos assentamentos e cooperativas ao longo da década de 1990. (CORREA, 2007 apud DE’CARLI, 2013, p. 116).

Nas décadas de 1980 e 1990, a maior parte dos programas de crédito e de assistência técnica orientou-se pelo paradigma produtivista do chamado modelo convencional de agricultura, em que as famílias dos assentamentos e cooperativas vinculados ao MST frequentemente se encontravam em situação crítica, de maior vulnerabilidade. Esse modelo “gerou um alto endividamento para compra de insumos e tecnologia, com falências de inúmeras empresas sociais [...], gradativamente [propiciando a busca por] paradigmas produtivos que fossem alternativos” (DE’CARLI, 2013, p. 116).

De’Carli (2013) pontua que a resistência se deu pela reafirmação do patrimônio vivo nas práticas desenvolvidas pelas famílias camponesas, enriquecendo-se em diálogo com novas abordagens científicas da agricultura, através de ações como aquelas articuladas pela Rede de Intercâmbio em Tecnologias Alternativas (Rede Projeto de Tecnologias Alternativas).<sup>22</sup>

A organização social, segundo Schmitt (2011), faz parte da estratégia de desenvolvimento rural nas atividades multifuncionais dos espaços e territórios. Os atores nos espaços rurais, fundamentam-se em três elementos:

(i) o rural, em suas diferentes configurações e atividades, é identificado como lugar de co-produção entre os seres humanos e a natureza; (ii) o rural é caracterizado, também, em termos relativos, como ambiente onde predominam pequenas e médias empresas; (iii) por fim, identifica-se, nas áreas rurais, uma presença mais forte de mecanismos não-mercantis de intercâmbio, o que contribui para que essas regiões consigam manter uma certa resiliência frente às oscilações do mercado. (SCHMITT, 2011, p. 101).

<sup>22</sup> Rede formada a partir do Projeto de Tecnologias Alternativas, coordenado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), na década de 1980, que promoveu os primeiros intercâmbios em tecnologias alternativas com organizações e movimentos sociais citados por De’Carli (2013).

No presente estudo, foi observado que as ações coletivas da Apropera ocorrem por iniciativas comerciais, utilização de sistemas biodiversos e organizações coletivas de trabalho, esforço presente entre estes sujeitos do campo. Os(As) agricultores(as) manifestam relações com a natureza voltadas para a autonomia de sementes, implementação da biodiversidade, produção de biomassa, manejos em SAFs, entre outras práticas, como formas de menor dependência externa de insumos e maior ampliação da rede de sujeitos do campo, através do conhecimento manifestado nas ações associativas e nos círculos curtos de comercialização.

Os territórios, por meio de projetos coletivos, pautam o aproveitamento racional dos recursos locais e criam espaços de participação e de organização socioinstitucional que permitem mobilizar atores e organizações, algo também salientado por autores como López-Santos, Castañeda-Martínez e González-Díaz (2017). Podemos dizer que é o caso das associações presentes no assentamento. Nesse sentido, verificamos a relevância da reapropriação de cursos e projetos de SAFs pelas famílias agricultoras da Apropera, mediados por organizações não governamentais (ONGs), parceiros e movimentos sociais presentes no território do Pipiripau. Em especial, este processo foi fortalecido através de mutirões periódicos que deram identidade à associação em questão, dando continuidade aos processos iniciados em projetos, quando foram concluídos e cessaram seus recursos.

#### **1.4 Referenciais socioculturais manifestadas na memória biocultural e nos saberes na transição agroecológica**

Caporal, Costabeber e Paulus (2011, p. 46) definem as referências socioculturais na transição agroecológica como “aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenhos de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade”.

Em relação aos povos tradicionais, Little (2003) define as referências socioculturais no Brasil a partir de grandes áreas de conflito, por possuir dois fatores importantes: a diversidade biológica (biodiversidade) e a diversidade sociocultural. Essas áreas são alvo de multinacionais biotecnológicas que, em sua grande maioria, seus interesses, se concentram em territórios de povos tradicionais.

Nas categorias analíticas das referências socioculturais, a memória biocultural está localizada nos centros de diversidade biológica e linguística (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS; 2015). Para esses autores, a diversidade biológica é o cálculo das riquezas de espécies presentes em determinada área. Já a diversidade linguística é o modo de compreender as condições de diálogos e convivência<sup>23</sup>.

A memória biocultural, na percepção desta pesquisa, é uma forma de registro de elementos que estão presentes nas referências socioculturais manifestadas nas histórias de vida de pessoas que, por motivos diversos, entre inúmeras dificuldades, têm o propósito de alcançar um equilíbrio entre meio ambiente, território, produção alimentar e renda. A mudança para outros ambientes, locais e biomas carrega consigo referenciais socioculturais nos modos e maneiras de plantios, que podem ser e são adaptadas pelo presente do cotidiano. A chegada das famílias no assentamento OAIII, como na trajetória da luta pelo acesso à terra, configura-se por meio de suas lembranças, modos de vida múltiplos e moldáveis, simultâneos com os desejos de uma vida no campo, promovendo as ações da agroecologia. Estas ações são ancoradas pelas práticas coletivas e encontros entre agricultores(as), base fundamental para os mutirões serem pontos de referências socioculturais.

Attuch (2006, p. 17) relaciona esses conhecimentos em “meios, técnicas e capacidades especiais”, sendo elas a retenção do conhecimento profundo — já que o saber é vivo na memória e permite “compreender e explicar, fazer previsões, estar convencido ou ter certeza de algo”. Isto é, as relações com a história de vida na consolidação da parcela produtiva estão interligadas com a memória e as inter-relações do conhecimento e de existência.

A transmissão oral é uma maneira de buscar a memória, os saberes e os fazeres agroecológicos, que se baseiam na diversidade de manifestações com a relação homem-natureza, ancestralidade e identidade, práticas individuais, coletivas e transgeracionais. Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 92) apontam que a transmissão do conhecimento se dá “através da linguagem” — a oralidade — e afirmam “que a memória é o recurso mais importante da vida tradicional”, é a transmissão de um “conhecimento ágrafo” em determinado espaço e tempo.

Os saberes populares são formas de sabedoria individual e coletiva que expandem por um domínio territorial ou social determinado e, “na dimensão espacial, os camponeses manipulam a paisagem natural de modo a manter e promover duas características ambientais:

---

<sup>23</sup> Para maior aprofundamento e compreensão da diversidade biológica e diversidade linguística, consultar TOLEDO e BARRERA-BASSOLS; 2015, p. 44-46.

a heterogeneidade espacial e a diversidade biológica” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 75). Esse contexto multidiverso que os(as) agricultores(as) vivenciam em “culturas agrícolas, áreas de pousio, florestas primárias e secundárias, hortas familiares, pastagens e corpos d’águas, são segmentos de um sistema integrados de produção” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 75) manifestado pela experiência cotidiana e reflexões de modo de vida.

Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 138) relatam que “natureza, cultura e produção, são, então, aspectos inseparáveis que permitem a construção dos saberes locais, os mesmos que se baseiam nas experiências individuais e sociais desenvolvidas em contextos locais dinâmicos regulados pelas instituições sociais”. Assim, os ciclos dos modos de vida de cada agricultor(a) têm espaços mais amplos de se apropriar da natureza, e dependem das relações de sociedade em que estão inseridos(as), por meio dos conhecimentos acumulados e simultâneos que são trazidos pelas dinâmicas tecnológicas e socioeconômicas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Claude Lépine (1979) define a cultura como um produto da atividade da função simbólica, representada no termo intermediário entre o homem e a natureza. Numa estrutura do sistema psíquico do indivíduo humano, a cultura ocupa um lugar simétrico, ou seja, ações reflexivas em conjunto compõem a totalidade do trabalho, sendo a reintegração da cultura na natureza.

Na convivência humana, os elementos socioculturais (referenciais) em contato com a biodiversidade local, construída e transformada em unidades de aprendizagem do sistema de produção agroecológica, acentuam que a continuidade e o surgimento de práticas agroecológicas se relacionam aos jeitos de viver o dia a dia, resultado daquilo que conhece e observa, mas também com o que foi acumulado como parte da sabedoria geracional.

Díaz (2014) pontua a relação homem-natureza na perspectiva do desenvolvimento rural, como a junção dos processos sociais na apropriação do espaço geográfico, promovido pelas relações econômicas desenvolvidas através das ações da agroecologia. Isto é, permite o ordenamento da paisagem no espaço geográfico com fenômenos de percepção e integração carregados pela história cultural de uma sociedade em seu território. Este ponto é evidenciado na inovação da comercialização realizada pelos(as) agricultores(as) da Aprospira.

A partir da abordagem etnoecológica<sup>24</sup> de Toledo e Barrera-Bassols (2015), propomos um estudo de observação da paisagem (agroecossistemas manejados), junto com histórias de vida e acesso à memória. Como descrito na figura 1, a observação por vias de transmissão: “como um sistema de conhecimento (*corpus*) e com um sistema de crenças<sup>25</sup> (*kosmos*), o qual, por sua vez, ganha sentido em função das práticas (práxis)” nos usos e manejos do meio ambiente (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 142). Há uma rede de interpretação dos modelos de mundo, a partir das referências socioculturais. Em particular, propõe-se a integração, validação e comparação de diretrizes de implementação da transição agroecológica no desenvolvimento local sustentável na promoção de atores locais.

Baseando-se nos conceitos abordados por Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 142), as dimensões do enfoque “holístico e multidisciplinar” estão presentes nas maneiras de crer no envolvimento com o ambiente holístico cultural; reconhecer, na sua identidade, a agricultura tradicional; e significar o mundo por suas ações na construção da paisagem de sua parcela produtiva, através das práticas individuais e sociais.

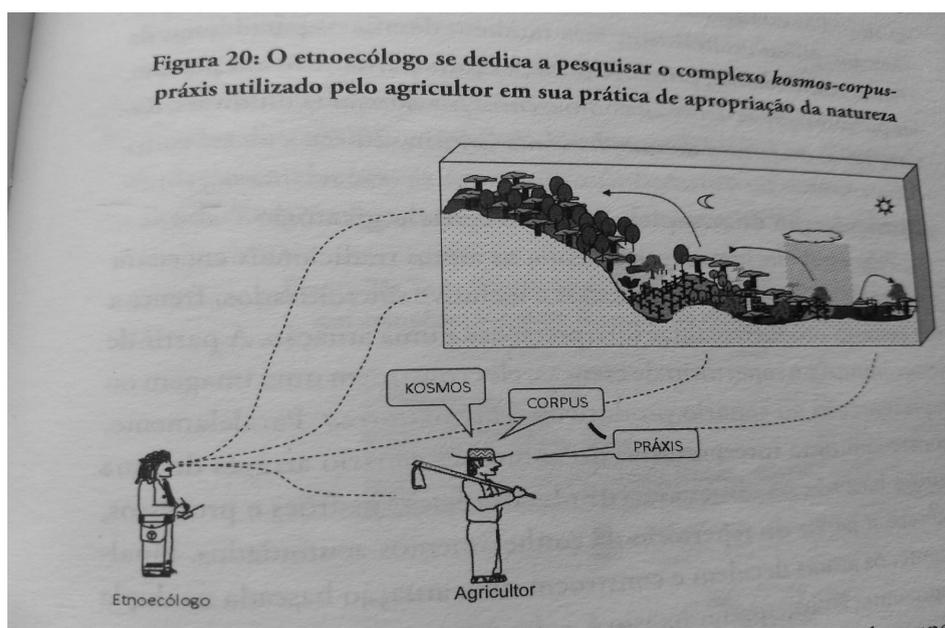
Na perspectiva dos autores, é por meio da etnoecologia, que agricultores tradicionais a partir das suas principais dimensões como um sistema de conhecimento, sistema “complexo *kosmos-corpus-práxis* [figura 1] dentro dos processos de produção nas diversas escalas, assim como compreender a realidade local por meio do estudo das dinâmicas, representações, rituais e simbolismos dos fatores naturais” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 142-143), captados nos modos de vida.

**Figura 1: Complexo *kosmos-corpus-práxis* e o agricultor em sua prática de apropriação da natureza**

---

<sup>24</sup> O conceito de *etnoecologia* engloba a junção de relações humanas com as espécies e o ambiente, das adaptações das populações com as condições ecológicas (PRADO; MURRIETA, 2015).

<sup>25</sup> Ailton Krenak (2020), no livro *Caminhos para a cultura do Bem Viver*, informa a cosmociência indígena dos povos, o estudo do cosmos, em que a vida é além do que temos como planeta, há constelações, galáxias, ecologias e o ser humano está integrado nesse grande organismo, a Terra.



Fonte: Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 143).

Nas relações sociais com o meio ambiente, a interação homem-natureza traz efeitos na transformação da paisagem decorrentes das atividades produtivas. Estas interações foram interpretadas na pesquisa a partir do território, memória, laços, terra e variedades de espécies de plantas, as quais trazem percepções do nível de intervenção humana positiva na área produtiva do assentamento OAIIL.

Assim, as referenciais socioculturais na transição agroecológica, advinda da troca de experiências em espaços coletivos, grupos ou núcleos, ocorre em território por meio da resistência de agricultores(as) na busca de acesso à terra, formuladas por uma organização de base — constituem ponto fundamental da troca de conhecimentos técnicos e tradicionais.

A mobilização da comunidade da Aprospera, formada pelas capacitações, oficinas e mutirões no território do assentamento OAIIL, é a demonstração dos diálogos entre saberes técnico-científicos e tradicional-popular que ensejam a transição agroecológica no território, por meio das práticas e tecnologias relacionadas à sociobiodiversidade do Cerrado, apropriação das plantas alimentícias não convencionais, processamento artesanal de alimentos e promoção da biodiversidade nas unidades produtivas.

## CAPÍTULO 2

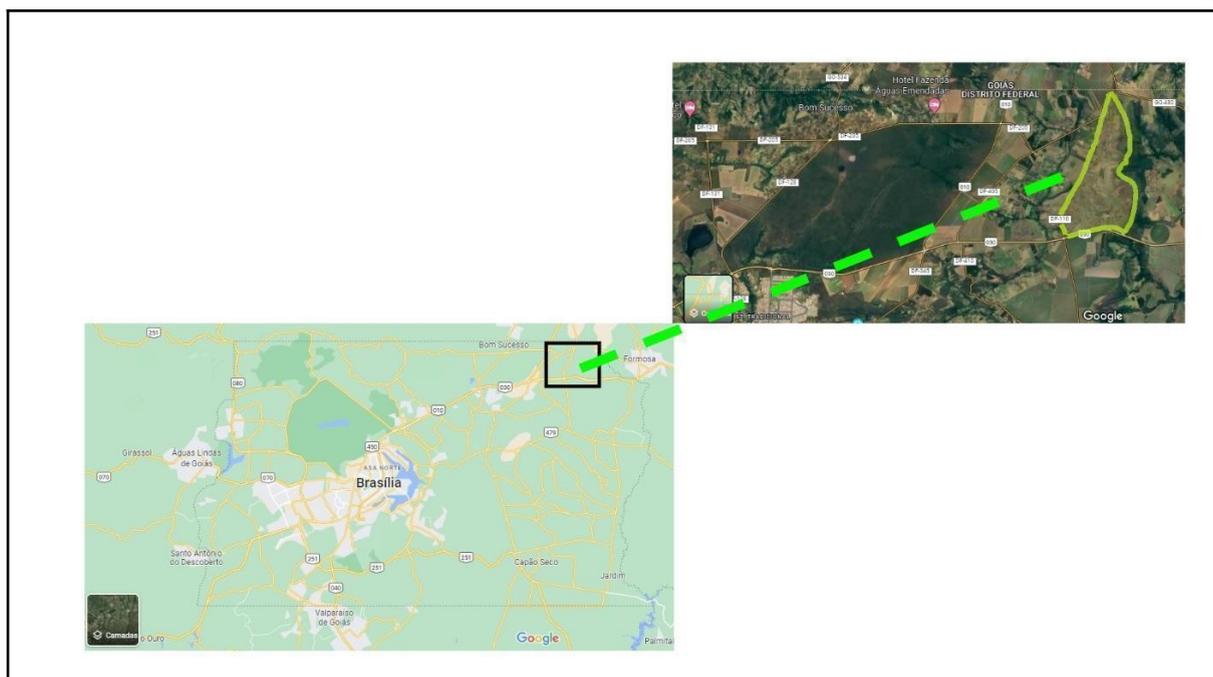
### TERRITÓRIO E FAMÍLIAS EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES III

Neste capítulo, objetivamos atender à caracterização e ao histórico da área de estudo. São abordados ainda os aspectos metodológicos da pesquisa. Frente à pandemia da Covid-19, os instrumentos de pesquisa foram se moldando para as entrevistas com as famílias em transição agroecológica do assentamento, bem como para o registro das peculiaridades de cada família.

#### **2.1 Área de estudo: histórico e caracterização físico-ambiental do Assentamento Oziel Alves III**

A ocupação do território ocorreu segundo relatos históricos como território de caça e pequena agricultura de antigos grupos Macro-Jê”. O Distrito Federal, o território de caça, coleta e agricultura, em princípios do Século XVIII, quando da chegada dos mineradores paulistas e portugueses (BERTRAN, 1994, p. 26).

Já a construção da região do nordeste do Distrito Federal iniciou-se pela ligação comercial, entre as cidades de Vila Boa de Goiás (atual cidade de Goiás) e o nordeste de Minas Gerais. O comércio de ouro, pedras preciosas, carne e couro percorria o território da atual região do Assentamento OA III, surgindo vilarejos para o atendimento dessas demandas comerciais: pequenos centros urbanos, como o Arraial dos Couros (atual Formosa - GO) e o Arraial Mestre d’Armas, atual Planaltina - DF (BERTRAN, 1994), próxima à qual localiza-se o Assentamento. A cidade de Planaltina (DF) teve um forte crescimento em anos anteriores à inauguração de Brasília, já que era a “única estrutura urbana próxima aos canteiros de obra” (figura 2) (MOURA, 2010, p. 57).



**Figura 2:** Localização geográfica do Assentamento OAIII. Mapa elaborado pela autora (JUNHO, 2022). O AOA III está delimitado pela linha verde da imagem do lado direito.

Na década de 1980, Moura (2010, p. 33) relata que grupos de movimentos sociais agrários seguiram a organização de ocupação e retomada de terras “nas regiões de Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”. Com o objetivo de ocupação de terras improdutivas, aglutinaram e organizaram a população historicamente expulsa de suas terras, incluindo camponeses tradicionais, além de “posseiros, trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos” (MOURA, 2010, p. 33). Dessa forma, a conquista de “acesso à terra e à produção” tem se manifestado de forma ordenada pela força popular, direcionada e amparada pelos movimentos sociais.

A transição agroecológica, como projeto político de transformação da sociedade realizado pelos movimentos sociais, consiste numa estratégia de “restauração da fratura metabólica entre o homem e a natureza, numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano, algo que entretanto só pode ser plenamente alcançado numa ordem social que supere as relações capitalistas” (GUHUR; SILVA, 2010, p. 4).

A partir dessa lógica, as áreas improdutivas, resultado de exploração de plantios convencionais e danos ambientais, foram ocupadas para fins de reforma agrária. Esse é o caso da área de estudo que fazia parte da Fazenda Larga, produtora de soja e eucalipto da região do Pipiripau, com pequenas áreas de vegetação nativa remanescente do Cerrado. Segundo Bárbara Borges (2018), essa área passou anos improdutiva e abandonada.

Em 2002, a ocupação da área considerada a área-mãe<sup>26</sup> — área de acampamento localizada próximo à vereda<sup>27</sup> (figura 3), na rodovia DF-110 — fortaleceu e promoveu diversos grupos de agricultores(as) de vários acampamentos<sup>28</sup> e assentamentos formados no DF, resultado da área pleiteada pelo MST. A área-mãe foi acampamento durante os anos de 2002-2005, sendo posteriormente destinada para área de reserva do assentamento OAIII.

**Figura 3 – Vereda na rodovia DF-110, localização da grota d’água/nascente em área antiga do acampamento**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2020.

No local do acampamento havia uma estrutura de casa de alvenaria de dois cômodos, sem telhado, na qual realizavam assembleias. É importante registrar a abundância da água. Atualmente, a área-mãe, faz parte de APP do assentamento, localizada à beira da estrada de chão, onde há uma vereda remanescente, coberta por vegetação invasora de braquiária e algumas árvores do Cerrado. Na avaliação de Cessa et al. (2018) a área de Reserva Legal do assentamento OAIII ocupa 17,5% da área total, abaixo do valor obrigatório do Novo Código Florestal, assinalaram também a percepção da redução de área de APP e supressão da vegetação.

---

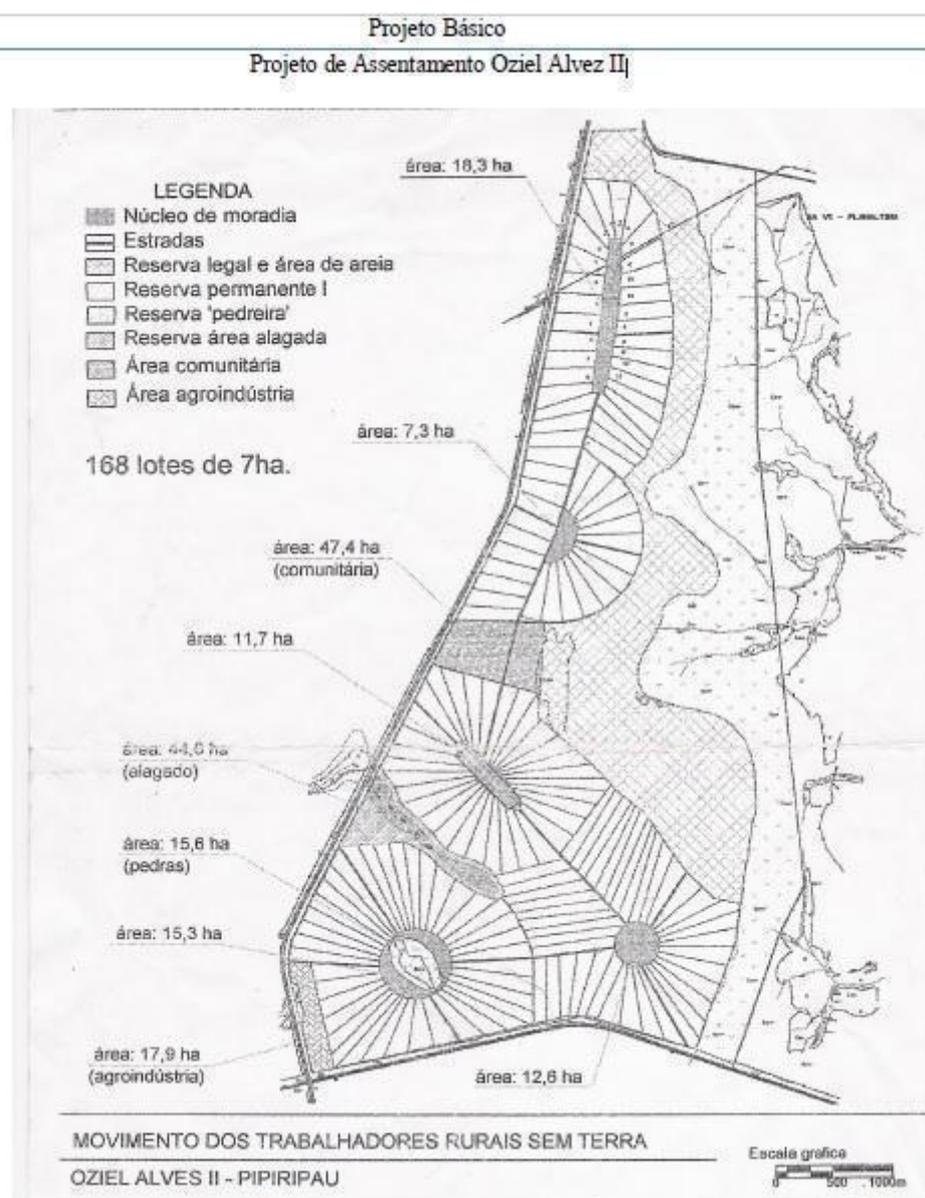
<sup>26</sup> Área-mãe: considerada uma área de grande extensão abrigou mais de 600 famílias, em sistema rotativo, durante todo processo de acampamento, sendo uma área-base para receber grupos de famílias de trabalhadores rurais e realizar a distribuição entre futuros acampamentos, fortalecendo o processo de projetos de assentamentos.

<sup>27</sup> Vereda é a fitofisionomia com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* emergente, em meio a agrupamentos mais ou menos densos de espécies arbustivo-herbáceas. As Veredas são circundadas por campos típicos, geralmente úmidos. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cerrados/colecao-entomologica/bioma-cerrado/vereda>. Acesso em: 31.05.2022.

<sup>28</sup> Acampamento, segundo Fernandes (2012, p. 23), são “espaços e tempos de transição na luta pela terra”.

Moura (2010) relata que, durante o período de acampamento, as famílias tinham muita organicidade. Aliada ao MST, a Associação Regional de Cooperação Agrícola (Arca) elaborou o Plano Básico do Projeto de Assentamento Oziel Alves II (PBPA), no ano de 2003. Nele, constam as primeiras descrições fisionômicas e dados socioambientais, demarcação dos piquetes dos lotes, com 16 grupos em formatos de raio de sol, e delimitações das parcelas com as áreas comunitárias, conforme demonstrado na figura 4.

**Figura 4 – Mapa elaborado pela Arca no Projeto de Desenvolvimento de Assentamento**



Fonte: Associação Regional de Cooperação Agrícola (2003).

Em 2004, as famílias acampadas junto ao MST realizaram os sorteios dos lotes e a redistribuição das famílias nas parcelas, entrando em situação de pré-assentamento. Segundo Moura (2010):

nova — realidade para os Sem Terra, que se posiciona entre o acampamento e o assentamento: o *pré-assentamento*. Sem existência jurídica definida, esta situação é configurada pelo acesso à terra requerida consubstanciado pelas próprias famílias acampadas, porém sem acesso às políticas públicas da reforma agrária. (MOURA, 2010, p. 34).

Durante o período de acesso à terra e busca de produção (seja para subsistência ou comercialização), as famílias encontram uma realidade de “campo de guerra” entre esferas burocráticas e táticas do Estado para enfraquecer a reforma agrária (STÉDILE, 2012) e a permanência no campo.

Acampados em barracos de lona, sem acesso a serviços básicos (água, luz, saneamento), os(as) agricultores(as), durante o período das entrevistas relatavam sobre o que sofreram com o preconceito, discriminação social, racismo, insalubridade, ameaças de posseiros. São enfrentamentos que perpassam os anos de luta<sup>29</sup>.

Em 2005, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizou o primeiro empréstimo para os(as) agricultores(as), viabilizando o plantio de mandioca. As primeiras mudas para o reflorestamento da terra foram doadas pela UnB (EMATER(DF), 2013). Em 2006, a universidade realizou ações de capacitação em plantios de maracujá, banco de sementes para as culturas de milho, feijão, abóbora e melancia, práticas de apicultura, avicultura e suinocultura. Porém, devido à falta de acompanhamento técnico, não houve desenvolvimento significativo da produção agrícola (EMATER (DF), 2013).

Em 2011 foi criada a Associação dos Produtores Rurais Artesanais de Oziel Alves III (Apracoa), a primeira associação do assentamento, contemplando 90% dos(as) assentados(as) (BORGES, 2018). Após 10 anos de luta enquanto pré-assentamento, em 20 de dezembro de 2012, foi publicada a portaria de criação do assentamento Oziel Alves III, registrada pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Naquele momento, 10 famílias foram contempladas com hortas do Projeto Produção Agroecológica Integrada Sustentável (Projeto Pais), com áreas de aproximadamente 400 m<sup>2</sup>, a partir do apoio da ONG Assefa (*Association for Sarva Seva Farms*). Em 2013, foi realizado o primeiro cadastro oficial de concessão de uso da terra e o cadastramento das

---

<sup>29</sup> Os relatos estão presentes no capítulo 3.

famílias no Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (EMATER (DF), 2013). A Tabela 1, detalha as principais datas e acontecimentos do Assentamento OAIIL.

Tabela 1: Principais eventos relacionados ao histórico do Assentamento Oziel Alves III

Ano	Eventos relacionados ao histórico do Assentamento Oziel Alves III
2002	Ocupação da área pleiteada
2003	Realização do Plano Básico do Projeto de Assentamento Oziel Alves II (PBPA)
2004	Realização do sorteio dos lotes (pré-assentamento)
2005	Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizou o primeiro empréstimo para os(as) agricultores(as)
2006	UnB realiza ações de capacitação em plantios de maracujá, banco de sementes para as culturas de milho, feijão, abóbora e melancia, práticas de apicultura, avicultura e suinocultura.
2011	Fundação da Associação dos Produtores Rurais Artesanais de Oziel Alves III (Apracoa)
2011	Capacitação em Sistemas Agroflorestais (SAFs) e criação de 4 unidades produtivas de boas práticas agropecuárias
2012	Publicada a portaria de criação do assentamento Oziel Alves III, registrada pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).
2012	ONG Assefa ( <i>Association for Sarva Seva Farms</i> ) realiza a implantação de hortas do Projeto de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (Pais).
2013	Primeiro cadastro oficial de concessão de uso da terra e o cadastramento das famílias no Programa Minha Casa, Minha Vida Rural
2014	Obras para abastecimento de água pela CAESB
2015	69 famílias recebem da Rede Passitec (EMBRAPA) mudas de Maracujá BRS Pérola do Cerrado
2015	Encontro dos(as) agricultores(as) em mutirões para manejos nas unidades produtivas de boas práticas agropecuárias, SAF.
2016	Fundação da Associação de Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu - Aprospera.
2016	Edital ISPN - Formação e Capacitação em Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).
2016	Primeiro grupo de produtores orgânicos certificados pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (Opac Cerrado).
2017	Conclusão das obras de Abastecimento da Caesb.

2017	Os(as) associados(as) da Apracoa foram contemplados com a chamada pública da Seagri-DF para aquisição de uma patrulha agrícola mecanizada de médio porte (BORGES, 2018).
2017	Capacitação em Comunidades que Sustentam a Agricultura. E primeiras comunidades estabelecidas.
2019	Restauração de 20 hectares de Cerrado por semeadura direta em área comunitária próxima à Aprospera Plantio, colheita e realização da Primeira Pamonhada Mi Cria da Aprospera
2020	Pandemia da Covid-19 afeta mutirões e encontros no assentamento.
2021	Implantação de 3,5 hectares em Sistemas Agrocerratenses Inclusivos (SACI). 1ha via Nea/UnB e 2,5ha via WWF Brasil. Foram 5 famílias beneficiadas, sendo que 3 famílias no AOA III e 2 famílias no Assentamento Roseli Nunes.

Fonte: Elaborado pela autora. (MAIO, 2022).

A localização do assentamento OAIII, abrange uma região marcada desde seu histórico com características favoráveis à produção agrícola. Com altitude mínima de 1.060 m e máxima de 1.185 m, a região favorece o desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris e mecanização agrícola, com relevo plano e suave ondulado (EMATER (DF), 2013).

Na caracterização dos solos no assentamento estão presentes as classes de Latossolos, Vermelho (69,57%) e Vermelho-Amarelo (18,56%), Cambissolos (1,80%), Gleissolos (0,79%) e Neossolo Quartzarênicos (9,29%) (EMATER (DF), 2013). Na caracterização da cobertura vegetal e no uso do solo do assentamento, a região, com um total de 2.187,23 ha, apresenta área de chácaras/pousio de 1.685,55 ha, bem como vegetação natural remanescente de campo (sujo/rupestre), (123,24 ha) Cerrado *stricto sensu* (370,52 ha) com formações mais densas de cerradão e cerrado rupestre, e veredas/campo úmido (7,92 ha), que apresentam relevo acidentado ou em depressões (EMATER (DF), 2013). No total, há 12 fitofisionomias distintas, entre campos e savanas, formações florestais com madeira de densidade alta, um verdadeiro mosaico de ecossistemas que se moldam no percurso da sua territorialidade (LIMA, 2019).

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) (EMATER (DF), 2013), foram constatadas 241 espécies pertencentes a 67 famílias botânicas, divididas em grupos que incluem

- (1) espécies raras e ameaçadas (em nível local, regional, nacional e global);
- (2) de valor econômico (medicinais e aromáticas, fruteiras, produtoras de fibras, óleos, ceras e taninos, legumes e verduras, raízes, ornamentais, tóxicas, madeiras, entre outras);
- (3) espécies necessárias para restauração ou reabilitação de ecossistemas;
- (4)

espécies-chaves para a manutenção e estabilidade de ecossistemas; e, (5) espécies taxonomicamente isoladas (EMATER(DF), 2013, p. 109).

As áreas de preservação permanente (APP) correspondem a 28,77 ha e de reserva legal, a 843,35 ha (EMATER (DF), 2013). As áreas comunitárias que são facilmente delimitadas nas áreas centrais dos núcleos em raio de sol, correspondem a 137,16 ha. Os recursos hídricos são escassos, e os mecanismos de obtenção de água, para sanar a escassez é por meio de poços e cisternas perfurados pelos moradores com recursos próprios em profundidades variáveis (EMATER (DF), 2013). O abastecimento para consumo doméstico é feito pela rede de abastecimento da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb).

As fisionomias naturais da região contemplam formações florestais (veredas), savânicas (cerrado sentido restrito, cerrado rupestre, cerrado ralo) e campestres (campo sujo e limpo).<sup>30</sup>

## 2.2 Dados socioeconômicos do Assentamento Oziel Alves III

O Plano Básico de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) realizado em 2003, incluía 722 cadastros de agricultores(as) rurais, com distribuição sexual equilibrada, ou seja, 50% mulheres e 50% homens (ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA, 2003). Costa, Vieira e Silva (2021) em 2015 realizaram o levantamento socioeconômico, com 69 famílias, beneficiadas, com mudas de Maracujá BRS Pérola do Cerrado, pela rede Passitec (EMBRAPA).

No trabalho do PDA, realizado em 2013, aplicando o Índice de Desenvolvimento

---

<sup>30</sup> Segundo o PDA (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, 2013), no levantamento florístico, no assentamento existem 2 (duas) veredas nas margens da DF 110, as quais abastecem o Ribeirão Pipiripau, e as espécies que se destacaram nesta fitofisionomia foi buriti (*Mauritia vinifera*) e embaúba (*Cecropia pachystachia*), sendo que nas proximidades de uma das Veredas ocorre vegetação típica de mata de galeria, na qual se destaca as espécies aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), açoita cavalo (*Luehea candicans*), amarelão (*Apuleia leiocarpa*), angico vermelho (*Anadenanthera macrocarpa*), bacupari da mata (*Cheilochlinium cognatum*), bosta de rato (*Hirtella glandulosa*), canela de velha (*Aspidosperma subincanum*), camboatá (*Matayba guianensis*), chá de soldado (*Hedyosmum brasiliense*), carvoeiro da mata (*Sclerolobium paniculatum*), capitão da mata (*Terminalia brasiliensis*), clusia (*Clusia cruiva*), cuia do brejo (*Styrax camporum*), embaúba (*Cecropia pachystachia*), fruta de pombo (*Erythroxylum deciduum*), guamirim (*Myrcia rostrata*), ingá da mata (*Inga spp*), ipê amarelo (*Tabebuia aurea*), jaborandi (*Piper spp*), jatobá da mata (*Hymenaea courbaril*), jacarandá da mata (*Machaerium aculeatum*), mamica de porca (*Zanthoxylum rhoifolium*), marmelada (*Alibertia concolor*), marmelada de cachorro (*Alibertia edulis*), mandiocão (*Schefflera macrocarpa*), macaúba (*Acrocomia aculeata*), negramina (*Siparuna guianensis*), pimenteira (*Gomidesia lindeniana*), protium (*Protium heptaphyllum*), sacarrolha (*Helicteres sacarrolha*), tapicuru (*Callisthene major*), e virola (*Virola sebifera*). (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 96-97).

Comunitário Rural<sup>31</sup> (IDCR), pesquisado em 128 chácaras, com 528 moradores, 402 entrevistados(as), registrou: “De 38 idosos entrevistados, apenas 21 declararam ler e escrever sem limitações (55% alfabetizados). De 77 adultos entrevistados 55 leem e escrevem (71% alfabetizados). Dos jovens, 36 declararam saber ler e escrever de 37 entrevistados (97% alfabetizados)” (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 175).

As crianças estudam na escola do Núcleo Rural Pípiripau (ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA, 2003; COSTA, VIEIRA E SILVA, 2021). Costa, Vieira e Silva (2021, p. 335) destaca que, em 2015, “a totalidade dos jovens assentados estavam matriculados [...] e filhos de assentados, estavam cursando o nível superior”.

Cabe observar que o PDA não identifica grupos<sup>32</sup> “étnicos tradicionais, remanescentes de quilombolas, indígenas, ciganos ou outros marcadores étnicos” (EMATER(DF), 2013, p. 176).

As festividades<sup>33</sup> religiosas mais presentes no assentamento são: Festa do Divino Espírito Santo, em maio e junho; folia de roça e de rua, maio e junho; Festa de Santa Rita de Cássia, maio; e Cruzada Evangelista, agosto (EMATER(DF), 2013, p. 202).

No acampamento, as moradias dos(as) assentados(as) eram provisórias, normalmente de lona e madeirite, com coberturas de palhas ou telhas de amianto (ARCA, 2003). Em 2013, 55% dos moradores residiam em barracos de madeira (EMATER(DF), 2013). As famílias não possuíam acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural, as moradias eram de madeirite, telhas de fibrocimentos, adobe, alvenarias inconclusas, dependendo da renda financeira da família (BORGES, 2018). Gramacho (2018) analisa as moradias de pouca ventilação no interior, teto baixo, sistema hidráulico com problemas, fiações elétricas expostas — em condições de causar acidentes graves. Costa, Vieira e Silva (2021, p. 335) analisam que “74% dos casos possuem metragem inferior a 80m<sup>2</sup>”. Em 2020, associados(as) da Aprospira residiam em moradias de madeirite, telhas de amianto e casas de alvenaria inconclusas —

---

<sup>31</sup> O IDCR é uma ferramenta de diagnóstico e planejamento das ações voltadas ao desenvolvimento rural. O índice propriamente dito, é numérico e varia numa escala de zero a um. Esse valor indica o estado de sustentabilidade das pessoas e das propriedades da comunidade (EMATER, 2013).

<sup>32</sup> Considerando que a maioria das pessoas são negras, “a questão agrária brasileira tem, na questão racial, um de seus pilares, sendo tal elemento ainda determinante nos dias atuais. A segregação sócio-racial presente em Brasília se materializa na evidência da raça das famílias pré-assentadas” (MOURA, 2010, p. 62).

<sup>33</sup> No trabalho de Borges (2018), consta somente a festa de aniversário do assentamento, em abril, e confraternizações religiosas durante o ano. Na pesquisa de campo, constatamos as festividades da Folia do Divino Espírito Santo, em junho de 2018. Além das festividades de Festa Junina (junho) e Natal (dezembro), de 2016 a 2019, Pamonhada Mi Cria, em abril de 2019, aconteceram na Aprospira.

dependendo da renda financeira familiar, alguns(mas) em fase de conclusão das casas de alvenaria.

A destinação do lixo é realizada com a prática de queimar ou enterrar o resíduo. Não há coleta seletiva dentro do assentamento. Eventualmente, alguns moradores juntam e depositam os resíduos em locais de passagem de caminhões, na rodovia vicinal DF-110. Não há saneamento básico no assentamento (EMATER(DF), 2013). Na área comunitária da Aprospera, foi construída uma bacia de evapotranspiração para receber os dejetos dos sanitários.

O acesso dos(as) assentados(as) à água para abastecimento humano, até 2010 (MOURA, 2010), era realizado por cisternas precárias ou caminhão-pipa, além de formas rudimentares de captação da água da chuva, ou gastavam, em média, quatro horas por dia para buscar água em nascentes. Segundo Costa, Vieira e Silva (2021), 9% utiliza água de cisterna para o consumo da família, 37% tem acesso à água via poço artesiano. Lima (2019) relata que as obras para abastecimento de água pela Caesb se iniciaram em 2014, tendo sido concluídas em 2017. Antes desse período, a água era obtida por meio de compra realizada para consumo semanal entre 500-1000 litros, coletadas em poços artesanais ou cisternas cavadas manualmente, com profundidade de 19 a 40 metros. As instalações para fornecimento de energia elétrica foram finalizadas somente no ano de 2017, em padrão monofásico (BORGES, 2018; LIMA, 2019).

Com a escassez de recursos hídricos, os plantios são realizados no período chuvoso,

com culturas perenes de subsistência (Coco da Bahia, laranja, mamão banana, baru, acerola, jaboticaba, jenipapo, jaca, caju, tamarindo, manga, amora, jamelão, ingá, graviola, goiaba, pitanga, abacaxi, maracujá, abacate, jambo e ervas medicinais diversas); culturas bianuais de subsistência (feijão guandú, cana-de-açúcar, mandioca, açafraão, batata doce, chuchu, jiló, quiabo, pimentas e temperos diversos) e culturas anuais (feijão carioca, catador e preto, milho, arroz, amendoim, abóbora, maxixe, cachiço, alface, melancia, tomate, cheiro verde). (ARCA, 2003, p. 15).

Lavouras anuais de sequeiro incluem “milho, feijão de corda, abóboras, cabaças, maxixe e mandioca” (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, 2013, p.179). Lima (2019) destaca o plantio de

feijão de corda, feijão fogo na serra, feijão preto, amendoim, milho, abóboras, mandioca, quiabo, maxixe, batata doce, melancia, feijão guandu, maracujá, dentre outras, embora o milho e a soja transgênicos tenham ocupado grandes áreas por parte de arrendatários internos e externos à comunidade. A pecuária é mais expressiva na criação de galinhas “caipiras”, com potencial para produção de ovos, também criação

de suínos, pequenas populações de gado, ovinos e caprinos e pequenos tanques de piscicultura. (LIMA, 2019, p. 18).

A renda familiar, pelo IDCR, atinge 0,288, o que atesta uma comunidade classificada como de baixo desenvolvimento. As famílias necessitam receber o benefício social do Programa Bolsa Família (cerca de 94% dos entrevistados estão incluídos no programa), porém 91% das famílias entrevistadas sobrevivem com renda líquida por pessoa de até um salário mínimo (EMATER(DF), 2013). Costa, Vieira e Silva (2021) apresenta que 70 % das famílias, em 2015, recebiam o benefício.

Os vínculos associativos no assentamento, de organização comunitária, acompanhados de assistência técnica, são esforços do coletivo que pleiteia sua inclusão em mercados regionais de abastecimento, com plantios coletivos na participação de diferentes famílias, em áreas comunitárias e parcelas de associados(as) (EMATER(DF), 2013). No ano de 2017, os(as) associados(as) da Apracoa foram contemplados com a chamada pública da Seagri-DF para aquisição de uma patrulha agrícola mecanizada de médio porte (BORGES, 2018). Nesse mesmo ano, os potenciais de produção agroecológica e orgânica foram identificados e organizados pela Apropera, iniciando ciclos de comercialização formados por agricultores(as) com consciência de produção sustentável em vendas diretas, entrega de cestas, mercados regionais e feiras. Em Brasília, ocorrem feiras orgânicas e agroecológicas, em espaços centrais, importantes para a comercialização da produção dos agricultores do assentamento OAIII.

### **2.3 Metodologia da pesquisa: caminhadas transversais, escuta sensível e escada-pés**

A pesquisa foi realizada a partir da experiência de três famílias assentadas do PA Oziel Alves III: Família Brejolândia, Família Buritis de Minas e Família Chapada Diamantina e Goiás<sup>34</sup>. A pesquisadora optou por denominar as famílias por seus locais de origem, sem identificação dos(as) agricultores(as) entrevistados(as), vislumbrando com isso trazer a diversidade de localidades de vieram, bem como suas referências socioculturais.

As famílias foram entrevistadas e registrados aspecto de histórias de vida por meio do uso da história oral (THOMPSON, 1998; PORTELLI, 1999b; SARAIVA, 2013), numa escuta

---

<sup>34</sup> Com o agravamento da pandemia da Covid-19, uma segunda onda de transmissão atingiu o Brasil, não sendo possível retornar ao assentamento para dar continuidade ao trabalho com uma quarta família que se intencionava entrevistar. Em razão de mais de 3 mil mortes diárias em março de 2021, superlotação de UTIs e um presidente genocida, havia riscos de vida para a pesquisadora, bem como para a família guardiã, uma grande protagonista na manutenção da agrobiodiversidade.

sensível, para identificar referências socioculturais incorporadas ao processo da transição agroecológica no Assentamento Oziel Alves III. Durante as entrevistas, para estimular a memória, foram utilizados a técnica do “escalda-pés”. Esses procedimentos serão descritos a seguir.

Com abordagem qualitativa (DEMO, 1995; GODOY, 1995; FOSSÁ; PIOVEZANA, 2018), as entrevistas tiveram um roteiro prévio (Apêndice B), semi-estruturado, sendo investigado dados sobre as famílias: origem e contexto familiar; chegada no território e percepção da paisagem; visão atual do agroecossistema manejado e do território; práticas de manejo e saberes associados à agrobiodiversidade; percepção sobre agroecologia; relações associativas e a percepção de seu papel. As entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo complementadas com registros fotográficos.

Da família Brejolândia, foi entrevistada uma agricultora; da Família Buritis de Minas, um agricultor e uma agricultora; e da Família Chapada Diamantina e Goiás, três pessoas, sendo um agricultor e duas agricultoras<sup>35</sup>.

Os critérios de escolha desde o início da pesquisa foram: *i*) agricultores(as) que estão no processo de luta pela terra no território desde 2002; *ii*) associados(as) à Apropera; *iii*) agricultores(as) com SAFs, agroecossistemas manejados ou unidades produtivas com tempo de implantação de quatro anos; e *iv*) agricultores(as) que possuem ponto de entrega de CSA em Brasília.

Há outras famílias associadas na Apropera que estariam contempladas a estes critérios definidos, contudo, pela proximidade da pesquisadora com as famílias e a gentileza das(os) agricultoras(es) em receber em suas casas, em período de pandemia, foram entrevistadas 3 famílias. A pessoa que recebe para as primeiras conversas, reconheço como o mantenedor principal. O número de famílias que poderia contemplar a pesquisa foram somadas às técnicas da caminhada transversal (descrita a seguir). A técnica de travessia por agroecossistemas manejados (VERDEJO, 2006; DE BOEF; THIJSSSEN, 2007).

### 2.3.1 Caminhadas transversais ou travessia<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Todos(as) entrevistados(as) se autodenominam como agricultores(as).

<sup>36</sup> Por medidas de segurança decorrentes da Covid-19, o espaço de tempo entre os dias de campo para cada família passou por diversas dificuldades de encontro, além da comunicação para marcar as idas a campo. Seguimos protocolos de segurança de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS): uso de máscara, distanciamento de um metro e meio e uso de álcool gel — para higienização das mãos, minimizando o contágio do vírus da Covid-19.

Para investigar as relações/vínculos das referências socioculturais das famílias assentadas que participaram da pesquisa, foram realizadas caminhadas transversais ou travessias pelas unidades de produção. Verdejo (2006, p. 30), conceitua a caminhada transversal ou travessia como “uma caminhada linear, que percorre um espaço geográfico com várias áreas de uso e recursos diferentes. Ao longo da caminhada anotam todos os aspectos que surgem pela observação dos participantes em cada uma das diferentes zonas que se cruzam”.

A caminhada transversal pelo agroecossistema manejado proporcionou visualizar a produção, mas também lembranças da vida camponesa e das resistências para o alcance do território agroecológico em construção pelos(as) camponeses(as) assentados(as).

Foram realizadas visitas em dias de mutirão da associação Aprospira, nos meses de abril de 2019 até janeiro de 2020, totalizando cerca de 35 visitas, sempre às quartas-feiras. Nesses dias de campo, foi possível participar da colheita do arroz; produção compartilhada e registro audiovisual das ervas medicinais e plantas alimentícias não convencionais, além da descrição do dia de produção de rapadura.

Em 2019 e no mês de fevereiro de 2021, tivemos dias de campo com a Família Buritis de Minas; no mês de fevereiro de 2020, com a Família Brejolândia; e, de janeiro a março de 2021, com a Família Chapada Diamantina e Goiás. Os dias de campo estavam centrados, sempre numa escuta sensível, na travessia pelas unidades de produção e momentos do escalda-pés.

### *2.3.2 História oral e escuta sensível*

O objetivo principal deste momento da pesquisa foi registrar e analisar as referências socioculturais desde as trajetórias de vida, saberes e fazeres de assentados(as) rurais na transição agroecológica no assentamento Oziel Alves III, para atender os objetivos específicos do estudo: *i)* realizar a descrição da história de vida de assentados(as) na construção do território agroecológico; *ii)* descrever os registros da luta pela terra, desafios e limitações do cotidiano no passado-presente; e *iii)* identificar as contribuições socioculturais no incremento das relações afetivas com a construção da unidade produtiva agroecológica.

Seguindo as premissas de Thompson (1998), acerca do mapeamento do campo e da colheita de ideias e informações a partir da história oral — valorizando o saber popular para promover os(as) agricultores(as), e Portelli (1997a), por meio da história oral e da escuta

sensível, com objetivo de alcançar maior abertura na comunicação necessária entre ambas as partes, pesquisadora e entrevistados(as).

A história oral, segundo Portelli (1997b), tem como principal fonte de pesquisa a memória. Ao trazer vozes de homens e mulheres, a oralidade torna possível reconhecer a história em suas múltiplas dimensões, em uma “história a contrapelo”, registrando narrativas de grupos relegados ao esquecimento, como os camponeses e as camponesas. Por meio da história oral, é possível trazer para o campo da história aquilo que foi silenciado, desvendar identidades, saberes e fazeres anteriormente relegados, além de o conteúdo ser a vida diária e a cultura material dessas pessoas (SARAIVA, 2013; PORTELLI, 1997b).

Guedes-Pinto (2000, p. 92) coloca que a história oral “cria diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial. Tanto de maneira tradicional ou contemporânea, o que realmente é dado como foco é o enfrentamento das injustiças sociais, transformando suas memórias em relatos orais”.

O trabalho de pesquisa com a história oral tem contribuído no caminho metodológico para a (re)construção de histórias de vida no registro de referências de saberes a partir de memórias de culturas cultivadas, da trajetória da construção de quintais (agroflorestais), conforme Coelho (2014), até a conformação de parcelas produtivas agroecológicas — os agroecossistemas manejados. A intenção com as entrevistas e a travessia foi registrar a (re)construção dos saberes agroecológicos de agricultores(as) assentados(as) do Oziel Alves III<sup>37</sup>.

Por meio do registro da história oral e escuta sensível, teve-se atenção em captar gestos, expressões e proporcionar acolhimento aos sujeitos garantindo seus espaços de fala, representatividade e integração na perspectiva da construção do território em transição agroecológica.

### 2.3.3 Técnica do escalda-pés

A realização da técnica do escalda-pés teve como finalidade proporcionar retorno no momento das entrevistas para aquelas pessoas que possuem uma rigidez em receber cuidados, uma inovação de instrumentos de pesquisa para o alcance da memória e da transmissão de

---

<sup>37</sup> Levando em consideração que o assentamento é um mosaico de realidade. Há plantios convencionais, plantios orgânicos e agroecológicos. Durante o período das entrevistas, a pesquisadora entrou em contato com a Emater (DF) para obtenção de dados de uma porcentagem de atendimentos em relação aos modelos de produção, porém, até o fechamento desta edição não foi possível ter um dado preciso.

conhecimentos pela oralidade. Os registros dos assentados(as) e seus saberes teve início com a travessia pela unidade de produção e, em segunda, o escalda-pés.

Nos dias de campo no assentamento, conversando com agricultores(as) da associação e observando relatos de desconforto, como inchaço no corpo, nas pernas e nas mãos, sempre aconselhamos alguma medida de autocuidado, como chás com plantas medicinais presentes nos quintais com efeitos anti-inflamatórios. A pesquisadora também indagava sobre a alimentação deles, a ingestão de água e líquidos, e sugeria o escalda-pés.

Na (re)construção, os fazeres e saberes agroecológicos, a proposta dos escalda-pés foi colocada como parte da construção metodológica da pesquisa, como técnica para o estímulo à lembrança e à memória. A técnica recupera uma vivência ancestral a partir de uma terapia simples que proporciona relaxamento e uma sensação de bem-estar. O uso da prática de escalda-pés consiste em uma bacia na qual se adiciona água quente/morna, sal grosso e um conjunto de ervas frescas ou desidratadas, selecionadas por suas funções terapêuticas. Essa prática milenar garante dilatação dos vasos sanguíneos e melhor circulação por todo o corpo. Os benefícios medicinais das ervas tradicionais utilizadas são acionados durante o escalda-pés.

Utilizando a técnica, os pés do(a) entrevistado(a) foram imersos, proporcionando relaxamento. Para essa prática, foi utilizado ervas aromáticas cultivadas nos agroecossistemas manejados dos(as) entrevistados(as), como também algumas (ervas secas) levadas pela pesquisadora. A coleta das ervas (frescas), em muitos momentos, foi realizada na travessia pelo agroecossistema manejado, identificando as potencialidades de plantas medicinais presentes e trazendo junto à prática de escalda-pés.

As lembranças dos(as) entrevistados(as) foram acolhidas em forma de diálogo, em momento de relaxamento, iniciando a transmissão oral dos saberes na vivência. A vivência foi utilizada como suporte metodológico para estimular as “formas de transmissão oral dos conhecimentos tradicionais”, ou, simplesmente, “tradição oral”, como observa Pacheco (2014, p. 22). Isto é, a sabedoria tradicional é compartilhada pelos laços da memória, no campo das experiências das trajetórias da vida, e pelas lembranças históricas.

## **2.4 Famílias em transição agroecológica no Assentamento Rural Oziel Alves III: consolidação das unidades produtivas e suas histórias de vida**

### *2.4.1 Família Brejolândia*

Eu sei, minha filha, que cada família tem uma história pra contar (agricultora família Brejolândia)

*A agricultora entrevistada é* uma senhora de estatura baixa, corpo magro, sempre com um pano em volta da cabeça. Ela se apresenta como guardiã de conhecimentos, bondade e amorosidade. Pertencente, com oito cotas,<sup>38</sup> à CSA Semente na Terra, cujo ponto de entrega localiza-se no centro de Brasília (DF). Mulher negra, nascida em Alagoas, veio do município de Brejolândia (BA) para o DF, com dois filhos pequenos e o marido, todos hoje falecidos. Teve oito filhos no decorrer da vida, entre eles, dois abortos sofridos. Chegou ao Pípiripau em 2002, quando teve início a ocupação e a instalação do acampamento, que, mais tarde, se tornaria a comunidade do Oziel Alves III.

Disposta ao trabalho nos dias de mutirão, sempre em meio aos trabalhos coletivos no roçado, tem por hábito agradecer a cada planta que nasce em sua parcela. Contadora de história nata, demonstra satisfação em trazer as memórias de sua família e sua origem, especialmente quando se refere ao marido falecido, aos(as) filhos(as) e às plantas que cultivava e que já cultivou. A conquista da terra é motivo maior de orgulho em sua vida. Permanece, atualmente, no assentamento morando com uma filha, netos e netas. Um de seus filhos é assentado em outra parcela com sua família, e faz parte da mesma associação.

No dia de campo do mutirão<sup>39</sup>, da associação (Aprospera), estavam presentes cerca de 20 pessoas associadas. A agricultora coordenou os trabalhos coletivos de roçagem ao redor da casa, manejo na área de SAF, limpeza das touceiras de bananeiras e poda direcionada em árvores frutíferas de cítricos.

No mesmo dia do mutirão, mantivemos um diálogo na varanda da casa, com a presença de algumas mulheres agricultoras, pioneiras da associação, e introduzimos a proposta do escalda-pés. Uma delas, a de mais idade (uma “jovem senhora”, nas palavras da própria), relata dores e inchaço em um dos seus tornozelos. Oferecemos o escalda-pés e massagem com creme preparado com óleos essenciais.<sup>40</sup> Ela aceitou e, assim, estabelecemos, naquele momento, uma roda de autocuidado e um diálogo sobre conhecimentos de ervas medicinais. Vieram à tona, nas memórias dessas mulheres suas histórias de vidas e os

---

<sup>38</sup> Dentro das CSAs, as cotas, *grosso modo*, são equivalentes aos números de cestas entregues semanalmente com 10 a 12 itens, estão divididos entre hortaliças, legumes, verduras e frutas conforme os acordos coletivos da comunidade e a disponibilidade sazonal.

<sup>39</sup> 12 de fevereiro de 2020.

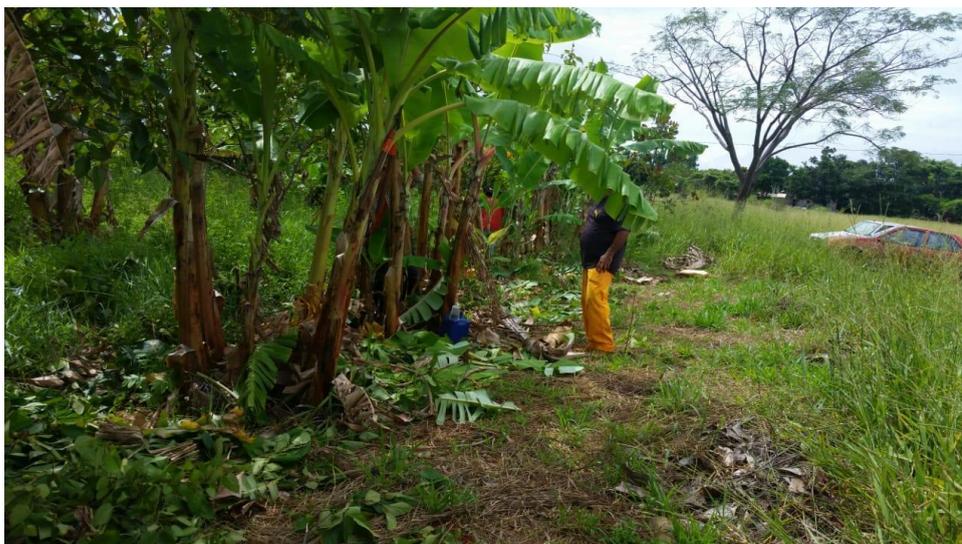
<sup>40</sup> Levamos para o mutirão um preparado de ervas desidratadas com sal grosso e uma bacia redonda. As mulheres que estavam na cozinha coordenando o almoço forneceram a água quente para completar o processo.

elementos de conexão com a natureza. Após o escalda-pés, a “jovem senhora” relata um bem-estar particular, agradecendo o cuidado.

Direcionamo-nos, em seguida, para as áreas de cultivo que estavam sendo manejadas no mutirão. Identificamos pés de manga carregados de frutos maduros, colhemos alguns e oferecemos para as pessoas que estavam nos manejos de capina, nas entrelinhas de roça e nas linhas do maracujá, na limpeza e no raleio das bananeiras. Nesse momento, como de costume, houve uma pausa para água ou um lanche oferecido durante os manejos coletivos. Cada um busca a sombra mais próxima, formando-se um círculo amplo. É momento para hidratação e socialização do grupo, sobre o intercâmbio de serviço e sobre a opinião e a expressão de saberes diversos de agricultores(as) a respeito do manejo daquela área produtiva e das suas parcelas individuais.

Na continuidade, a agricultora orienta para o manejo da área de SAF próxima a casa, que já tinha preparado anteriormente com roçada do capim nas entrelinhas. As tarefas foram divididas nesse talhão em: *i*) rastelar o capim roçado para as linhas de frutíferas; *ii*) limpar o excesso de folhas secas das touceiras de bananeira; e *iii*) podar arbustos e ervas medicinais (figura 5). Todas essas atividades, do ponto de vista de manejo do agroecossistema, são atividades de incremento de biomassa para cobertura de solo e rejuvenescimento do sistema junto ao aumento de luminosidade — para promoção da taxa fotossintética, rebrotamentos e atividades microbiológicas no solo.

**Figura 5 – Linha de sistema agroflorestal próximo à casa da agricultora**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2020.

Em acordo anterior com a agricultora, realizamos o escalda-pés e a caminhada transversal somente com o término das atividades do mutirão. Momento no qual a agricultora se sentiu mais à vontade, estabelecendo uma conexão de maior intimidade em família. Ainda durante o mutirão, ela nos orientou para o manejo das ervas medicinais, quando revelou grande diversidade de plantas com este fim. Ela descreveu como estão se desenvolvendo as plantas, os usos e as relações afetivas que tem com elas, como também a relação dessas plantas com as outras espécies agrícolas em consórcio. São plantas que maneja com a filha, sua grande parceira de trabalho.

Por conta da Covid-19, a agricultora da Família Brejolândia, não pôde nos receber em sua casa para continuidade das entrevistas. A gravação de um trecho da entrevista, foi feita em áudio e encaminhada para sua filha por telefone. Pedimos que a mesma registrasse a narrativa de suas palavras nesse processo de memórias. Tivemos um retorno emocionante: um áudio com voz chorosa, agradecendo a cada palavra acolhida de lembrança de seu pai. E, também, o reconhecimento de todas as atividades de manejo com a natureza, realizadas por ela, pelos(as) filhos(as), bem como todas as pessoas que precisam de “orientação no cultivar a natureza”, em suas singelas palavras. A agricultora agradeceu a nossa disposição em realizar a gravação, em acolher as suas palavras, na busca da memória viva. Com louvor e gratidão, reconheceu o trabalho de todas as mulheres agricultoras como algo fundamental para a permanência no campo e para a continuidade das relações mulher-natureza.

#### 2.4.2 Família Buritis de Minas<sup>41</sup>

A segunda entrevista ocorreu com os membros da Família Buritis de Minas. A agricultora é uma mulher morena de olhos verdes. Ela tem origem camponesa, nasceu em Buritis (MG), onde o pai, vaqueiro da região, tinha plantações de arroz em áreas alagadas e beiras de rio. Ela, jovem, conheceu um rapaz que trabalhava com seu pai na “meia do arroz”.<sup>42</sup> Depois de alguns anos, reencontrou-se com ele, o agricultor, um homem de estatura baixa, pele morena brilhante e olhos escuros. Quando chegaram a Brasília, foram morar e trabalhar em Planaltina (DF), em uma pequena propriedade rural, o agricultor como caseiro e cuidador de cavalos e a agricultora como doméstica. Conheceram outras pessoas que comentaram sobre o MST e, em menos de um ano, foram para o acampamento (ano de 2002).

---

<sup>41</sup> Para esta família optei em descrever as atividades que foram realizadas em mutirão

<sup>42</sup> *Meia do arroz* é a forma de trabalho no campo, em que pessoas que não possuem terra trabalham em terra de outrem e dividem a produção daquela safra.

Chegaram ao território do Pípiripau, na luta pela conquista da terra, integrando-se ao MST.

A agricultora é mãe de três filhas. A mais nova mora no assentamento e conhece o território com uma memória de criança que brinca e passeia pelo Cerrado.

O agricultor ficava a semana no acampamento e a agricultora ia nos finais de semana, enquanto mantinham uma casa alugada na cidade, em Planaltina. Com o tempo, a agricultora decidiu ir em definitivo para o acampamento. Sobre esse momento, ela compõe um importante relato da sua primeira noite no acampamento: “o primeiro dia para montar um barraco, enquanto [agricultor] furava os buracos, eu e as meninas [três filhas] separava pedaço de pau, telha e lona para cobrir o barraco, no fim do dia o barraco tava coberto, dormimos num pedaço de madeira no chão”.

Hoje, eles comercializam pelo ponto do CSA, e a escolha dessa família se deu pela aproximação dos vínculos formados em mutirões em seus SAFs e a narrativa de sonhos conquistados pela consolidação da CSA Esperança, atualmente com 34 cotas. Nessa família, tive a oportunidade de conhecer dois irmãos do agricultor: uma irmã agricultora, que mora no Núcleo Rural Sarandi, Planaltina-DF; e um irmão que veio de Buritis (MG) para a produção de rapadura.

#### *2.4.2.1 Colheita do arroz<sup>43</sup>: ação comunitária na Aprospira com a Família Buriti de Minas*

Em uma manhã de quarta-feira, em mutirão da Aprospira, cerca de 30 associados(as) estavam preparados(as) para a colheita de arroz. O ambiente já tinha sido montado pela família, com jirau para bater os feixes de arroz, separação de ferramentas e lona no solo. Na chegada de cada associado(a), alguns feixes de arroz já estavam colhidos com o uso da foice, o solo estava coberto com uma lona plástica para recolhimento futuro dos grãos e um jirau de madeira já estava montado. As tarefas eram divididas em corte do arroz, empilhar, bater os feixes no jirau, em revezamento, entre duas ou três pessoas (figura 6), sendo uma pessoa responsável por rastelar os excessos de feixes caídos na lona e empilhar os feixes sem os grãos. Ao final dessas atividades, retirou-se o jirau, rastelando novamente o excesso de feixes, deixando somente os grãos em cascas (figura 7). Os grãos foram ensacados e destinados para o próximo beneficiamento.

#### **Figura 6 – Associados(as) batendo os feixes de arroz no jirau de madeira.**

---

<sup>43</sup> Realizada em Abril de 2019.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

**Figura 7 – SAF ao fundo, área de plantio do arroz de sequeiro, área de colheita, mesa de madeira onde bate o arroz, feixes de palha de arroz e monte de arroz (grãos) batido em cima da lona sobre o solo**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Nessa experiência prática foi possível conhecer a cultura do arroz de sequeiro; a maneira coletiva pela qual o trabalho é realizado — atendendo às necessidades de uma grande família no campo e à representação alimentar do arroz no prato brasileiro. Em vários momentos, quando estávamos batendo os feixes de arroz no jirau de madeira, comentavam como era bater arroz na infância, o retrato da nutrição daquelas famílias agricultoras.

#### 2.4.2.2 Acompanhando a produção de rapadura<sup>44</sup>

Durante as atividades de pesquisa, em visita à Família Buritis de Minas, foi possível acompanhar o processo de produção de rapadura. Fomos todos de máscaras, mantendo um distanciamento entre as pessoas, uma visita ao ar livre.

Em conversas com a Família Buritis de Minas, era vislumbrado o dia em que conseguissem produzir rapadura. O agricultor relatou os processos que ele se empenhava em realizar, como trazer da cidade de Buritis (MG) um caminhão carregado com a cana-de-açúcar para plantio, recursos que ele tinha que economizar para compra do material, montagem do engenho e planos futuros de uma produção de rapadura. E, assim, o dia chegou.

O agricultor mostrou todos os detalhes da produção, a cana-de-açúcar plantada, o engenho construído somente com a estrutura de cobertura, a compra do motor, moedor, tijolos do forno, tachos de cobre, formas de madeira, colher feita de cabaça para mistura da garapa. Todas as ferramentas necessárias para a produção ele trouxe de Buritis (MG).

A produção de rapadura iniciou-se às 4 horas da manhã, com a colheita da cana-de-açúcar. O agricultor e seu irmão colheram uma quantidade suficiente de cana-de-açúcar para a moagem, e o líquido extraído, chamado de garapa, foi passado por uma peneira de plástico, depois direcionado para o tacho de cobre, com capacidade de 120 litros. O agricultor trouxe da cidade os tijolos de adobe para a construção do forno (figura 8) — em que o tacho é devidamente aquecido com a queima de lenha. Esse processo de cozimentos do caldo dura em média cinco horas (figura 9).

#### **Figura 8– Forno de tijolos de adobe trazidos de Buritis (MG)**

---

<sup>44</sup> Realizada em fevereiro de 2021.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

### Figura 9 – Processo de cozimento da garapa



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

No processo de cozimento da garapa, observando o calor emanado, a coloração de bronzeado dourado na pele da pessoa que faz a ação de mexer o líquido até seu ponto ideal de retirar do aquecimento, é um conjunto *kosmos-corpus-práxis* (TOLEDO;

BARRERA-BASSOLS, 2015) do calor: força de trabalho, cultivo, fogo, sonhos e desejos. Elementos que caracterizam a apropriação da técnica de processamento da cana-de-açúcar. O trabalho contínuo que não tem pausa, a todo momento o movimento circular da cabaça furada<sup>45</sup> para mexer o líquido aquecido. Foram rememorados os tempos de engenho e da escravidão, negros e negras, que não paravam o trabalho para manter grandes fazendas de senhores e sinhás.

Após cinco horas de cozimento, o líquido concentrado foi transferido do tacho de cobre para uma estrutura em forma retangular de madeira, chamada de cocho (apêndice A, figura A.1), e iniciou-se o processo de batimento, com uma estrutura de madeira que parece um remo de barco, esse processo dura em média uma hora. O movimento executado rememora o ato de remar, sempre no mesmo sentido, assim, o líquido vai perdendo calor e mudando de consistência. Ao bater a calda de rapadura, o movimento contínuo, sempre na mesma direção, e, ao chegar ao “ponto”, transforma/transmuta.

O produto resfriado foi direcionado para formas de madeira de encaixe (apêndice A, figura A.2), a modelagem. Em uma bancada de madeira, cobertas com palhas de bananeira, montadas e encaixadas, as formas foram preenchidas com o líquido preparado no cocho (apêndice A, figura A.3). Nesse dia, foram preparadas cerca de 30 rapaduras de um quilo cada, comercializadas no próprio assentamento por 10 reais cada.

#### *2.4.2.3 Ervas medicinais e plantas alimentícias não convencionais como parte do agroecossistema<sup>46</sup>*

A agricultora da Família Buritis de Minas identifica-se como guardiã de ervas medicinais, produtora agroecológica, criadora de animais com práticas tradicionais e geracionais, e possui diversidade em seus plantios.

A travessia em sua unidade começou pelo galinheiro, onde relatava a diversidade de folhagens que disponibiliza para suas “cocoricós” (como chama carinhosamente as galinhas poedeiras). Ervas medicinais, como mastruz, hortelã, picão, feijão-guandu, folhagens de cenoura, couve e margaridão, são ofertadas na alimentação das poedeiras. Na caminhada

---

<sup>45</sup> Para mexer a garapa, utiliza-se um cabo de bambu, que, em sua ponta, tem metade de uma cabaça, furada em linhas horizontais, em que, ao realizar o movimento circular, o líquido passa pelos furos, dando aeração no cozimento.

<sup>46</sup> Foi aberta uma chamada para o prêmio da #AHistóriaQueEuCultivo — prêmio para as guardiãs e guardiões de sementes, iniciativa da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (2020) . A agricultora pediu auxílio na gravação de um vídeo caseiro, realizando a travessia pelo agroecossistema.

pelos SAFs, foram identificadas ervas medicinais utilizadas na alimentação, como as plantas alimentícias não convencionais (*Pancs*)<sup>47</sup>, chaya e moringa, utilizadas refogadas na mistura de caldos. Ervas de cheiro, como capim-santo, erva-cidreira, funcho, utilizadas para chá e infusão, tratamento para resfriados, também foram identificadas e apontadas com destaque pela agricultora.

Em um caminho divisório do SAF, um trecho/passagem/"trieiro" a agricultora apontou a arruda em seu canteiro, registrou o uso em banhos, destacando ser preciso usar do pescoço para baixo, para descarregar energias negativas e proporcionar renovação. Ela identificou os canteiros de hortelã, utilizados para alimentação das galinhas poedeiras. Na área próxima aos SAFs, seguiu uma nova parcela implantada, de rotação de ciclos curtos<sup>48</sup>, com hortaliças e algumas plantas perenes. No caminho, a agricultora deu destaque nos canteiros de orégano (figura 10), sálvia, capuchinhas, peixinho, funcho, alho nirá, coentrão e inhame. Entre essas linhas, temos mamão, repolho, batata-baroa, batata yacon.

**Figura 10 – Agricultora no manejo das linhas de ervas medicinais e canteiros de ciclo curto**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Após a travessia, ficamos manejando o feijão-guandu, utilizado para cerva viva e limpeza de picão e a serralha na linha contínua da cerva viva. Toda essa biomassa retirada foi

---

<sup>47</sup> A agricultora utiliza o termo "panc" decorrente dos cursos e oficinas que já foram realizados em sua parcela. A CSA Esperança promove: divulgação dos valores nutricionais, importância na segurança alimentar, receitas diversas e diversidade de pancs nos cultivos.

<sup>48</sup> Plantas de Ciclo curto são espécies cultivadas que saem em menos de 3 meses do sistema.

destinada para as galinhas. Nesse momento, conversamos sobre cobertura do solo, quantidade e gestão da irrigação nos canteiros no decorrer do ano e sazonalidade; sobre a relação de trabalho entre ela e o esposo, como demandas de trabalhos específicos que não pode realizar, como uso de roçadeira.

No transcorrer dos dias, reservados para as entrevistas, a pesquisadora entrava em contato pelo telefone para agendar a ida no assentamento e ver a possibilidade de horário livre em que a família poderia dispor para minha atuação de diálogo de saberes e interação com a rotina. Por várias situações, a agricultora cancelou a visita em cima da hora prevista, percebendo, assim, que não conseguiria avançar com a entrevista. Partindo para a terceira família entrevistada.

#### *2.4.3 Família Chapada Diamantina e Goiás*

A Família Chapada Diamantina e Goiás é composta pela mãe da agricultora (Vozinha), pela agricultora, pelo agricultor, por quatro filhas, por um filho e por um neto. A agricultora nasceu no município de Goiás, a mais nova dos(as) filhos(as) do casal, passou a infância com sete irmãos(ãs) em áreas rurais do Goiás, onde seu pai (falecido) trabalhava como caseiro. Sua mãe — Vozinha, com 85 anos, acamada, em cuidados precisos e delicados — sempre esteve nas atividades de casa com os(as) filhos(as).

O agricultor é nascido em Lençóis (BA), na Chapada Diamantina, quando criança, por volta dos seis para os sete anos, foi com sua família para alguns municípios de Goiás. Quando jovem, trabalhava como vendedor e viajava por várias cidades no entorno de Brasília, realizando vendas de roupas, redes, cobertas. Quando estava na cidade de Valparaíso (GO), conheceu a agricultora em seu ponto de venda. Casaram-se e foram para Brasília em busca de emprego, morando em cidades do entorno do DF, ele trabalhando na construção civil e ela nos trabalhos domésticos. Com o nascimento da primeira filha, a agricultora passou a ficar nos cuidados diários da casa e da filha. E, quando nasceram as outras duas filhas, ficou exclusivamente nesse trabalho, de cuidados com as filhas e a casa.

A agricultora, uma mulher de pele clara, olhos castanhos, estatura mediana, acolhedora na recepção da chegada em sua casa, sempre com sorriso sincero e demonstração afetiva materna. O agricultor, negro, olhos escuros, estatura baixa, com um sorriso no olhar e palavras de senso humorístico e político militante, estava sempre em atenção aos movimentos das atividades da casa, da roça e aos assuntos que sempre conversávamos.

A parcela fica localizada a 600 metros de uma das veredas, uma área comunitária de reserva, antiga área de acampamento. A família optou pelo uso e escolhas de certas espécies do Cerrado nas implantações do SAF e pelo beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, como produção de farinhas e geleias do Cerrado. Houve mobilização do agricultor para que sua esposa deixasse o trabalho doméstico fora do assentamento para o trabalho conjunto com a família na produção agroecológica, o que só foi possível com a consolidação do ponto de CSA, denominado CSA Flor de Lótus, com 74 cotas.

A escolha dessa família se deu pela proximidade e convivência com a pesquisadora. No ano de 2019, a família recebeu um grupo de agricultores(as) e estudantes de agroecologia do IFB e da UnB, em um intercâmbio de campo, organizado pela Caravana Agroecológica do Centro-Oeste. Esta pesquisadora estava na organização das rotas do DF, pelo núcleo de Agroecologia da UnB, e essa família nos recebeu com entusiasmo e alegria. Caminhamos pelas unidades produtivas — mesa farta de café da manhã com alimentos beneficiados pela agricultora, como: bolo de milho crioulo, bolo de farinha de jatobá, bolo de biomassa de banana, bolo de farinha do mesocarpo de baru, geleias de vinagreira-hibisco e amora, tapioca com farinha de beterraba, compota de abobrinha, suco de maracujá-pérola do Cerrado, suco de acerola, decoração e flores comestíveis de *pancs*.

Em todos os encontros da família, conversamos e depois seguimos para passeios/travessia pela propriedade. Nos primeiros encontros, fomos para a primeira árvore de lobeira, a única da parcela, onde tinham construído o primeiro barraco de madeira no momento que assentaram na área. Na grande lobeira e, aparentemente, tombando ao redor, estão plantados margaridão (flor do mel) e açafrão, um pé de pitaya e uma trepadeira de bucha vegetal.

No local, em bancadas, estavam bananas verdes cortadas em rodela, cascas de mesocarpo de baru, e numa terceira bancada (figura 11), lascas de abóbora, todos produtos em desidratação. A agricultora relatou sobre o reaproveitamento da produção a partir da banana verde, produzindo biomassa, produção de farinhas para complemento da alimentação e comercializada como item adicional da cesta de CSA. O baru foi coletado junto a outras agricultoras do assentamento, em grupo denominado *As du Cerrado*<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Coletivo de mulheres agricultoras que trabalham com agroextrativismo e beneficiamento da sociobiodiversidade do Cerrado. Elas coletam em conjunto e repartem a coleta e, depois, cada uma beneficia em sua casa, da maneira que é cabível à sua própria realidade de modos de comercialização.

**Figura 11 – Agricultora e bancada de desidratação solar com lascas de abóbora**



**Fonte:** Acervo pessoal da autora. 2021.

Durante a caminhada pela unidade produtiva, foram destacadas atividades de manejo que poderiam ser realizadas - limpeza das touceiras de banana, campina de plantas espontâneas, poda de árvores frutíferas, tutoramento de maracujá, dentre outras atividades, que não estavam sendo feitas, tanto pelo cansaço quanto pela falta de mão de obra. Esta família fornece 74 cestas na comercialização pelo CSA Flor de Lótus e foi registrado que há muito trabalho envolvido para a produção semanal. Contudo, é notável o esforço da rede CSA para divulgação e ampliação do modelo de comercialização, pela perspectiva da agricultora.

Com a agricultura realizou-se o escalda-pés. Em uma bacia, foi adicionado o sal rosa grosso com um conjunto de ervas desidratadas. Antes de imergir os pés, foram utilizados uma loção hidratante de óleo de coco e óleos essenciais (limão siciliano e gerânio). Quando a agricultora colocou os pés na água, já foi possível notar o seu relaxamento, como se ela se acomodasse no sofá. Nesse momento, o agricultor, em tom de brincadeira, observou que a pesquisadora iria retirar todos os segredos da família com esse momento de cuidado. O escalda pés durou cerca de 20 minutos. Nesse momento, foi trazido à memória um momento especial da infância:

"... Vem a lembrança da casa da minha mãe, onde tinha um jardim, com pé de laranja, sabe? Quando bate aquele vento e vem o cheiro das flores da laranjeira, nossa, eu gosto tanto desse cheiro. Lembrei de um dia que minha mãe costurava roupas de bonecas, pra gente, a gente no meio da sala, com um monte de retalhos e

fazendo roupas para nossas bonecas... mãe adorava fazer roupinhas pra gente colocar nas bonecas". (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

Após a retirada dos pés da água, colocamos meias nela, para não esfriar os pés em contato com o chão. E a água foi jogada nas plantas da varanda.

#### 2.4.3.10 primeiro contato com o movimento social

O encontro da família com o MST ocorreu pela proximidade de uma irmã da agricultora, que era casada com um militante do movimento, MST, já tendo sido acampados em Flores de Goiás (GO), no Vale da Esperança. Contaram que a irmã relatava sobre as boas histórias que vivenciavam com o movimento, parcerias, mutirões, assembleias e festas de que participaram no acampamento. Relataram também aspectos desafiadores, mas afirmavam perceber como os históricos de conquistas coletivas de outras experiências eram ressaltados, vislumbrando um futuro compartilhado por meio do trabalho com a terra. Como a família estava há alguns anos na tentativa de comprar um terreno, a partir desses testemunhos e também de relatos de outras famílias tomaram a decisão de entrar para o movimento.

Nesse processo, o agricultor, para convencer a agricultora a montar barraco no acampamento, mobilizava, com confiança segundo ele, a visão de abundância na relação com a natureza prometida por aquela luta: “Tem água! Peixe! A gente pega com a mão”. A agricultora ainda resistiu bastante tempo, preocupada com as condições de trabalho. Como relata:

Como que eu vou ficar acampada e manter a casa? Aí eu ficava pensando: como que eu vou deixar minhas crias, né? Com quem eu vou deixar minhas filhas? Quando eu tinha uma, dava pra mim levar e agora três, né? [Filha 1] tinha dez anos. [...] Eu sempre fui cuidadosa com as meninas. (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

O agricultor, para trazer mais conforto para a família, comprou um *trailer*, com uma minicozinha e lugar para dormir. Em um dia de chuva, a agricultora e as filhas chegaram ao acampamento. Na guarita, foram bem recepcionadas, alertaram para cuidado com as cobras cascavéis. Ela relata que, no dia seguinte:

A gente foi pro lugar de acampar, montou barraca e foi dormir, no outro dia, embaixo da barraca, tinha um bolo de casca, só abri o olho de medo. [...] Aqui não tinha energia, eu chorava, quero minha casa. No outro dia faltou água. [...] Aqui não tinha energia [...] só tinha luz de lamparina. [...] A filha 1 dormia na rede, e com medo de ficar no escuro, deixei acesa e caiu [querosene] na pele e foi queimando. [...] vi que as coisas era bem difícil, que não tinha água encanada, que não tinha energia, que a gente não veio pra dentro da terra e não saia em 3 meses. Até o primeiro momento,

era tranquilo desmanchar barraco no primeiro acampamento e acampar em outra área. Tudo muito novo, vamos ocupar, tudo muito empolgante, tinha as assembleias, as palavras de ordem: “MST a Luta é pra valer! Enquanto os latifúndios querem guerra, nós queremos terra!” Acabava que dava um gás. Tudo novo, tinha as místicas, do pessoal que vinha de outros assentamentos contando um pouco das histórias deles. (FAMÍLIA DIAMANTINA E GOIÁS).

No período de duas semanas, foram remanejados para outro acampamento chamado João Herculino, onde permaneceram mais duas semanas. Em seguida, retornaram para a área do OA III, onde permaneceram por seis meses. No ano de 2003, o acampamento OA III tinha por volta de 600 famílias. Depois foram reconduzidos para o acampamento Gabriela Monteiro, em Brazlândia (DF). Posteriormente, para o acampamento Chapadinha, em Sobradinho (DF), o período mais crítico relatado pela família:

A gente comeu o pão que o diabo amassou. Sofreu muito, a gente ficou em cárcere. Ninguém entrava, ninguém saía. Não deixava entrar no acampamento. Não deixava entrar comida, não podia estacionar na frente. Aí o marido da minha irmã foi lá e deu a volta na chácara pra tentar entrar, e eles foram lá e na madrugada colocaram fogo no carro. Eles botaram veneno na água. As pessoas passando mal, com diarreia. [...] Na Chapadinha a gente sofreu muita pressão psicológica. Eles botavam um carro de som, com uma música bem alta a noite, pra gente não dormir. Ninguém entrava com alimento e ninguém saía pra ir embora. Ou saía todo mundo ou não saía ninguém. Eles botaram um monte de jagunço vigiando a fazenda. Eles atiraram rumo a uma plantação de eucalipto. Teve dia de ficar muitas mulheres em um único cômodo com as crianças, que era o único lugar mais seguro, que era feito de tijolo, e a gente ficava tudo sentada no chão com as crianças, não dava nem de deitar, que no meu caso eu tinha três crianças, uma no colo e as outras no meio das pernas. Os homens na guarda. Levantando um “forte”. [...] de 10 metros de altura, para uma pessoa só subir e ter a visão do que estava acontecendo. [...] Eles estavam preparados para uma guerra mesmo. [...] pegaram a gente, tomaram nossa arma, deitaram no chão e pegaram os pacotes de arroz que a gente tinha e rasgaram em cima da gente. [...] Lembro deles pegando vaca no mato, matava a vaca e cortava ela ainda ela berrando, no desespero, cortava o tendão dela pra cair no chão e ali tratar mesmo e levar pro povo comer. O povo desesperado querendo comer. [...] era a fome. [...] O bom da coisa, é que não ficamos na Chapadinha. [...] O bom que nós conquistamos a chapadinha e lá ser o assentamento que é, é por nossa luta. Graças a nós. (FAMÍLIA DIAMANTINA E GOIÁS).

Depois desse período em Sobradinho, foram para um acampamento em Brazlândia (DF) na áreas das antenas da Radiobrás, porém ficaram pouco tempo, conforme relata:

Lá tinha radiação e a gente não sabia. Então procuraram da gente sair logo de lá. Foi quando nós entramos na fazenda do Toninho. Ficamos um tempo numa parte da Fazenda do Toninho da Antártica, resistimos lá. Aí depois ocupamos a outra. Que é o Graziela, e depois o Gabriela [em Brazlândia-DF]. Nós conquistamos o Gabriela, também. Tem muita gente que ficou por lá, mas a gente voltou pra cá. [...] teve a oportunidade de voltar, que aqui [OA III] já estava em pré-assentamento, é quando tá seguro e sabe que as pessoas não saem mais. [...] a gente foi lá pro grupo um com a parcela não era muito boa. (FAMÍLIA DIAMANTINA E GOIÁS).

Após um período de seis meses em que a família estava na parcela do Grupo 1, em local distante de acesso a água, a família perfurou um poço e não encontrou água. Com a chegada de algumas outras famílias, o coletivo social junto ao INCRA fundou o Grupo 16 e, assim, remanejou a família para a parcela atual, levando em consideração o processo de luta desde o início, sorteio e a avaliação interna.

### CAPÍTULO 3

#### **RAÍZES, IDENTIDADES E SABERES NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO AGROECOLÓGICO**

Este capítulo apresenta as três famílias participantes do estudo: Família Brejolândia, Família Buriti de Minas e Família Chapada Diamantina e Goiás. Apresentamos referências socioculturais dessas famílias por meio de histórias de vida, luta pela terra e chegada ao assentamento; articulações com a transição agroecológica, chegada ao território e percepção da paisagem; visão atual do agroecossistema manejado e do território; práticas de manejo e saberes associados à agrobiodiversidade; percepção sobre agroecologia; e suas relações associativas e a percepção de seu papel.

Para a análise dos dados coletados foram identificadas categorias a partir das referências socioculturais identificadas: as raízes camponesas - origem, chegada a Brasília e chegada ao território a partir da reforma agrária; a terra e o solo - percepção da terra e solo ocupados, primeiras experiências produtivas, percepção comparada entre os manejos e solos das regiões de onde e quando aprenderam a agricultura, redes associativas e de comercialização; as águas - relações com o acesso à água na trajetória de luta pelo acesso à terra; as plantas e sementes – elementos para a transição e práticas agroecológicas, o enriquecimento da biodiversidade na paisagem, reapropriação de hortaliças tradicionais, beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, busca por autonomia de sementes; mutirão, festas e tradições - festa e folia do Divino Espírito Santo, tradição do cultivo do arroz e produção de rapadura.

Essas referências socioculturais foram identificadas como pilares na construção da transição agroecológica do território do Oziel Alves III, para responder a pergunta de pesquisa: quais referências socioculturais trazidas pelas famílias agricultoras — relacionadas às suas histórias de vida, saberes e fazeres — se manifestam na consolidação de unidades produtivas agroecológicas do assentamento Oziel Alves III?

As categorias de análise, como poderemos ver, registram memórias mobilizadas pelas famílias a partir de suas trajetórias de luta por uma terra onde pudessem existir dignamente, partindo de e incluindo suas origens territoriais na construção de uma realidade de superação de desafios representativos da população camponesa no Brasil.

Para Little (2003) a territorialidade é a raiz (base de origem); por meio dela se

expressam as referências socioculturais, que se interligam aos pilares da diversidade biológica (biodiversidade) e a diversidade sociocultural, presente em territórios de povos tradicionais. Caporal e Costabeber (2004), também indicam as interfaces entre as dimensões social e cultural presentes para alcance da relação com o manejo e com a conservação dos recursos naturais.

Ailton Krenak (2020) nos lembra sobre a cultura herdada dos territórios tradicionais<sup>50</sup>. Para esse pensador indígena, refletir sobre o passado vivo, como é viva a cultura, porque a cultura é dinâmica. Ela não é resgatada, é criada a todo momento, em qualquer momento da sociedade humana.

### **3.1. Raízes camponesas**

As raízes camponesas são componentes de destaque da história de vida, abrangendo conhecimentos transgeracionais e manifestações culturais vivas na forma de gerir e manejar as suas unidades produtivas e a paisagem relacionada. O território constitui ponto fundamental da (re)criação das relações do mundo com a natureza e sua identidade (HAESBAERT, (2004); PORTO-GONÇALVES, (2006); PERICO, (2009)).

Na história de vida e conhecimentos manifestados, Wanderley (2014) destaca o modo de vida do campesinato, a organização do trabalho, a cooperação entre os envolvidos, manifestados no caráter familiar. A autora afirma que para além da caracterização de camponeses(as), nas especificidades de cada espaço e tempo, contemplam os(as) agricultores(as) familiares, que possuem múltiplas referências identitárias, o que pode ser compreendido e equivalente para ambos. A história de vida é marcada por um passado, com sujeitos sociais em protagonismo, por uma trajetória no modo de vida camponês na agricultura familiar.

As três famílias da pesquisa passaram por trajetória semelhante: a) avanço da fronteira agrícola e expulsão do campo; b) na construção de Brasília, se localizam nas periferias urbanas e rurais, e c) seguem com ações para a construção e consolidação das práticas que rememoram o que era realizado na região de origem.

Na Família Brejolândia a origem da agricultora, 68 anos, mulher negra, nascida no município de Brejolândia (BA), manifesta sua identidade camponesa em projeções, decisões e

---

<sup>50</sup> Vozes da Floresta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJIh1os4w&t=3164s>. Acesso em: 03.05.2022.

ações de seu cotidiano, com um reconhecimento de seus saberes em palavras que chamam atenção:

Hoje pelo tudo que eu planto, e vejo no campo, eu agradeço a Deus e ao meu pai. Porque eu vim da raiz dos agricultor, da primeira geração, meu pai contava dos meus avós que era agricultor da roça, e passou pra minha mãe e chegar em mim. Não era rico, nem fazendeiro. Toda essa *nação da agricultura, cultivador da natureza*. (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA, grifo nosso).

Ser “cultivador da natureza”, como se refere a agricultora, é um conjunto de valores que Costa Neto e Canavesi (2002) entendem, na concepção de ciência da geração de conhecimentos, enquanto sabedoria. Mançano Fernandes (2012a), reconhece esse saber como um componente social da identidade sociocultural do agricultor, do camponês em um território; a expressão da integração harmônica com o meio em que vive, definidoras da vida daqueles sujeitos que mantêm suas existências por relações não capitalistas, trabalho familiar e cooperativo.

Outra expressão utilizada pela agricultora surgiu de um interessante retrato das suas raízes geracionais ao expressar “nação da agricultura” expressa como parte do conhecimento recebido dos antepassados, avós, pais, todos como “agricultores da roça”. A riqueza não é atribuída aos bens materiais, mas em ser “cultivador da natureza”, como conhecimento repassado e fundamentalmente integrado com o meio ambiente e a partir da tradição indígena, como veremos a seguir.

A agricultora relata a origem de sua mãe, remetendo à condição limitada pelas relações de trabalho: “Eles eram livres, mas não assim... chega me arrupeia”. O “ser livre” — do mato ou da fazenda? — : “Do mato, livre do mato, mas trabalhava para os fazendeiros.”. Enquanto o povo de seu pai:

“...já era mais índio, aquele povo tipo tapuia, de Pernambuco, lá de Garanhuns, de primeira lá era tudo mata, a cidade só na capital. A minha vó, eu conheci pela foto, a cara dela, de uma tapuia mesmo, a coragem que meu pai contava dela, que cuidou do meu avô por 7 anos e ainda trabalhava na roça. Meu avô morreu, deixou um sítio, perto de Garanhuns, e ela cuidava dos filhos tudo, só tinha café e cajueiro, metade da terra era coberta de café e caju”. (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).

Na realidade de povos e comunidades que foram trazidos para o Brasil como mão de obra escravizada e daqueles povos originários que foram igualmente explorados, a sensação real de liberdade se torna imaginária nas terras das grandes fazendas e só ressurgem como forma possível em processos de (re)territorialização e na ocupação de territórios improdutivos em áreas de reforma agrária (STÉDILE, 2012). Ressaltam-se nas falas a “conquista da terra” enquanto meta de vida relacionada com a promoção da dignidade e segurança alimentar da

família e de seus descendentes: “Aqui é uma Agricultura Familiar! Pra quando eu morrer deixar para meus filhos e netos, e bisneto, plantar uma mandioca, milho e feijão pra comer e ir vivendo.” (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).

Nos diálogos com as famílias entrevistadas, a pesquisadora compreende que os processos de luta pela terra e relações sociais dialogam com Little (2003) nas trajetórias dos agricultores(as) no território, na medida em que os grupos sociais ao longo da formação dos territórios revivem a resistência cultural que expressam verdadeiras forças históricas na formação de comunidades migradas no Brasil.

Viver em Brasília foi uma passagem na vida da agricultora de Brejolândia, com uma vida em moradias precárias e sem renda. “No começo, na época de construção do Buriti [refere-se ao palácio do Buriti, sede do Governo do DF], e da Ceilândia [cidade satélite do DF] ... morava no morro do urubu.” A migração de pessoas das áreas rurais para centros urbanos, forçada pelas condições socioeconômicas, se processa tanto pela mecanização do campo e expulsão das comunidades de suas terras como pela ilusão de grandes ofertas de trabalho nas metrópoles.

Em seu relato registra a volta a Brejolândia: a agricultora ficou impressionada com a transformação da paisagem, resultado de um novo ciclo econômico de avanço do agronegócio sobre aquelas regiões, destacando o aumento do ritmo de supressão da vegetação nativa. A agricultora e seu filho<sup>51</sup> refletem ao observar o retorno à terra:

[Filho] O povo inventou uma tal de motosserra, que desmata o mundo véi e vende as madeiras com olho grande, para pegar em dinheiro. E transportar as madeiras para fora. A terra que a senhora diz que é coberta de madeira, olha aí ó, na fazenda lá, sem nenhum pé de pau. Coisa triste de você chorar.

[Agricultora] Eu chorei quando estava dentro da van que levou a gente de Serra Dourada para Brejolândia. (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).

O avanço da fronteira agrícola se acomodou com a produção de agrocombustíveis em um processo de transformação e desagregação das paisagens e suas populações, de modo que a memória da agricultora sobre as matas da sua terra natal é um testemunho do que acontece com vastas porções do Brasil, também presente em territórios rurais na região do DF, como na Fazenda Larga que deu origem ao Assentamento.

O momento da expansão da produção agroecológica foi registrada pela Família Buritis de Minas, por meio da ampliação da renda de modo contínuo, relacionada com o início da CSA Esperança (2017). A família passou a manter uma renda mensal fixa pelo escoamento da

---

<sup>51</sup> O filho da agricultora acompanhou um momento da entrevista.

produção em forma de cestas agroecológicas, organizado para ciclos anuais de compromissos entre agricultores e consumidores (então chamados *coagricultores*). Nesse contexto de maior estabilidade da renda, tanto se nota a aceleração de uma transformação contínua da paisagem (incorporando mais espécies de ciclos longos e perenes, maior agregação de valor com o beneficiamento e diversidade alimentar) como a materialização de “sonhos de cultivo” na nova terra, almejados desde a chegada ao território em meio à luta por acesso à terra. Sonhos estes que remetem a suas origens, a (re)territorialização.

A realização dos “sonhos de cultivo”, expressos por esta família nos diálogos e entrevistas, são relacionados com a comercialização de uma produção agroecológica; a construção do galinheiro para galinhas poedeiras; a estruturação e finalização da obra da expansão da casa de alvenaria; a recepção da Folia do Divino Espírito Santo do assentamento, criada e promovida por essa família, vizinhos e parentes “foliões” (tocadores, cantadores, catireiros, rezadores e preparadores de alimentos e estruturas residentes em Buritis(MG)); o plantio e colheita de arroz de sequeiro, em mutirão comunitário celebrativo, com participação de associados(as) e coagricultores(as) da CSA Esperança; dois anos após o plantio de variedade própria de cana trazida da região natal, a construção da estrutura do engenho para produção de rapadura e seu feitio, com a presença de ferramentas, materiais e colaboradores, em boa parte também vindos de Buritis (MG). Todos estes marcos importantes para a família Buriti de Minas destacam a contextualização da (re)territorialização, expressa nos valores de identidade e na construção da transição agroecológica (HAESBAERT, 2004).

O vínculo com a Aprospira foi fundamental. A Família Buritis de Minas apresentou sua manifestação de reconhecimento pela rede consolidada da comercialização da sua produção agroecológica e pelo vínculo afetivo entre a família e os(as) consumidores(as). Formado enquanto coletivo, o conjunto da CSA Esperança, que sempre apoiou decisões de ampliação da produção, incentivando a diversidade de espécies cultivadas que complementam, toda semana, a cesta entregue no ponto de convivência. Isto revela a percepção dos agricultores sobre o papel das práticas agroecológicas, fortalecendo relações de reciprocidade, tanto com a terra como nas relações sociais construídas, inclusive, com quem se alimenta do que produzem.

A relação de cultivo da terra aparece com um forte significado de integração com a sociedade envolvente, demonstrando claramente como a identidade, social e afetiva está associada às atividades camponesas ligadas às dimensões da diversidade e da abundância, além da solidariedade: “eu gosto muito de mexer com o plantio, porque pra mim, as pessoas

não vão passar fome, porque se eu tiver comida, se eu tiver verdura, o que seja, não só verdura, milho também, né? Eu penso assim [...] eu vou dividir com as pessoas que não tem” (FAMÍLIA BURITIS DE MINAS).

Esse aspecto ressurge, inclusive, na dimensão da valorização dos produtos gerados, relacionado à distribuição de excedentes enquanto presentes:

a minha cesta, eu não vendo a cesta cara, meus produtos não são caros. [...] eu diminuo o meu preço, mas eu quero entregar. Eu quero fazer a entrega daquele produto, para ter cliente [...]. Mas quando eu penso em parar eu lembro de muitas pessoas, além de vender meus produtos, eu agrado muita gente com verduras, até lá pra Minas eu mando verdura, eu mando para minha mãe [...] sempre quando tem oportunidade eu mando [...]. Se eu não produzir eu vou me sentir uma pessoa inútil. E eu acho que eu tô colaborando não só pra mim, mas para outras pessoas também. Eu sinto prazer em agradar uma pessoa com verdura, [...] E também de tá vendendo um produto saudável, então o plantio para mim significa isso, eu penso assim, se alguém tá passando por uma necessidade, eu fazer uma cesta para aquela pessoa, é a coisa melhor do mundo. (FAMÍLIA BURITIS DE MINAS<sup>52</sup>).

Esses sujeitos reivindicam suas memórias e seus modos de cultivar a partir da sabedoria reconhecida em suas matrizes socioculturais. No presente caso, as experiências acumuladas se manifestam na consolidação das unidades produtivas por meio do incentivo da rede de comercialização, CSA Esperança, associadas à promoção da abundância e da diversidade na produção de alimentos. A revivificação de tipos de cultivos, espécies e formas de beneficiamento presentes em sua origem sociocultural ganha aspecto de elemento mobilizador dos processos de promoção da segurança alimentar e nutricional da família, projetando-se para um efeito sobre “aquele que se alimenta”, representando uma fração da sociedade como um todo (sociedade envolvente).

Como exemplo, a renda familiar da Família Chapada Diamantina e Goiás, em seu período de acampamento, era mantida pelos trabalhos de construção civil do agricultor e pelos trabalhos domésticos da agricultora. Com o grande número de pessoas no núcleo familiar e pela necessidade de cuidados diários com crianças pequenas, o casal relata ter dado prioridade à renda gerada pelas atividades do agricultor, que davam maior retorno. Isso, no entanto, incomodava a agricultora, que sempre teve autonomia financeira em relação à figura masculina: “Eu, com 12 anos já trabalhava na casa de família, pra me manter e ajudar minha família, meu pai e minha mãe” (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS). Isso movimentava as dinâmicas da família, que a coloca em contato e contraste mais direto com modelos de agricultura convencional e suas relações de trabalho. Quando as filhas ficaram

---

<sup>52</sup>A irmã do Agricultor (família Buritis de Minas) estava presente em momentos da entrevista.

maiores para cuidar de casa, a agricultora passou a aceitar ofertas de trabalho em cultivos convencionais de verduras em propriedades da região. O primeiro trabalho de diária foi em colheita de tomate convencional numa fazenda na região do Pipiripau:

Tinha uma na plantação de tomate, eu morria de dor de cabeça. [...] era tomate e verdura em geral, mas a gente colhia tomate [...] O povo colocava a gente pra trabalhar embaixo de chuva, era muito veneno [...] E o pessoal queria que a gente ficasse lá trabalhando na chuva, senão ia mandar embora. Ai a gente foi pro galpão e falava que eles precisavam da gente porque tinham que entregar hoje, vamos convencer a mulherada a sair do campo e eles chegavam gritando pode ir embora, e a gente já ia, então tchau, já estamos indo [risos]. (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

No sistema de produção capitalista, as relações sociais são claramente percebidas enquanto relações de “exploração e alienação dos trabalhadores rurais”, vistos como mão de obra destituída de saberes específicos, “operários de uma indústria, e não como agricultores” (MONTEIRO, 2012, p. 69). Relações parecidas são notadas no trabalho doméstico, para o qual a agricultora retorna ainda por um novo período enquanto a família buscava se viabilizar no campo. Assim, um marco familiar importante na conquista da terra é o momento em que a renda do trabalho agrícola passa a se equiparar ao que a agricultora ganhava nos trabalhos externos de diária<sup>53</sup>, o que significativamente ocorreu com a comercialização dos produtos pela estruturação da CSA Flor de Lótus, a oportunidade que a família alcançou. Wanderley (1996) ressalta que, para o campesinato, em suas dimensões relevantes para as lutas dos camponeses, prevalece no esforço de constituir um “território” familiar, lugar construído para a família e para a reprodução das gerações futuras, de modo a guardar as memórias. Este lugar é mantido por relações sociais de trabalho, Dias e Bezerra (2021) apontam sobre os trabalhos coletivos, com tarefas múltiplas compartilhadas e de ajuda mútua, o exemplo dos mutirões realizados pela Apropera.

É fato a (re)territorialização a partir da formação de sujeitos coletivos e da constituição de novas relações sociais. É notável, nesse sentido, o papel das CSAs em uma perspectiva social, econômica e ecológica de produção agrícola (NIEDERLE, 2014), enquanto se fundamenta no “compromisso de apoiar a agricultura em diferentes instâncias: na valorização dos agricultores e de suas necessidades de bem-estar, no cuidado com a horta, na prestação de serviços de logística, na comunicação interpessoal, no setor financeiro, no incentivo à

<sup>53</sup> Segundo o IBGE, o rendimento médio mensal domiciliar por pessoa caiu 6,9% em 2021. Sendo o menor valor da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=O%20rendimento%20m%C3%A9dio%20mensal%20domiciliar,hoje%20\(10\)%20pelo%20IBGE. Acesso em: 15.08.2022.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=O%20rendimento%20m%C3%A9dio%20mensal%20domiciliar,hoje%20(10)%20pelo%20IBGE. Acesso em: 15.08.2022.)

agroecologia” (TORRES, 2017, p. 17).

Nas raízes camponesas estão presentes conhecimentos transgeracionais, lembranças aromáticas, paisagens, momentos de acolhimento do núcleo familiar, e elementos naturais em ações de cuidado. A partir das lembranças de famílias, os(as) agricultores(as) rememoram os cuidados presentes no cotidiano familiar em áreas rurais, com forte interação com os elementos da natureza, que aparecem com força na memória:

Eu lembrei de meu pai, que a gente quando criança sempre acaba com as cabeças dos dedos, né? E menino na roça vive descalço, a gente vivia com os dedos tudo machucado de chutar pedra. E sempre inflama, então meu pai fazia assim, esquentava uma água pra gente deixar os pés de molho e ficar mais fácil dele vim com um espinho de limão e tirar aquela bolha de inflamação, porque a água quente deixava a pele mais molinha né? Assim, meu pai fazia, vinha com o espinho de limão e tirava aquele pus. (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

[...] Vem a lembrança da casa da minha mãe, onde tinha um jardim, com pé de laranja, sabe? Quando bate aquele vento e vem o cheiro das flores da laranjeira, nossa, eu gosto tanto desse cheiro. Lembrei de um dia que minha mãe costurava roupas de bonecas, pra gente, a gente no meio da sala, com um monte de retalhos e fazendo roupas para nossas bonecas... mãe adorava fazer roupinhas pra gente colocar nas bonecas". (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

Tais memórias são mobilizadas e ativadas quando falam do que vislumbram para a vida que se vem construindo junto a suas famílias no Assentamento OAI. A vivência no campo permite a (re)criação da relação de pessoas do campo com a natureza e sua identidade.

Em relatos, foi possível observar que as referências socioculturais presentes nas histórias de vida são fortemente associadas às raízes camponesas. Para a promoção da agricultura sobre as bases da agroecologia foram destacados desafios e aspectos sentidos em relação ao momento atual que vive a população mundial, com a pandemia da Covid-19. Este momento revelou o valor e o papel daqueles camponeses(as).

Dias e Bezerra (2021) identificam alternativas utilizadas na comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos, frente ao impacto negativo da pandemia. A feira de rua, organizada pelos moradores das quadras residenciais, em Brasília, traz a inovação de comercialização direta com os(as) produtores(as) da reforma agrária, que ensejam os princípios da agroecologia.

A necessidade por alimentação de qualidade no momento da pandemia foi atendida pela Família Chapada Diamantina e Goiás, que realizou doações de mantimentos, por eles produzidos e itens da cesta básica:

Foi uma ação que a gente arrecadava cestas básicas pelo CSA, enchia a kombi de cestas básicas e de material de limpeza, ia lá no Objeto encontrado [ponto de convivência do CSA Flor de Lótus] e depois das entregas das cestas [dos coagricultores(as)], a gente chegou a entregar mais de 300 cestas em um dia. Aqui no assentamento [OA III], nos grupos lá de cima, no 8 de março [acampamento] e lá no Rosely [assentamento ao lado do OA III], faltou foi cesta. (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

Sobre o processo de ocupação da terra pública pelos movimentos sociais, não informa o tempo que esse processo irá decorrer, mesmo enquanto o aparelho de Estado que controla o uso das terras tem por obrigação ser pautado pela função social da propriedade. Ao longo desse processo, na luta pela terra e pela sobrevivência, essas famílias acessam, utilizam e projetam múltiplos aspectos de sua identidade cultural, saberes e fazeres, aplicando-os ao novo território em disputa.

Haesbaert (1997) define território como espaço público e(ou) de domínio político onde se manifesta a cidadania, um espaço de identificação e (re)criação das relações do mundo com a natureza.

Assim como no estudo dos múltiplos territórios sociais, Little (2003) reafirma a concepção

no intuito de entender a relação particular que um grupo social [...] definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades — coletivamente criados e historicamente situados — [...] um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (LITTLE, 2003, p. 254).

As referências socioculturais das famílias participantes da pesquisa, frequentemente associam cuidados, relação com a natureza manejada e sobrevivência familiar. É significativa aqui a percepção desses(as) agricultores(as), que cultivam sistemas agroflorestais em área acima dessa nascente, de que essa revegetação é parte de uma missão de recuperação das águas, degradadas por práticas influenciadas pelo modelo de agricultura convencional.

E nós já plantava nossas coisas, só que nós falava assim, nós tava fazendo um pomar [...] já tinha pequi, seringueira. Então, assim, tava meio encaminhando pra nossa agrofloresta [...] pelas informações que nós tinha, pelo conhecimento que nós tinha lá, dos nossos pais, as plantas, as árvores [...] era pequenininha, nós deixou crescer, nós não cortou, que nós queria sombra. Quando nós chegou nessa área, as lobeiras era tudo pequenininha [...] o [agricultor] arrumou galha de flor de mel, margaridão, a gente planta, plantou pra fazer sombra pras galinhas, pra gente, pra barrar vento”. (CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

No local onde era a nascente utilizada na época do acampamento, há um buraco de 1 × 1, de solo com coloração negra e textura úmida, no dia da visita, não tinha água, que atualmente reaparece no período chuvoso. A nascente secou, pela percepção da Família Chapada Diamantina e Goiás, pela ausência de vegetação:

é que lá não tem uma árvore pra nada, é muito degradado, lá no barracão não tem nada, a mina do barracão ia do Seu Di. [agricultor] até beirando a rua aqui embaixo, e bem no centro a gente tomava banho, chega dava pra ver o brejão. E cá em cima tinha água. [...] brotava água em tudo, podia cavar qualquer metro que brotava. Que lá a gente pegava água para beber. (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

Confirmando o que foi colocado no estudo de Moura (2010), que para os processos de construção de uma nova territorialidade, a agroecologia enquanto modo de vida é um ponto fundamental para visibilização da agricultura tradicional, de suas práticas e seus protagonistas portadores(as) de conhecimento. Pelo modelo convencional, não há oportunidade de se colocar em visibilidade à riqueza de informações práticas e vivenciais.

### **3.2 Relações socioculturais e natureza: a terra, o solo, as águas, plantas e sementes**

Nesta subseção, apresentamos como a natureza se revela por meio das referências socioculturais. Esses elementos foram categorizados em: terra, solo, águas, plantas e sementes.

Em *terra e solo*, reunimos relatos sobre a percepção da nova terra ocupada, as primeiras experiências produtivas, a percepção comparada entre os manejos e os solos das regiões de onde e quando aprenderam a agricultura, e as redes associativas e de comercialização.

Na Família Brejolândia, ganhou destaque o contexto da chegada a um território degradado, com a travessia da BR-020 e o acampamento na área remanescente do Cerrado, local da marcante vereda da rodovia DF-110, entrada histórica do local de residência das famílias durante a fase acampada. Quando a Família Brejolândia acampou, perceberam, logo no primeiro momento, como que a terra era diferente, nas suas cores e texturas. Caracterizando um solo degradado. Conta a agricultora: “ela não tem cheiro, ela tá igual uma farinha, um pó moído” (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).” Para a base de um solo sadio/agroecológico, segundo Primavesi (2016), das principais características: o solo tem que ser permeável por cobertura vegetal seca ou viva, o que evita o ressecamento e aquecimento

superficial do solo. O solo coberto garante diversidade de microrganismos, além dos processos de melhor desenvolvimento das plantas na nutrição vegetal, bem como no desenvolvimento de raízes. A agricultora, nas suas percepções de vida, chama atenção para o tipo de solo onde moravam:

Era terra de mata, adubada com a natureza, pretinha, com folhas dessa fundura (indicando o tamanho da serapilheira, quase meio metro de altura), o tanto de folha que caía das árvores, tudo perto uma da outra, cada árvore dessa grossura (indicando tamanho da circunferência da árvore), uma mais grossa que a outra. (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).

Sobre o efeito da diferença de manejo do solo no assentamento, entre sistemas de plantio, a agricultora observou: “... e como tá diferente, muié! [...] Com a agrofloresta é ainda mais diferente; a cor da terra, o cheiro, você pega e cavuca pra sentir o cheiro, e vai numa que não é cultivada e ver a diferença, a não cultivada” (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).

As árvores que estão nas linhas junto com as touceiras de bananeira são os pés de café e cítricos. Perguntei se já colheu café, a agricultora da Família Brejolândia respondeu que não e, nas suas observações sobre a relação solo-planta, relatou: “ele flora duas vezes no ano [por enquanto] quem tá se alimentando é a terra”. A noção de que a planta também alimenta a terra, com sua biomassa, e que isto transforma as condições de produção e sanidade das próprias plantas, é marcante no conjunto de suas falas, sendo um aspecto fundamental dos princípios agroecológicos.

Em seu relato, a agricultora revela as limitações impostas por ter de cultivar um solo degradado, a necessidade do adubo para melhorar a terra e os problemas relacionados às pragas que precisam ser combatidas, refletindo sobre o bem-estar e a existência de outros recursos associados: “Nós chegou aqui, não tinha um pé de mamona para fazer sombra. E nem água pra beber, nem nada, nem casa pra morar. Nem luz, nem nada. Só tinha ratazana e cobra cascavel” (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).

Para viabilizar a geração de renda a partir da terra, a agricultora sentiu o contraste técnico/tecnológico, conforme as orientações a que tinha acesso nas lojas agropecuárias, na relação com o sistema de cultivo, seus conhecimentos e meios. Diferentemente do território de sua origem, pareciam incontornáveis as práticas de mecanização e correção de solo, a aquisição de sementes para plantio e os pacotes de insumos químicos. Em seu relato, essa situação aparece como uma série de adversidades para a família: “Nós não entendia muito de terra arada, e teve que comprar semente de milho e feijão de corda, e na época tinha o adubo

químico. E uma matraca<sup>54</sup> pra plantar” (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA). Alugaram duas horas de trator com outro agricultor acampado para arar a terra, porém o trator tombou na primeira leira da área, e o trabalho não prosseguiu.

As primeiras sementes compradas foram de milho e feijão de corda (5 kg de cada), junto a insumos químicos e à matraca.

Ih minha filha, a gente não tinha um dinheiro pra arar a terra, nenhum centavo, sofrido. Nem tinha trator. [...] Aí com o tempo que nós tava aqui, o [assentado G], tinha um trator bom [...] veio arar aqui umas duas horas, e começou perto desse pé de abacate, mas na época não tinha nada, só mato, arou até a leira de cima, e tombou e não arou mais (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).

O filho da agricultora, na esperança, foi plantar entre as lombadas da terra insuficientemente preparada, “dificultando andar na área”. A família inseriu também sementes de abóbora (completando, com o milho e o feijão, o trio de consórcio mais tradicional das Américas (GLIESSMAN, 2000)), mas sem sucesso na colheita. A família tem como referência os modelos de plantios tradicionais, semelhantes ao consórcio conhecido como *milpa*<sup>55</sup> ou “cultivo das três irmãs” (milho, feijão e abóbora). Boa parte das sementes não nasceu, e “o que nasceu não se desenvolveu”. Este foi o primeiro ano de plantio no assentamento que, para a agricultora, ficou marcada a percepção de se tratar de um solo muito diferente de sua origem, devido à degradação ao longo dos anos antes da fazenda virar assentamento.

A agricultora da Família Brejolândia compara a diferença na própria parcela do solo: “onde eu nunca arei dá pra ver as placas que não deixa a água entrar. A terra que é ainda desde quando eu vim pra cá”.

As dificuldades que a família viveu, a luta e a conquista da terra no assentamento e os diversos registros de plantios foram trazidos à tona na memória da camponesa. A *terra de cultura* é associada aos melhores resultados dos plantios, isto é, são terras férteis, próximas a leitos de rios, sua adubação é por meio de ciclos ecológicos envolvendo incorporando serviços ambientais da vegetação nativa para o solo:

Não precisava botar adubo, só precisava que Deus mandasse chuva, que aí você podia guardar no saco, o mantimento. Cada espiga de milho ‘desse tamanho’ [mostra com as mãos], granada, com os caroços [indicando o tamanho no dedo]. E sem botar adubo, as terras de lá serve de adubo para essas nossas terras daqui. Incrível, incrível.

<sup>54</sup> Ferramenta manual de semeio de grãos, que é associada à utilização do adubo químico, como compartimento próprio para isso).

<sup>55</sup> *Milpa* é o modelo produtivo mais antigo, praticado por indígenas e agricultores da América Central e Brasil (GLIESSMAN, 2000).

[...] A terra onde a gente morava, era terra de mata, adubada com a natureza, pretinha. (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).

A diferença é que na *terra de cultura* não é necessária a utilização de adubos, sejam orgânicos ou químicos; são solos com características de fertilidade: cor escura a cinza, textura granulada e presença de micro-organismos vivos.

Sobre a origem das sementes que utilizavam nos primeiros anos de plantio no acampamento, a agricultora (Família Brejolândia) aponta a compreensão de que o problema está relacionado, especialmente, à condição de improdutividade das terras disponibilizadas para a reforma agrária, o que é observado também por Stedile (2012):

Os fazendeiros sugaram a terra demais. Com soja, e essas coisas deles [agrotóxicos]. A terra criou uma praga, que chovia e não entrava água dentro da terra. Chovia e tava tudo seco. Meu filho falava: mãe, olha essa terra como tá sofrida. Tem um cascão e não deixa a água entrar. Ti juro minha filha, todo mundo sabe desses problemas, quando o fazendeiro larga a terra, ela tá parecendo um velho quando já está morrendo. A gente tem que chorar pela natureza de Deus. O ser humano anda acabando com tudo. (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).

As dificuldades nas terras do assentamento foram rememoradas: “na época não tinha nada, só mato [referido como o capim, espécie pioneira de recolonização de área degradada]”. A terra teve que ser arada, mas segundo ela:

Nós não entendia muito de terra arada, e teve que comprar semente de milho e feijão de corda, e na época tinha o adubo químico. E uma matraca pra plantar [...]. O primeiro ano essa terra não dava nada. Você plantava e os trem ficava desse tamanho. E não dava nada. A gente plantava abóbora, pensava que tava dando, ia lá e os trem sumia. [...] A terra era muito degradada, sofrida. Que os fazendeiros sugaram a terra demais. Com soja, e essas coisas deles (agrotóxicos). A terra criou uma praga, que chovia e não entrava água dentro da terra. Chovia e tava tudo seco. (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).

Verificamos a sua percepção da transformação no manejo do solo, anteriormente uma terra improdutiva na chegada da parcela, com plantios de culturas de subsistência (milho, mandioca, feijão), nos cultivos durante anos e, assim, o incremento da nutrição e vida ao solo. Quando ocorre a implantação do SAF, o solo já tem alguns anos ciclos de cultivos em diversidade de subsistência, em que é possível observar níveis da transição agroecológica, como descrevem Altieri (1998), Díaz (2014) e Gliessman (2000), enquanto etapas do enfrentamento de problemas gerados pelo modelo convencional de produção. O manejo adequado do solo compõe, na própria percepção da agricultora, parte da solução para regeneração do meio ambiente e das condições de vida para as pessoas.

Como podemos observar na Família Buritis de Minas, em seu primeiro dia de acampamento; e na Família Chapada Diamantina e Goiás, o significado da rotação nos

acampamentos em todo o período até o momento de assentar na área pleiteada.

A Família Buritis de Minas relata as dificuldades de moradia sem infraestrutura e dos primeiros cultivos no solo degradado. Inicialmente cultivavam quiabo, mandioca, milho, feijão, feijão de corda, maxixe e cana para suprir as necessidades básicas. E realizavam comércio de pequenos excedentes na forma de pacotes de verduras (levados com carrinho de mão, oferecendo de porta em porta nas ruas do núcleo urbano de Planaltina).

A expansão da produção, com ampliação da renda de modo contínuo, está relacionada com o início da CSA Esperança e do processo de (re)territorialização, relatados anteriormente. Os relatos dos(as) agricultores(as) permitiram observar a produção agroecológica associada à história de vida, enquanto memória viva relacionada à práticas do dia a dia no Assentamento e trazendo relações da abundância, diversidade produtiva e o melhor aproveitamento dos recursos da natureza existentes.

Na Família Chapada Diamantina e Goiás, ressaltamos a lembrança da agricultora quando criança, andando pelas matas de Cerrado com sua mãe e seus irmãos, na busca de esterco de vaca para produção de adubo para a horta de casa. No seu quintal produtivo e nas áreas de roça intercaladas com áreas de pasto, encontrava-se maxixe, melancia, pimenta, e sempre havia a percepção da gratificação pelo trabalho. A agricultora relembra que, “sentados embaixo de uma sombra de árvore, a mãe e seu facão abria uma melancia e a recompensa estava feita”. Lembrança viva na memória e no brilho dos olhos da agricultora ao contar a aproximação da roça:

A gente ia catar bostas (esterco), mas a gente depois tinha a recompensa, minha mãe levava um facão, partia a melancia, a gente sentava embaixo de uma sombra e chupava a melancia, agora eu não sei como que aquelas melancia, se era no meio do pasto, como existia a melancia, [...] mãe falava: vamos catar cocô de gado lá pra gente fazer canteiro, [...] enchia era saco, num tinha nem carrinho de mão. (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

Sobre essa prática de otimização do uso do esterco, no passado e no presente da família, Borges (2018) aponta que elementos inovadores de produção do próprio composto são parte de uma dinâmica de aproveitamento de recursos e otimização do agroecossistema que tende a remeter ao trabalho associativo:

não se pode cair aqui no engano de acreditar que a agroecologia requeira que o agricultor [sozinho] produza todos insumos que serão utilizados na produção, pois como muitos argumentaram o tempo disponível é um fator limitante, reforçando a importância do trabalho socialmente dividido para otimizar a produção. (BORGES, 2018, p. 149).

Nessa gestão do tempo familiar ao longo do processo da transição agroecológica, a Família Chapada Diamantina e Goiás apresenta na descrição das atividades significativamente ligadas à incorporação de práticas agroecológicas inovadoras relacionadas à recuperação e ao incremento da fertilidade dos solos, promoção da ciclagem de nutrientes e otimização dos recursos naturais. Ações de cobertura do solo, inserindo deliberadamente plantas que têm capacidade de fixar nitrogênio; aproveitar “o esterco dos animais para cultivos e pastagens; aproveitar a biomassa produzida localmente para alimentação dos animais; utilizar podas e restos de cultura para estimular a vida dos solos; e inserir árvores nos sistemas” são práticas presentes no manejo da Família Chapada Diamantina e Goiás.

A memória biocultural, segundo Toledo e Barrera-Bassols (2015), está presente na sabedoria tradicional de práticas de manejo dos sistemas agrícolas, que são acessadas pelas populações que enfrentam as mudanças de ambientes (climas, sazonalidades, característica de solo etc.) e de disponibilidade de recursos naturais. Carregam consigo referências socioculturais na forma de práticas e significados da relação com a terra, a água, a sementes e as plantas, que acessam na construção de estratégias e na incorporação de inovações para superação de adversidades do momento presente.

O elemento *Água*, se apresenta na pesquisa, nas falas das famílias que descreveram o acesso à água, sobre o primeiro poço/nascente de abastecimento do acampamento, a memória trágica e marcante do afogamento de uma criança e o desdobramento social sobre a necessidade de buscarem água em local mais distante, com uso de animais. Também os significados em torno da escassez e as plantas relacionadas à presença de corpos hídricos.

O acesso à água, na época do acampamento, era por pequenos trechos de água, barragens que eram feitas pelos próprios acampados e na captação das nascentes com água corrente em parcela de outro agricultor que, com o tempo, secaram. A agricultora da Família Brejolândia relata que as águas secaram “por conta dos pecados de todo mundo, não agradece a Deus direito, só quer viver na ganância, que a pobrezinha da mina ia secando, secando, até não ter mais”. Desativaram as idas à mina d’água quando houve a morte de uma criança afogada no poço. Assim, tiveram de ir mais distante para ter acesso à água, refletindo parte dos desafios da resistência camponesa para a permanência no território em construção, ideia presente nos trabalhos de Fernandes (2012b) e Ploeg (2008). Enquanto episódio marcante da estratégia familiar frente à escassez de água, seu filho conseguiu emprego fora do acampamento, juntando recursos para comprar uma carroça “até hoje o vizinho tem essa carrocinha” e uma égua

branca, que a gente tirou foto dela, igual tira foto de criança, de tanto amor que nós tinha por ela. tão mansinha, a gente enchia essa carroça de água e soltava as rédeas dela, que ela vinha sozinha e parava na frente do barraquinho. Sozinha e Deus, de tão mansinha. Cobra nunca pegou ela [a égua], aqui tinha cobra demais. Eu fazia oração: São Lázaro e São Bento: fazei que nunca deixe a cobra pegar ela [a égua], que ela traz água pra gente. Livre de animal peçonhento. (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).

A respeito do mesmo período, a agricultora da Família Chapada Diamantina e Goiás relata sobre um dia em que “tinha dois litros de água para o banho das crianças”. Conta que começava a banhar da menor para a maior na sequência, reaproveitando a água, sem restar água para o banho dos adultos. A própria estratégia de reaproveitamento da água do banho é remetida pela agricultora como parte de um aprendizado que vinha da sua experiência familiar na roça, no manejo da escassez dos recursos. Remete, na sua fala, ao reconhecimento de outras sabedorias de suas antepassadas, partindo do princípio de “cuidado maior com os menores”.

Este retrato da escassez hídrica, relatado pelas famílias entrevistadas, interfere diretamente na percepção ambiental do território, como confirma Coelho (2014), de ser um problema estrutural histórico e que impulsiona decisões de criação de ações que sejam estratégicas para lidar com o uso do recurso, a água. Sejam estratégias para consumo, bem como para distribuição na construção de seus quintais (agroflorestais).

As práticas agrícolas com *Plantas e sementes* são um diálogo permanente com a agroecologia em saberes e fazeres associados passados por gerações que foram aparecendo por meio da oralidade, nas entrevistas, como nas travessias pelas propriedades.

Esses elementos estão presentes nas práticas agrocológicas por meio do enriquecimento da biodiversidade, na reapropriação de plantas alimentícias não convencionais, no beneficiamento de fruto do Cerrado, como o baru, e na busca por autonomia de mudas.

A agricultora, (*família Brejolândia*), no dia de campo, nos conduziu ao local do primeiro barraco, em frente a uma mangueira. Aos pés da árvore, pudemos perceber o primeiro quintal, com plantas ao redor, vasilhos de flores, suculentas e samambaias à sombra. Atualmente ela utiliza o barraco de madeirite com telhas de amianto para guardar ferramentas, produzir caldas de controle de pragas e prática de compostagem.

Em um tambor, a agricultora descreveu a produção de uma calda biológica com vários

elementos de aproveitamento dos restos do cultivo (folhas de repolho, folhas de mostarda, folhas de acelga, esterco, pimentas diversas, soro de leite, urina de vaca e as próprias lagartas que danificam os cultivos) e orientações recebidas nas capacitações/formações em agroecologia junto à Aprospira. Ela separou uma quantidade para uso naquele dia, levou-nos até as touceiras de banana em que estavam aparecendo lagartas e aplicou o preparado, confirmando a experiência que tem praticado em casos similares: “amanhã elas não vão estar mais aqui” (FAMÍLIA BREJOLÂNDIA).

Notamos a combinação do redesenho de sistema com a substituição de insumos, típica dinâmica entre práticas de diferentes níveis da transição agroecológica (GLIESSMAN, 2000). No caso da agricultora, o manejo biológico de insetos, com preparado próprio, busca desenvolver métodos não agressivos à natureza, claramente, no seu discurso e nas práticas apresentadas, enquanto não se atinge um solo melhor através dos próprios cultivos, em que a qualidade do solo é a medida principal do sistema — o que remonta a abordagens fundamentais da agroecologia.<sup>56</sup>

Na Família Buritis de Minas, sobressai a memória afetiva alcançada por aromas, a observação e o desfrutar das plantas presentes nas agroflorestas (SAFs), a transformação sobre as relações de comercialização entre o passado e o presente. “Antes a gente tinha que percorrer com carrinho de mão, de porta em porta de Planaltina pra vender as verduras. Hoje a gente tem o ponto de entrega do CSA e a amizade que a gente tem com os coagricultores.” (FAMÍLIA BURITIS DE MINAS). Para Caporal e Costabeber (2004), a transição agroecológica transforma as relações de manejo, quando a família mantém uma relação social com os seus consumidores, relações mútuas de benefícios, de comercialização e de interação com a atividade produtiva, o manejo da área produtiva proporciona qualidade de vida.

Em dia de campo com a família Buritis de Minas, ao percorrer as linhas de ervas medicinais, sombreadas pelos eucaliptos, bananas e árvores frutíferas da agrofloresta, pudemos notar o hábito de pegar um pedaço de raminho, folhas ou flores e cheirar para falar delas. A agricultora mobilizou uma memória afetiva, de aconchego e satisfação, remetendo a

---

<sup>56</sup> Segundo Primavesi (2016), o enfoque sintomático do combate de pragas, mesmo com produtos biológicos, pode e deve ser combinado a ações sistêmicas, sobre as causas das deficiências, podendo incluir: manejos físico-mecânicos (coleta manual, armadilhas, barreira vegetal etc.); manejos biológicos (inserindo inimigos naturais dos insetos-praga, aplicando extratos de repelentes vegetais, praguicidas naturais tais como nicotina, mamona, pimenta, entre outros); e prevenção ou controle natural. Este último a autora caracteriza entre ações como: *i*) enfoque em ações para equilibrar e diversificar a vida no solo; *ii*) aumento da resistência vegetal por nutrição mineral do solo; *iii*) fortalecimento do sistema radicular das plantas por nutrição vegetal, presença de cálcio; e *iv*) manutenção do solo permeável por cobertura vegetal seca ou viva, evitando o aquecimento ou ressecamento superficial.

um chá saboroso de capim, que também compunha os desenhos de suas hortas e seu pomar. Quando passamos por uma linha e identificamos um pé de acerola carregado, a agricultora, por um instante, observou aquelas frutas vermelhas e redondas suculentas, perfeitas, sem nenhuma mancha ou danificação. Ao experimentar, ela ficou espantada com a doçura da acerola e falou: “é pela primeira vez que paro na roça pra comer uma fruta, e ela tá tão doce, nem parece que é acerola”. Ela ficou um tempo admirando os frutos e reafirmando sua percepção de como eles se desenvolveram bem em meio àquele agroecossistema devido à biodiversidade que promoveram ali.

Na Família Chapada Diamantina e Goiás, os diálogos se apresentam como um intercâmbio de conhecimento, as materialidades das trocas de saberes e sementes, a percepção do ambiente passado-presente, a valorização da autonomia na variedade de sementes, os desafios de produção com técnicas próprias e de ampliação da produção, do beneficiamento e aproveitamento, as redes de comercialização e a relação com a criação de animais.

Dessa forma, os vínculos sociais e de comercialização estão associados à permanência das famílias entrevistadas no novo território, em uma condição de nova dignidade. Isto é, tratamos de observar e discutir a significação que manifestaram sobre os elementos naturais (terra, água, plantas, sementes) ao longo dos processos de ocupação, resistência e produção das famílias no território. Como relatado pela agricultora: “Tudo muito novo, vamos ocupar, tudo muito empolgante, tinha as assembleias, as palavras de ordem: MST a Luta é pra valer! Enquanto os latifúndios querem guerra, nós queremos terra!” (CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS). Envolve, por fim, observar como as referências socioculturais dessas famílias aparecem fortalecendo as relações vinculadas ao processo de transição agroecológica vivenciado por elas entre associações e grupos que compõem.

O primeiro contato da agricultora da Família Chapada Diamantina e Goiás com o sistema agroflorestal ocorreu em uma visita técnica ao Sítio Semente, propriedade localizada no Lago Oeste, em Sobradinho (DF), que ministra cursos de sistemas agroflorestais. Por meio dessa visita guiada, o acesso à informação de estruturação da chácara de maneira sustentável, ela relata:

mostravam a chácara dele o antes, que era cascalho, era pedra pura, né? E como é sustentável, galpão, banheiro [...]. E eu sempre falava isso: ele tem alface no jardim, ele aproveita a água, [...]. E nós já plantava nossas coisas, só que nós falava assim: nós tava fazendo um pomar. [...] tinha pequi, já tinha seringueira. Então, assim, nós já tava meio encaminhando pra nossa agrofloresta, assim, pelas informações que nós tinha, pelo conhecimento que nós tinha lá, dos nossos pais, as plantas, as árvores que nós chegou aqui, era pequenininha, nós deixou crescer, nós não cortou, que nós queria sombra. [...] o [agricultor] arrumou galha de flor de mel. [...] plantou pra fazer sombra

prás galinhas, pra gente, pra barrar vento, que era tudo destampado [o ambiente, a paisagem]. (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

Durante a travessia, na zona mais próxima da casa, a agricultora relatou que o pomar que estavam formando quando se assentaram, há 15 anos desde o início da parcela, uniu-se com as primeiras linhas de SAF: “foram as primeiras [mudas] que a gente plantou, tem pequi, manguinha, seringueira, ipê, baru, [...] banana, limão, goiaba, cajá-manga, [...] goiaba, tem frutos do cerrado. Aqui nos chama, chamava de pomar, e agora se emendou na agrofloresta” (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

Na proximidade da casa, local do pomar, montaram o galinheiro para as galinhas poedeiras. Em cuidados compartilhados, chegam juntos no período da manhã, conforme descrição de atividades mencionada pela agricultora:

quem levanta e dá ração é nós dois, mas quem prepara os remédios sou eu [...]. a gente vai recolher [ovos], vai alimentar, quero ver, observar se tá com coriza. Aí eu vou, preparo um alho, boto um açafraão na água. [...] a gente tira do canteiro [...] hortelã, picão, e couve [...]. pego a casca de ovo, triturado e dou pra elas [...]. Mas o remédio mesmo bom é o tronco da bananeira, que tem muita água. Elas são devoradoras, e elas ficam soltas passeando. (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

A agricultora relata sobre a percepção do ambiente passado-presente: “A natureza é sábia! Não plantou, mas aqui no Cerrado essas coisas nascem. [...] o ambiente tá bem, né? Tem um banco de sementes aqui embaixo, que é trazido por passarinho. Antes estava adormecido. [...] ficando um clima mais propício pra ela [a vegetação nativa e espontânea de uso]” (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS). Essa fala da agricultora é descrita pela própria observação de mudas do Cerrado que nascem em meio à área do pomar, área do pastejo das galinhas, ambiente intencionalmente semi sombreado, ideal para o conforto e bem-estar, também dos animais. Ela recorda: “antes era só isso aqui ó, braquiária [...]. a fazenda era plantio convencional, [...] de soja, de milho. [...] então a gente pode ver no meio que já nasce outras plantas. [...] E o frescor também [...]. Porque aqui cê vê que o descampado é aquele calor, abafado” (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

Fica evidente a percepção da qualidade do ambiente em que se vive vinculado à abundância, ao mesmo tempo, ao manejo da família, como resultado direto da sua forma de ocupação do espaço para produzir a vida no campo a partir das referências que carregam. O ambiente que criou, plantou e cuidou (e cuida) para além do bem-estar, estabelecendo outro sistema de produção e consumo de alimentos pela cidade. Isso fortalece a multiplicação e a

adoção de plantas não convencionais e da sociobiodiversidade, como é emblemático, aqui, o caso da palmeira e dos cocos de jerivá (figura 12). Espécie que a família tem orgulho em destacar na travessia, foi uma das primeiras mudas plantadas quando assentaram na parcela, cujos frutos se tornaram a fonte de uma geleia bastante única produzida pela agricultora.

**Figura 12 – Palmeira de jerivá**



**Fonte:** Acervo pessoal da autora, 2021.

**Nota:** espécie plantada por muda nos primeiros anos de consolidação da parcela. A agricultora mostra gesticulando com louvor os cachos que estão para ser colhidos.

Depois da travessia pela área do galinheiro e do pomar, passamos pelas linhas mais antigas de SAF. Chegando aos canteiros de ciclo curto, avistamos a maior parte das hortaliças cultivadas e, abaixo, os talhões de grãos, incluindo feijão, milho e arroz, com linhas de bordas entre uma cultura e outra, apontando leirões de batata-doce.

Detendo a atenção sobre a estufa de tomates, observamos uma diversidade de variedades, dos tipos salada (grande) e cereja — alguns com tutoramento e outros sem. Perguntamos sobre a valorização da autonomia na variedade de sementes, e a origem das variedades que eles plantam e entregam nas cestas. A agricultora da Família Chapada Diamantina e Goiás relatou: “O [agricultor] planta junto de tudo, todo tomate, ele planta. Ou então, ele tira aquele, às vezes, ele foi transplantado. Acaba virando uma muvuca, né? Porque

ele tem semente de todos os tomates. [...] Tomate, a gente não compra mais de fora”. Representa um esforço em busca de autonomia em variedades produtivas de tomate, que, além de ser uma cultura bem valorizada pelos consumidores, tem custo alto na aquisição de mudas e sementes, quando compradas.

São de fato esforços notáveis a promoção da autonomia e da diversidade de sementes de hortaliças, legumes e verduras, que, em todo caso, demanda tempo de semeio da espécie, colheita, amadurecimento, separação da semente, germinação, montagem de bandejas e transplante para canteiros. Na estratégia da transição agroecológica, conforme relatam Feiden *et al.* (2002), Gliessman (2000) e Petersen *et al.* (2017), é frequente a tendência ao enriquecimento dos agroecossistemas por meio da autonomia na produção de sementes e da experimentação sempre presente ao longo do processo de ampliação da produção e de consolidação da unidade produtiva.

Em algumas experiências e tentativas de retirada de sementes para a própria produção — como o pimentão —, a família relata que os frutos que produzem vêm com poucas sementes e com baixa germinação. No relato sobre a produção de semente de alface, vemos a importância que ganha, pelo empenho necessário:

Deixar um pé no fim do canteiro, [...] nossa, é bem difícil, o pé ficou muito grande, depois pendoou pro outro lado, a gente tem que esperar secar, depois sair a semente que é muito pequenininha.[...]. Porque é igual ter todo esse processo, esperar crescer, pendoar, para você tirar a semente, e fazer sua própria bandejinha. (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS).

É percebido como necessário o trabalho especializado na produção de sementes, por conta da diversidade de culturas que são manejadas e colhidas semanalmente para entrega na CSA. Enquanto estratégia, a família realiza a prática do “canteiro berçário”, para a cultura da batata-baroa, por exemplo (apêndice A, figura A.4). Montam um canteiro pequeno, entre linhas de árvores do SAF. Realizam a separação das mudas retiradas da touceira que foi recém-colhida, na preparação das mudas, com cuidados diários, até que atinja o tamanho ideal para transplante definitivo em canteiros maiores.

O agricultor da Família Chapada Diamantina e Goiás relata: “...estamos deixando pra mudas, nós perdemos muito lá em cima, né? [refere-se ao canteiro maior] Nossa senhora, precisou de uma plantação monstro, num demos conta, né? de vencer o mato. E aqui, aqui tem e controla”. A prática de “canteiro berçário” otimiza o trabalho na ampliação da produção até o momento de transplante, fazendo com que a cultura, no caso a batata-baroa, atinja um

tamanho que as plantas invasoras não as “sufoquem”.

A área do plantio de arroz é próxima da divisa da parcela, cerca de 600 metros do local da nascente da época do acampamento e do outro lado da rodovia DF-110, onde está a vereda remanescente. Realizar os plantios até a divisa da parcela nessa direção é visto como uma ação que enriquece a área como um todo. Em geral, revelam ter adotado a estratégia de começar com culturas de adubação verde e de fácil acesso, como feijão-de-porco, mamona e estacas de amora. E, diante da projeção de futuramente ver correr água novamente devido ao manejo com adensamento de espécies perenes, a agricultora da Família Chapada Diamantina e Goiás reafirma: “Aqui corria água. [...] Tem aquelas arvoretinhas que só dá em brejo”.

Quanto ao maior aproveitamento de excedentes e de espécies de comercialização menos comuns, ressaltam as estratégias de beneficiamento para agregação de valor — em que também surgem memórias do que se fazia no campo em sua infância. A agricultora já promove a desidratação solar de raízes e de banana-verde para produção de biomassa alimentar (farinha rica para adicionar em bolos, biscoitos, vitaminas), bem como de cenoura e abóbora - desidratadas - para produção de farinha, a fim de ser também utilizada em bolos e tortas. O mesocarpo de baru, retirado do fruto, desidratado e triturado, que serve para enriquecimento de bolos, biscoitos e vitaminas, fortalecendo a relação com a sociobiodiversidade do Cerrado. Todo esse processo é realizado de maneira artesanal no seu quintal e na sua cozinha, em pequena escala, mas a agricultora projeta a qualificação e a otimização das atividades e dos equipamentos. Ela relata:

desidratar no sol mesmo. Eu tô com dificuldade, [...] ficando muito artesanal, no caso eu tô usando o liquidificador para triturar, tanto isso aqui [rodela de banana verde desidratado ao sol], como as farinhas [...]. eu preciso de um triturador pequeno. [...] Eu tô até aqui adaptando uma cozinha pra poder fazer algumas coisas.[...] tenho que fazer as conservas, eu tenho molho de tomate pra fazer. (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS, fevereiro, 2021).

A família, nas suas práticas agroecológicas e relações associativas, é uma das cinco famílias associadas à Aprospira, que, no ano de 2021, realizou o plantio de arroz de sequeiro. Inspirados pela colheita de abril de 2019 da Família Buritis de Minas, a Família Chapada Diamantina e Goiás relata limitações da produção agroecológica:

“...porque você planta o arroz, cê tem todo um trabalho com arroz, sem usar químico, depois cê pega seu arroz totalmente limpo, leva pra beneficiar, ele taca na máquina lá de beneficiar arroz, e, na máquina que beneficia arroz com agrotóxico e acaba contaminando o seu. Então, aí, pô, seu serviço ficou tudo por água abaixo. A gente quer aumentar mais quantidade de pessoas aqui pra plantar o arroz, [...] para que

conseguisse um projeto pra gente adquirir uma máquina pequena para beneficiar". (FAMÍLIA CHAPADA DIAMANTINA E GOIÁS, fevereiro, 2021).

A diversidade biológica tem o papel de potencializar as oportunidades de as espécies coexistirem e interagirem de forma benéfica, contribuindo para melhor uso dos recursos do agroecossistema. O manejo agroecológico, como descrito nos trabalhos de Altieri (2012), Emperaire e Peroni (2007) e Machado, Santilli e Magalhães (2008), intensifica a ciclagem de nutrientes e otimiza os fluxos de energia, bem como a conservação da água e do solo, equilibrando as populações de pragas e inimigos naturais, como observam Emperaire (2018), Emperaire e Peroni (2007) e Primavesi (2016), a respeito da característica dos sistemas agrícolas tradicionais.

Como é o caso dos corredores agroecológicos combinados com a semeadura direta no Cerrado (ASSIS; MOURÃO, 2020). Trabalho realizado na área comunitária do assentamento que ampliou a formação no manejo agrobiodiverso. Assis e Mourão (2020), na abordagem do manejo agrobiodiverso em restauração florestal, relatam a experiência de agricultores(as) agroecológicos(as):

por meio da empresa Semeia Cerrado, especializada em trabalhos de restauração via Semeadura Direta, contratada via Programa Águas Brasil, coordenado pela ONG WWF e Fundação Banco do Brasil, foi realizada a semeadura da “muvuca mecanizada” de sementes de Cerrado para recomposição de 20,18 hectares desta área”. (ASSIS; MOURÃO, 2020, p 3).

Essa ação contou com a participação dos(as) agricultores(as) em diversas etapas de execução, planejamento, plantio e colheita (corredores), que, por meio de diálogo que envolvesse a comunidade no processo de restauração, vislumbrou oportunidades produtivas, de geração de renda e de redesenhos em sistemas de manejo, denominados sistemas agrobiodiversos cerratenses inclusivos (Sacis)<sup>57</sup> (ASSIS; MOURÃO, 2020).

Em continuidade às ações, os(as) agricultores(as) realizaram a colheita do milho taquaral verde — milho crioulo, que foi adquirido em intercâmbio com o Movimento Camponês Popular (MCP), na região de Catalão (GO) —, para a realização da “pamonhada crioula”. No preparo das pamonhas, eles(as) demonstraram práticas culturais agregadoras: “A ‘Pamonhada de Mi Cria’ sintetizou o fortalecimento comunitário através da produção e preparo de alimento de alto valor genético, oriunda de bem sucedido processo comunitário do

---

<sup>57</sup> Sacis são desenhados e planejados na diversidade agrícola em consórcios biodiversos privilegiando sementes tradicionais e crioulas ao mesmo tempo que utilizam espécies nativas do bioma local com a promoção dos seus usos, potenciais de geração de renda e demais serviços agroecossistêmicos. Elaborados com metodologias participativas nas comunidades que serão inseridos.

campesinato goiano” (ASSIS; MOURÃO, 2020, p. 5). Isto é, o alcance da restauração ecológica com a produção de alimentos, base das referências socioculturais na transição agroecológica.

### 3.3 Mutirão, festas e tradições de produção

Little (2003) trata os vínculos sociais, simbólicos, festejos e crenças como elementos fundamentais da relação dos grupos sociais com seus territórios. Nesta parte são trazidas a Festa e Folia do Divino Espírito Santo, a tradição do cultivo do arroz e a produção de rapadura como parte das referências socioculturais e como contribuem na consolidação de unidades produtivas agroecológicas do assentamento Oziel Alves III.

Para a Família Brejolândia, a articulação do cultivo da terra é algo com valor sagrado, grandioso, que deve ser respeitado em todas suas manifestações.

Para a Família Buritis de Minas, as raízes da folia e dos foliões é retrato do grupo social, que, mesmo fora do território, mantém as ligações e as relações com a cidade de origem. A Festa do Divino é realizada no assentamento desde o ano de 2013 (EMATER(DF) 2013). A família sempre receptiva, em um convite do agricultor para caminhar na sua agrofloresta, mencionou sobre a Folia do Divino Espírito Santo,<sup>58</sup> em junho de 2018 (figuras 13 e 14), quando, pela primeira vez, a família recebeu a folia em sua casa e no assentamento OA III, repassando, no ano seguinte, a folia para outra família assentada. Nesse ano, vários familiares estavam presentes no assentamento e na mobilização de outras famílias assentadas que são da religião católica.

#### **Figura 13 – Altar de agradecimentos da Folia do Divino Espírito Santo no Assentamento OA III – junho de 2018**

---

<sup>58</sup> Manifestação religiosa católica e cultural, que tem, como símbolo do Espírito Santo, uma pomba branca e uma coroa. Nas comemorações, são ofertados alimentos para populações carentes de maneira a agradecer pelas bênçãos recebidas no ano. Durante as rezas e cantorias, erguem bandeiras vermelhas e brancas, realizam um cortejo de uma casa da festa do ano anterior para a casa do novo festeiro, montam altares com imagens e quadros de santos e enfeitam com alimentos colhidos e arranjos de plantas. O assentamento realizava a festa desde o ano de 2013, porém, em 2018, foi a primeira realização do pouso dos foliões, vindos de Buritis (MG), em conjunto com as famílias do assentamento devotas da religião católica.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

**Figura 14 – Recepção da Folia do Divino Espírito Santo com Agricultores(as) do Oziel Alves III, em junho de 2018.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

O agricultor conta que o pai era folião na cidade de Buritis(MG) e, sobre a infância do pai, ele relata: “A história do meu pai era muito triste, a gente nem perguntava muito pra saber”. O agricultor relata, ainda, que aprendeu os modos de plantio com sua avó materna e que caminhava longas distâncias na sua companhia, por conta de ela ser parteira e conhecer muitas pessoas na região: “minha vó, mãe de minha mãe, ia andando de Buritis até Uruana de Minas,<sup>59</sup> com uma sacolinha embaixo do braço, tinha uma garrafa com uma pinga, banana e fumo”. Conheci a avó do Agricultor. Ela é cuidada atualmente pela irmã do agricultor. Lúcida nas observações, fala pouco, faz muitos gestos e expressões, come sozinha, não consegue andar e, até hoje, masca fumo.

No dia da Folia do Divino Espírito Santo, o que chamou atenção foi o altar montado com a diversidade de alimentos produzidos pela família, em composição com as imagens de santos; bem como a maneira com que as pessoas manifestavam o agradecimento nas cantorias, nos gestos e nas falas. Sentimos uma emoção presente na reunião daquelas pessoas, em agradecimento ao CSA Esperança, que, com a chegada da renda, puderam realizar a

<sup>59</sup> A distância de Buritis para Uruana de Minas, pelo Google Maps, é de 1h14 (89,1 km) via MG-400 e BR-479. Porém o percurso que realizavam, na época, era em meio a áreas de Cerrado, que, hoje, é a rota de assentamento da reforma agrária da região.

comemoração. No ano seguinte, estariam alcançando um dos sonhos de plantios que realizavam em Buritis (MG), o plantio de arroz, e pediam que, no próximo ano, fosse possível realizar a colheita de arroz, no caso o arroz de sequeiro, de sementes oriundas da troca de sementes com outro assentado.

A percepção da Família Buritis de Minas sobre a formação de rede associativa, em encontro com suas tradições de cultivo, é uma fonte inspiradora para outras famílias assentadas. Na concepção de Costa e Carvalho (2012a,b) e Schmitt (2011), sobre agricultura camponesa, o entrelaçado formado com as culturas de tradição é a realização da interação entre ser humano e natureza. Nesse sentido, a irmã<sup>60</sup> do agricultor relata:

a ligação mais forte, pra mim, é o plantio na terra [...]. a folia é uma festa, uma comemoração [...] E também uma reunião, não só de família, mas de amigos, né? Pessoas que às vezes a gente só vê uma vez no ano [...]. uma festa assim que a gente faz com muito carinho, com muito amor, porque a gente sabe que vai ver pessoas [...] de muito longe. [...] o plantio na terra, pra mim, significa muita coisa [...] porque eu fui uma das que quando não tava ali plantando junto com meu pai [...]. adubar arroz, da cobertura do arroz junto com meu pai, [...]. eu tava fazendo o trabalho de levar comida pras pessoas que eu tava lá trabalhando, que era ele, mas os meus irmãos, né? E mais algumas pessoas que trabalhavam, e lá a gente tinha essa posição de trabalhar em mutirão, igual hoje é aqui na Apropera. (FAMÍLIA BURITIS DE MINAS).

Essa interação na realização da folia no assentamento, o plantio do arroz, a maneira de agradecimento de cultivos no território por práticas que eram/são realizadas na cidade de origem da família, são aspectos da manifestação das referências socioculturais na construção do território agroecológico.

A busca da cana, o plantio, a colheita e o beneficiamento são parte do primeiro processo de conquista da cultura cultivada. Na construção do engenho, a estrutura similar, com elementos que o agricultor teve os cuidados de trazer para o território, como tijolos de adobe para fabricação do forno, tachos de cobre, cocho e formas de madeira para os processos de produção, como a vinda de um dos seus irmãos para organizar e realizar a produção de rapadura, foi decorrente das relações sociais de (re)territorialização na construção do território agroecológico.

“Quem tem engenho, criança não passa fome”. Essa frase é do momento de finalização da produção de rapadura, o impulso de desejos de agricultores(as) que mantêm uma memória ancestral de subsistência, de apropriação de técnica de produção e de replicação das práticas tradicionais em novos territórios agroecológicos. Nesse dia, a percepção das vidas

---

<sup>60</sup> A irmã do Agricultor (família Buritis de Minas) estava presente em momentos da entrevista, ela não reside no assentamento OAI, contudo, é associada na Apropera.

negras que foram e são componentes de inúmeras histórias de vida, os reflexos das referências socioculturais na segurança alimentar, sendo parte de ações políticas incorporadas nas dimensões dos sistemas alimentares, na cultura agroalimentar e no conhecimento tradicional dessas famílias camponesas.

Estas ações práticas, bem como a relação da Aprospera no território, são ancoradas pelas relações sociais de trabalho. O mutirão, compõem uma tríade: i) a apropriação das técnicas; ii) os saberes e a identidade do território, mobilizadas pelas forças de permanência na terra, e iii) os mutirões como fonte da sociabilidade nos processos de (re)territorialização.

E decorrente da pandemia da covid-19, as entregas de cestas de CSAs passaram por mudanças nos pontos de convivência/entrega, reduzindo o momento de diálogo, socialização e atualização direta entre agricultores(as) e co agricultores(as) (consumidores(as)), limitando-se, em muitos casos, à entrega das cestas, com horário de interação reduzido. Medidas de segurança nas entregas foram estabelecidas, como higienização das caixas<sup>61</sup> ou substituição destas por sacolas reutilizáveis e(ou) descartáveis para cada cesta. Além disso, os(as) associados(as) vivenciaram dificuldades para contratar diaristas para trabalhos de campo específicos, como capina, limpeza, manejo especializado, plantio e colheita, ocorrendo sobrecarga de trabalho familiar para manutenção da produção agroecológica, que requer mão de obra frequente no dia a dia.

---

<sup>61</sup> A higienização das caixas é um trabalho realizado frequentemente antes da montagem da cesta de produtos agroecológicos. Com a pandemia, a higienização tornou-se mais rigorosa, com uso de produtos específicos de limpeza, além das horas extras empenhadas para garantia de não haver qualquer tipo de contaminação superficial. Esse trabalho é realizado pelos envolvidos na montagem das cestas: agricultor e agricultora, havendo revezamento com quem está no momento, bem como filhos(as) e funcionários(as).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema central da dissertação foi o registro e a análise do processo de transição agroecológica vivenciado pelas famílias entrevistadas a partir das suas histórias de vida, saberes e fazeres presentes nas referências socioculturais que mobilizam em suas memórias e descrições do presente.

A obtenção dos dados primários para análise a partir da memória das famílias e sua materialização nos quintais e em transição agroecológica, se deu por meio de experiências extensionistas, do convívio e do diálogo intercultural, das participações em atividades coletivas (mutirões e visitas de grupo) e das caminhadas transversais.

Foi possível observar que as referências socioculturais emergidas pelas memórias trazidas em entrevistas, caminhadas transversais e nos escalda-pés tornaram possível revisitar raízes camponesas das três famílias estudadas; a chegada ao território do DF, as práticas agroecológicas exercidas através da memória da terra de origem, o aperfeiçoamento presente nas capacitações oferecidas por órgãos e entidades públicas, oficinas, cursos, intercâmbios de saberes e práticas desenvolvidas e transmitidas pelas gerações das famílias e comunidades campesinas de origem.

O que foi possível responder a pergunta da pesquisa: quais referências socioculturais trazidas pelas famílias agricultoras — relacionadas às suas histórias de vida, saberes e fazeres — se manifestam na consolidação de unidades produtivas agroecológicas do assentamento Oziel Alves III?

O assentamento OA III enquanto território agroecológico, integra os marcos conceituais dialogando com o acesso à terra por meio da reforma agrária (STÉDILE, 2012), aspectos da história oral (THOMPSON, 1998; PORTELLI, 1999b; SARAIVA, 2013) e a construção de uma agenda ambiental na transição agroecológica voltada para as relações socioculturais (ALTIERI (1998, 2012); CAPORAL; COSTABEBER, (2004); PLOEG (2008); SOSA, et.al. (2012)), sendo representada nas unidades produtivas. A pesquisa revelou que a consolidação da diversidade produtiva dos agroecossistemas é perpassada pelas relações afetivas com a terra, o meio físico e aspectos socioculturais, associados ao contexto histórico-social e geográfico em que se inserem.

Nesse sentido, da pesquisa emergiram temas que vão desde as cosmologias da relação religiosa e cultural até as renovadas formas de luta por dignidade no campo, geração de renda

e promoção da segurança alimentar das famílias e daquelas que se vinculam a seu processo de vida e trabalho.

Pode-se afirmar que as referências socioculturais apresentadas nas categorias analíticas (raízes camponesas, práticas e saberes agroecológicos, mutirão e tradições) foram fundamentais na chegada em um novo território, nas primeiras experiências produtivas, na percepção comparada entre os manejos e solos das regiões de onde e quando aprenderam a agricultura. A pesquisa demonstrou a forte relação e necessidade do acesso à água como parte da trajetória de luta pelo acesso à terra. As práticas agroecológicas associadas às referências socioculturais se destacaram como: qualidade do solo, diversidade de espécies inseridas no sistema, reapropriação de hortaliças tradicionais, beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, autonomia de sementes, relações nos trabalhos coletivos (mutirão) além das festas e tradições de cultivos. Assim, as referências socioculturais se manifestam no processo de consolidação do território na transição agroecológica de base e identidade camponesa. Registram memórias a partir de suas trajetórias de luta por uma terra onde pudessem existir dignamente, manifestando suas origens territoriais na construção de uma realidade de superação de desafios representativos da população camponesa no Brasil.

A forte percepção sobre a expulsão dos povos do campo, resistências culturais, práticas agrícolas tradicionais, diversidade genética e agrobiodiversidade, territorialidade, laços culturais na transição agroecológica, comercialização, manejo ecológico, agroecossistemas biodiversos e formação de redes sociais também foram trazidas. Alguns desses elementos foram mais aprofundados do que outros no contexto da pesquisa, mas aqui não poderiam deixar de ser sinalizados. São elementos da transição agroecológica no Assentamento Oziel Alves III que proporciona o fortalecimento identitário de ser tornar camponês, ainda que tenham passado pela vida urbana. Nesse sentido, (re)construir memórias, saberes e fazeres nos territórios agroecológicos também é parte da dimensão política que enseja a agroecologia.

Buscando visibilizar conjuntos de saberes e fazeres contidos nas memórias e reflexões dessas famílias sobre suas trajetórias, este trabalho se deparou com a relevância das relações sociais que compõem o corpo social no território, como é o caso da Aprospira, bem como seus processos de luta e resistência e de reconstrução das próprias relações existentes nesse território. Relevância está tanto para a construção histórica desses conhecimentos como para seu reavivamento e seu fortalecimento no processo de (re)territorialização em vínculo direto com a transição agroecológica vivenciada pelas famílias participantes da pesquisa e os grupos

sociais com os quais suas trajetórias se vinculam.

Em decorrência da Covid-19, contexto com que se deparou a pesquisa, os desafios e as limitações se agravaram no Assentamento OAIII. Cada família associada teve de manter suas produções de maneira individual, sem a frequência e a convivialidade proporcionadas pelos mutirões semanais, que, até aquele momento, haviam passado cinco anos com interrupções muito breves.

São visíveis os impactos gerados pela alteração nos modos de sociabilidade desses(as) agricultores(as) em seu processo coletivo de fortalecimento da agroecologia, sobretudo nos momentos mais críticos da Covid-19, em que a maior parte das relações foram mantidas por redes sociais, via internet, aplicativos de comunicação, plataformas digitais. O fato observado compreende também um testemunho, por fim, do grande desafio e papel que possuem as atividades de convivência e de interação entre as famílias agricultoras para consolidarem processos de transformação social aliada à transformação ambiental, como aqueles observados entre sujeitos individuais e coletivos no território do Pípiripau.

Analisar com profundidade os efeitos deste momento é tema para outra pesquisa, por agora é preciso observar que gradualmente, a superação desse conjunto de adversidades vem sendo discutida entre redes de organizações e comunidades, que compartilham desafios e a construção de soluções na permanência das famílias no campo através da agroecologia. A própria Aprospira está passando por um período de reconstrução para reafirmar o potencial de ação coletiva que viabilizou, por exemplo, as CSAs e a intensificação de sistemas de cultivo agroecológicos que permitiram acolher saberes e fazeres, valorizando a identidade dessas famílias. Atualmente, a associação está integrando, cada vez mais, redes e projetos de iniciativas em torno dos chamados SACIs, Sistemas Agroecerrateses Inclusivos, que fortalecem o vínculo da geração de renda com as paisagens nativas do Cerrado, suas populações e conhecimentos associados, através de desenhos e atividades que integram a produção agrícola ao enriquecimento da biodiversidade nativa.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Produtor de Água**.

Brasília: ANA, [20--]. Disponível em:

<https://www.ana.gov.br/programas-e-projetos/programa-produtor-de-agua>. Acesso em: 19 jul. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Relatório de**

**diagnóstico da bacia do ribeirão Pipiripau**. Brasília: ANA, 2010. Disponível em:

[http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&download=667:diagnostico-do-produtor-de-agua-](http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=667:diagnostico-do-produtor-de-agua-). Acesso em: 19 jul. 2021.

AILTON, Krenak conta a sua trajetória e fala da luta permanente dos povos tradicionais no

Brasil. Belo Horizonte: TV Assembleia de Minas, 2020. 1 vídeo (55 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=-o8IunpqqXY>. Acesso em: 9 ago. 2021.

AILTON, Krenak. Vozes da Floresta. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=KRTJH1os4w&t=3164s>. Acesso em: 03 maio. 2022.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 1. ed.

Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. 120 p.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São

Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. **A agroecologia em tempos de covid-19**.

Tradução: Romier Sousa. Berkeley: University of California: Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas (Celia), 2020. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/01/artigo-a-agroecologia-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **#AHistóriaQueEuCultivo**

**premiará guardiãs e guardiões da agrobiodiversidade**. Rio de Janeiro: ANA, 16 out. 2020.

Disponível em:

<https://agroecologia.org.br/2020/10/16/ahistoriaqueeucultivo-premiara-guardias-e-guardioes-da-agrobiodiversidade>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ASSIS, Juliana F. de; MOURÃO, Francisco D. M. Manejo agrobiodiverso em restauração

florestal: uma experiência de agricultoras/es agroecológicas/os no Assentamento Oziel Alves

III, Planaltina-DF. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, v. 15, n. 2, 2020.

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA. Projeto Básico: Projeto de

Assentamento Oziel Alves II. Brasília: Arca, 2003. 25 p.

ATTUCH, Iara M. **Conhecimentos tradicionais do Cerrado**: sobre a memória de Dona Flor, raizeira e parteira. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006.

BERTRAN, P. História da terra e do homem no Planalto Central: ecohistória do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Solo Editores, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, Barbara Loureiro. **Reforma agrária e abastecimento alimentar**: a agricultura camponesa do Distrito Federal construindo a segurança e soberania alimentar. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – PPG-Mader, UnB, Brasília, 2018.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 6, p. 11-28, jul.-dez. 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Conservação in situ, ex situ e on farm**. Brasília: MMA, [20--]. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/licita%C3%A7%C3%B5es-e-contratos/item/7611-conserva%C3%A7%C3%A3o-in-situ,-ex-situ-e-on-farm.html>. Acesso em: 16 mar. 2020.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/Dater-Iica, 2004. 24 p.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A.; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento sustentável. *In*: CAPORAL, Francisco R.; AZEVEDO, Edisio O (org). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Instituto Federal do Paraná. Paraná. 2011. p. 45-80. (Cap 2).

COELHO, Osmar A. F. **Céu de Pípiripau**: da tragédia dos comuns à sustentabilidade hídrica. 2014. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, Brasília, 2014.

COSTA, Ana M.; VIEIRA E SILVA, Marco A. de C. AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE FAMÍLIAS PRODUTORAS DE MARACUJÁ BRS PÉROLA DO CERRADO RESIDENTES NO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES III. 2021. *In*: MARTUL, D. G. (ed.). Ciências socialmente aplicáveis: integrando saberes e abrindo caminhos. Curitiba: Editora Artems, 2021. p. 328-345. v. 2, n. 22.

COSTA, Francisco de A.; CARVALHO, Horácio M. Agricultura Camponesa. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p. 28-32.

COSTA, Francisco de A.; CARVALHO, Horácio M. Campesinato. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012b. p. 113-122.

CESSA, Raphael M. A.; SILVA, Vicente P. B. V.; LIMA, Vinícius S. Onde estão os Buritis? 2018. Disponível em: <http://muralinterdisciplinar.blogspot.com/2018/07/preservacao-ambiental-em-assentamentos.html>. Acesso em: 01.06.2022.

COSTA NETO, Canrobert; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? *In*: ALIMONDA, Héctor (ed.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. p. 203-215.

CUNHA, Manuela da Cunha; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina (org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2021. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais7.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

DE BOEF, Walter S.; THIJSSSEN, Marja H. **Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes: um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo da agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes**. 1. ed. Wageningen: Wageningen International, 2007. 87 p.

DE’CARLI, Caetano. O discurso político da agroecologia no MST: o caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 100, p. 105-130, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5245>. Acesso em: 26 jul. 2021.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Juliana L. B., BEZERRA, Juscelino E. Impactos da Covid-19 na produção e comercialização de alimentos em Brasília-DF: desafios para os assentados/acampados da reforma agrária. *GeoTextos*, vol. 17, n. 1, julho 2021. p. 89-112. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/44588/24942>. Acesso em: 15.08.2022.

DÍAZ, Reinaldo G. Reconfiguración del paisaje y agroecología en el Valle del Cauca. **Luna Azul**, v. 38, p. 252-273, 2014. Disponível em: <https://revistasoj.s.ucaldas.edu.co/index.php/lunazul/article/view/1752/1668>. Acesso em: 26 jul. 2021.

EMPERAIRE, Laure; PERONI, Nivaldo. Traditional management of agrobiodiversity in Brazil: a case study of manioc. *Human Ecology*, v. 35, n. 6, p. 761-768, dez. 2007.

EMPERAIRE, Laure. Quais inovações para os sistemas agrícolas tradicionais? **ARU – Revista de Pesquisa Intercultural da Bacia do Rio Negro, Amazônia**, n. 2, p. 21-27, 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Estratégia de recuperação: plantio em área total: semeadura direta**. Brasília: Embrapa, [202-]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/semeadura-direta>. Acesso em: 10 ago. 2021.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA Oziel Alves III**. Brasília: Emater-DF, 2013. 284 p.

FEIDEN, Alberto. Agroecologia: introdução e conceitos. *In*: AQUINO, Adriana M.; DE ASSIS, Renato L. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica e sustentável**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. p. 49-69. (cap. 2).

FEIDEN, Alberto *et al.* Processos de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 179-204, maio-ago. 2002.

FERNANDES, Bernardo M; MOLINA, Mônica C. O campo da educação do campo. [S. l.]: [s. n.], 2005. Mimeo.

FERNANDES, Bernardo M. Território camponês. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012ab. p. 746-750.

FERNANDES, Bernardo M. **Acampamento**. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012b. p. 23-27.

FOSSÁ, Juliano L.; PIOVEZANA, Leonel. Métodos qualitativos de pesquisa aplicados aos estudos da agricultura familiar. **Pracs: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais, Unifap, Macapá**, v. 11, n. 2, p. 177-189, jul.-dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Fundação BB divulga as finalistas do Prêmio de Tecnologia Social**. Brasília: FBB, 15 ago. 2017. Disponível em: <https://www.fbb.org.br/pt-br/ra/conteudo/fundacao-bb-divulga-as-finalistas-do-premio-de-tecnologia-social#:~:text=As%20categorias%20da%20premia%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A3o,comunidades%20para%20o%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GRAMACHO, Raíssa Mesquita. **Céu na terra: construindo cenários sustentáveis no assentamento Oziel Alves III**. 2018. 172 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Arquitetura e Urbanismo) – UnB, Brasília, 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **REA – Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar. 1995.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. **Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora: a leitura como parte constitutiva de sua identidade e formação profissionais**. 2000. 232 f. Tese

(Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; SILVA, Irizelda Martins de Souza. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST**. Trabalho apresentado nos Seminários de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. 20 p.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997. 293 p.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos território à multiterritorialidade**. Porto Alegre: [s. n.], set. 2004. 20 p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO. **A Cartilha Agroecológica**. Botucatu: Criação, 2005. 92 p.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. Organização Bruno Maia. [S. l.: s. n.], 2020.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./mar. 2002, p. 46.

LIMA, Sandra Kitakawa *et al.* (org.). **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. 52 p. (Texto para Discussão, v. 2538).

LIMA, Vinícius Santos. **Plantas Alimentícias não convencionais (Panc) e ritualísticas como estratégia de soberania alimentar e resistência no coletivo de mulheres “As do Cerrado” em Planaltina – DF**. 2019. 66 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Agronomia com ênfase em Agroecologia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, MST/Instituto Educar, Pontão, 2019.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

LUCENA, Maria L. M. Os saberes tradicionais e o saber científico em diálogo com a educação do campo: um olhar da mulher do campo. *In*: SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato; ABIORANA, Dângela Nunes (org.) **Território feminino**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020. p. 331-339.

LÉPINE, Claude. **O inconsciente na antropologia de Lévi-Strauss**. São Paulo, Ática, ensaio 4, 1979. 87 p.

LÓPEZ-SANTOS, Jonathan; CASTAÑEDA-MARTÍNEZ, Tirzo; GONZÁLEZ-DÍAZ, Justino G. Nueva ruralidade y dinámicas de proximidad en el desarrollo territorial de los sistemas agroalimentarios localizados. *Polis*, Santiago, v. 16, n. 47, p. 211-233, 2017.

MACHADO, Altair Toledo; SANTILLI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. **A Agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica/Secretaria de Gestão e Estratégia/Embrapa, 2008. 98 p. (Texto para Discussão, v. 34). Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/123784>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MONTEIRO, Denis. Agroecossistemas. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 67-73.

MOURA, Luiz Henrique Gomes. **Questão agrária e hegemonia: o pré-assentamento como campo de batalha entre a alienação e a emancipação.** 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O MST: nossa história.** [S. l.]: MST, [202-]. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio>. Acesso em: 11 ago. 2021.

NASCIMENTO, Batista. O jovem que ousou doar a vida por uma causa coletiva: Oziel Alves Pereira. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/17/o-jovem-que-ousou-doar-a-vida-por-uma-causa-coletiva-oziel-alves-pereira/>. Acesso em: 18.05.2022.

NIEDERLE, Paulo Andre. Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimento e novos circuitos de comércio. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 79-97, set.-dez. 2014.

O GALOPE da lagarta. Direção: Fernando Fortuna. Brasília: produção independente, 2018. 1 vídeo (60 min). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=fVDsT5\\_nRlk&ab\\_channel=PIPPINU](https://www.youtube.com/watch?v=fVDsT5_nRlk&ab_channel=PIPPINU). Acesso em: 9 ago. 2021.

PACHECO, Lilian. A Pedagogia Griô: educação, tradição oral e política da diversidade. **Diversitas**, Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 22-99, 2014.

PADOVAN, Milton Parron; AQUINO, Márcio dos Santos; RUIZ, Alexandra Souza. Processo de organização da agroecologia e construção participativa no estado de Mato Grosso do Sul. **Desenvolvimento, Fronteiras & Cidadania**, UEMS, Ponta Porã, v. 4, n. 5, p 99-122, fev. 2020.

PALHARES, Marina; PADOA, Luísa. **Relatório de consultoria: implementação da sociocracia na Aprospera.** Brasília: Mirá, 2019. 77 p.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil.** Brasília: Iica/SDT-MDA, 2009. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/b2219p/B2219p.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PETERSEN, Paulo *et al.* **Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. 246 p.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia**, Universidade Federal Fluminense, ano VIII, n 16, p. 41-55, f2006.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significação na história oral. A pesquisa como um experimento de igualdade. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fev. 1997a. p. 2-7.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fev. 1997b. p. 25-39.

PRADO, Helbert Medeiros; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. A etnoecologia em perspectiva: origens, interfaces e correntes atuais de um campo em ascensão. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 139-160, out.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/NmcQMqbZb8dzgYkW4bx5ppn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2022.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico de pragas e doenças: técnicas alternativas para produção agropecuária e defesa do meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. 143 p.

Rede PENSSAN. (2021). Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil – VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf) . Acesso em: 03.06.2022.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. “A cultura não é a cereja do bolo”: reflexões sobre cultura, memória e identidade. *In*: VILLAS BÔAS, Rafael Litvin; PEREIRA, Paola Masiero (org.). **Cultura, arte e comunicação**. 1. ed. Brasília: São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 61-75.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. História, memória e identidade. *In*: OLIVEIRA FILHO, João Batista *et al.* (org.). **Memórias de gerações**. Brasília: Fundo Nacional de Cultura/MinC, 2013. p. 61-75.

SOSA, Machín et all. Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba. / Braulio Machín Sosa, Adilén Maria Roque Jaime, Dana Rocio Ávila Lozano, Peter Michael Rosset, tradução Ana Corbisier--1.ed. —São Paulo : Outras Expressões, 2012. 152p. : il. fots.

SCHMITT, Claudia J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias** – Ciências sociais e desenvolvimento, UFRGS, Porto Alegre, n. 27, p. 82-112, maio-ago. 2011.

STEDELI, João Pedro. Reforma agrária. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 659-668.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 272 p.

TORRES, Camila Lombardi. **Comunidade que sustenta agricultura**: a reaplicação da tecnologia social a partir dos casos pioneiros em Brasília. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Design) – UnB, Brasília, 2017.

VERDEJO, Miguel E. Diagnóstico rural participativo: um guia prático.. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar/MDA, mar. 2006. 62 p.

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU, MG. OUTUBRO 1996. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf>. Acesso em: 03.06.2022.

WANDERLEY, Maria de N. B. **O Campesinato Brasileiro**: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Fotos do Assentamento Oziel Alves III

**Figura A.1 – Processo de mexer/batimento da garapa cozida, resfriamento e condução para o próximo ponto de preparo da rapadura**



Fonte: Acervo de Francisco Mourão, 2021).

**Figura A.2 – Montagem das formas de madeira de encaixe, forradas com folhas de bananeira**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura A.3 – Produto distribuído nas formas de madeira de encaixe para finalizar o processo de produção da rapadura**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura A.4 – Mudas de batata-baroa no “canteiro berçário”**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

## **APÊNDICE B – Roteiro de entrevista**

### **Momento 1: Saberes e fazeres agroecológicos**

Na caminhada transversal ou travessia, será realizado um passeio guiado pelas unidades de produção (roças), para que os(as) agricultores(as) expressem o que sabem do seu ambiente no cotidiano.

A pesquisadora e o(a) agricultor(a) passearão pela unidade produtiva, observando a diversidade de plantas. E, a partir da caminhada e diálogos construídos, serão observadas plantas que podem ser utilizadas na prática de escalda-pés. Por escolha do(a) agricultor(a), serão selecionadas algumas plantas de seu quintal/unidade produtiva para acrescentar na realização da prática.

### **Momento 2: Ativando a memória pelo escalda-pés**

Para a realização do escalda-pés, será preciso ervas secas e desidratadas ou frescas/óleo essencial/preparados de ervas medicinais (tintura), água morna/quente, bacia circular, uma toalha, um par de meias e um gravador de voz, bem como uso de máscaras de pano para proteção individual.

Em um ambiente arejado, preparado na casa do(a) agricultor(a), será iniciada a prática, no horário das 16 horas às 18 horas, com perguntas abertas (orientadoras).

As perguntas abertas seguirão um roteiro para ambas as interações com os(as) entrevistados(as), que é composto de categorias temáticas, tais como: origem e contexto familiar; chegada no território e percepção da paisagem; visão atual do agroecossistema manejado e do território; práticas de manejo e saberes associados à agrobiodiversidade; percepção sobre agroecologia; relações associativas e a percepção de seu papel. As categorias em destaque serão trabalhadas de modo articulado, sempre que cabível, entre as percepções passadas e presentes, a fim de traçar a trajetória dos saberes e as referências socioculturais manifestadas na memória dos(as) entrevistados(as).

- 1) Qual seu local de origem? Onde nasceu e cresceu? Idade? Escolaridade? Há quanto tempo mora na região?
- 2) Quantas pessoas moram na casa? Quem são os membros familiares? Tem quantos(as) filhos(as)? Quais as idades?
- 3) Tem acesso ou recebe algum programa ou benefício social do governo? Qual?
- 4) Quando chegou na parcela? Como era antes e como é hoje?
- 5) Como era o solo de quando aprendeu a plantar e como é hoje?
- 6) O que plantavam quando chegaram no território?
- 7) O que plantavam de modo similar ao de seus pais?
- 8) Qual a origem dos seus pais? Onde nasceram? Fale sobre eles?
- 9) Tem alguma semente de origem tradicional?
- 10) Quais são suas atividades cotidianas na roça?
- 11) O que cultivavam na área antes de implantar a agrofloresta?
- 12) Quando chegaram, como era para plantar?
- 13) Qual o tempo da agrofloresta?
- 14) Que plantas/mudas foram as primeiras a serem plantadas?
- 15) Como era o acesso à água?
- 16) Como se dá a divisão sexual das tarefas na roça (homens e mulheres)?
- 17) Qual lembrança que vem no momento de relaxamento do escalda-pés?
- 18) Que sensação está sentindo? Há uma lembrança de aroma?